

Bárbara Geraldo de Castro

“A economia solidária de Paul Singer: a construção de um projeto político”

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo

R.

Bárbara Geraldo Castro

**A economia solidária de Paul Singer: a construção de um projeto
político**

Dissertação apresentada ao
Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas para obtenção do grau
de Mestre em Ciências Políticas sob
orientação da Profa. Dra. Angela
Maria Carneiro Araújo.

Este exemplar corresponde
à redação final da
Dissertação defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora em 27/03/2009.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo (Orientadora)

Profa. Dra. Andréia Galvão

Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves

Campinas
Março de 2009

Bárbara Geraldo de Castro

“A economia solidária de Paul Singer: a construção de um projeto político”

Dissertação apresentada ao Departamento de
Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas para obtenção do grau de Mestre em
Ciências Políticas sob orientação da Profa.
Dra. Angela Maria Carneiro Araújo

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 27/03/
2009.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo (Orientadora) _____

Profa. Dra. Andréia Galvão _____

Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves _____

Prof. Dr. José Dari Krein (Suplente) _____

Prof^a. Dr^a. Márcia de Paula Leite (Suplente) _____

Campinas
Março de 2009

Para Lúcia Helena, minha mãe, que me ensinou que o conhecimento é o maior patrimônio que podemos ter; e para Antônio Benedito, meu pai, pelo rock'n roll e MPB de protesto e pelo "Lula-lá" dos anos 80

Agradecimentos

Ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa

À Angela Maria Carneiro Araújo, pelos quase cinco anos de paciente orientação

Aos professores Andréia Galvão e Márcio Naves, pelos comentários e dicas na banca de qualificação e por terem aceitado o convite de participar da banca de defesa

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e à turma de mestrado em Ciência Política de 2007, pelo debate teórico e político

À Gilvani, secretária do Programa, pela competência em traduzir as burocracias do Programa, da Universidade e do CNPq

À turma de Ciências Sociais-2002 da Unicamp e agregados, em especial a Nathalia Cristina Oliveira, Talita Pereira de Castro, Glaucia Destro de Oliveira, Mariana Marques Pulhez, Ana Carolina Caruso Cavazza, Carolina Parreiras da Silva, Vanessa Ortiz, Júlia Moretto Amâncio, Jeremias Perez e Vítor Queiroz, pelos samba-rock's e poperôs lúdicos, pelo bate-papo despretenso, pelas muitas possibilidades, e pelos momentos de brisa que me proporcionaram

Às meninas do COC e agregados, Maíra Ervolino Mendes, Olívia Cappi, Fernanda Marques, Tatiana Alves Pereira, Cecília Piva, Camila Furlan, Thaísa Marcondes, Juliana Ricciardeli, Luciana Siciliano, Diego Alves, Rafael Saito e Leonardo Rennó, por entenderem que se eu sumi foi para poder escrever seus nomes nesta página

Aos zumbis do quinto andar, cuja grafia chequei para não chutar: Angela Pinho, Carolina Rangel, Daniela Arrais, Renata Summa, Felipe Bächtold, Paulo de Araujo, Estêvão Bertoni, Krishna Monteiro e Salvatore Carrozzo, obrigada pela torcida, pela cumplicidade, pelas bolachinhas de manteiga do EZ e pelas pizzas de muçarela do Folhão

À Ana Estela de Souza Pinto, minha professora de jornalismo, por ter me ensinado a enxergar as mediações que existem entre a teoria e o mundo real

Ao Benjamin Parton, pela assessoria lingüística prestada nesses dois anos, pela explicação definitiva do que é “credit default swaps” e pelas histórias impagáveis que garantiram muitas das minhas risadas

Aos meus pais e irmã, pelo apoio incondicional que deram a essa aventura que foi entrar, permanecer e concluir este mestrado

E ao Leandro Beguoci, meu ombudman particular, pela ajuda na finalização do texto, pelo incentivo, inspiração, companheirismo e, principalmente, compreensão das muitas ausências causadas por esta dissertação. Obrigada.

Resumo:

Esta pesquisa investigou a categoria de economia solidária de Paul Singer. O objetivo era compreender, de maneira crítica, o caráter de transição para uma sociedade socialista que ele outorga às iniciativas de economia solidária. Para tanto, foi necessário traçar uma cronologia de seus argumentos, entender sua concepção de socialismo e pinçar alguns dos elementos que ele seleciona na tradição marxista e na história do movimento operário para construir seu projeto político, posto que ele toma as experiências dos Pioneiros de Rochdale e o Complexo Cooperativo de Mondragón como exemplos. A continuidade histórica concomitante à recriação que ele vê na economia solidária é o fio condutor de sua argumentação, sustentada pela autogestão e por concepções similares às dos socialistas utópicos. O silenciamento sobre a questão do Estado e a preocupação com o autoritarismo justificam o uso desses elementos empíricos e teóricos, que visam dar sustentação ao seu projeto político alternativo de superação do capitalismo.

Palavras-chave: economia solidária, cooperativismo, Paul Singer, socialismo utópico.

Abstract:

This study investigates the Paul Singer School of solidarity economy with the objective of critically understanding the transitional character towards a socialist society given to solidarity economy initiatives. With this purpose in mind, a chronology of Singer's arguments is outlined in order to understand how he conceives socialism and extract some of the elements that he selects from Marxist tradition and labor movement history to construct his political project, in which the experiences of the Rochdale Pioneers and the Mondragón Cooperative Complex are used as examples. Historical continuity accompanies the regeneration that Singer seeks in the solidarity economy and is the conducting wire in his argument, continuity that is sustained through self-management and similar concepts to those of utopian socialists. Singer's silence over the question of the State and a preoccupation with authoritarianism justify the use of these empirical and theoretical elements, that aim to justify their alternative political project beyond capitalism.

Key-words: solidarity economy, cooperativism, Paul Singer, utopic socialism.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 - Contextualizando a economia solidária.....	13
1.1) Breve história do cooperativismo no Brasil	14
1.2) O Brasil dos anos 1980 e 1990	19
Capítulo 2 – A economia solidária de Paul Singer.....	33
2.1) O militante: uma breve biografia	33
2.2) A concepção de socialismo de Singer	41
2.3) A cronologia dos argumentos.....	52
A) Economia solidária contra o desemprego	52
B) A economia solidária como continuidade histórica	57
C) Organização e degeneração	60
D) Novo modo de produção	68
E) Autogestão	72
Capítulo 3 – Socialismo utópico e autogestão	75
3.1) Os socialistas utópicos.....	76
3.1.1) Saint-Simon.....	82
3.1.2) Fourier.....	87
3.1.3) Robert Owen.....	92
3.2) A autogestão.....	99
3.2.1) Da difícil definição da categoria.....	100
3.2.2) As principais vertentes.....	104
3.2.3) O Estado e a autogestão.....	117
Capítulo 4 – A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale e o Complexo Cooperativo de Mondragón.....	131
4.1) Revolução industrial e owenismo.....	134
4.2) A mudança programática de Owen e os Pioneiros de Rochdale.....	155
4.3) O Complexo Cooperativo de Mondragón: história e estrutura organizacional.....	168
4.4) Cooperativa ou empresa?.....	173
Considerações Finais.....	189
Referências Bibliográficas.....	223

Introdução

A idéia desta pesquisa surgiu a partir de algumas inquietações que apareceram durante a pesquisa da minha Iniciação Científica. Intitulada “Ensinando a pescar: economia solidária e o caso da política municipal de Campinas”¹, a pesquisa me deu a oportunidade de analisar uma política pública de geração de trabalho e renda com foco no cooperativismo implementada pela gestão do PT (Partido dos Trabalhadores) na cidade de Campinas (SP) (2001-2005). O recorte recaiu sobre o convênio da Prefeitura Municipal com a Unicamp – que acabou resultando na criação da ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares)² da Universidade – e a pesquisa de campo envolveu as cooperativas que haviam sido mais bem avaliadas por todos os agentes envolvidos: poder público, ITCP e cooperados e cooperadas.

Com base nos livros que discutiam os princípios da economia solidária, fui conhecer a realidade do cooperativismo popular. Apesar de bem avaliadas pela Prefeitura e pela ITCP/Unicamp, as cooperativas visitadas contavam com inúmeros problemas de infra-estrutura, organização do trabalho e democracia interna. Além disso, as condições de trabalho eram precárias, com longas jornadas de trabalho, falta de equipamentos de prevenção de doenças e de acidentes, e os direitos trabalhistas eram desrespeitados. Em uma das cooperativas, por exemplo, a assembléia decidiu que uma cooperada grávida

¹ A pesquisa foi financiada pela FAPESP no período de julho de 2004 a dezembro de 2005 (processo nº: 04/02364-0).

² As ITCP's dão assessoria técnica e cursos de formação cooperativista a grupos de trabalhadores cooperados.

não teria direito a receber a retirada³ da cooperativa no período da licença maternidade. O problema vinha também da baixa retirada que esses cooperados e cooperadas conseguiam após um mês de trabalho. Na época, a cooperativa que tinha a melhor renda distribuía o equivalente a R\$ 360 mensais entre seus membros.

Naquele momento da pesquisa, em que os entrevistados, inclusive, diziam estar ali porque não conseguiam encontrar emprego no mercado formal de trabalho⁴, é que nasceram muitas das minhas inquietações a respeito do projeto de economia solidária proposto por Singer: o de que o cooperativismo solidário, isto é, o cooperativismo que funciona em sistema de colaboração, ou na forma de um complexo, é outro modo de produção, diferenciado do capitalista. De uma maneira geral, o autor defende que as cooperativas e empresas autogeridas, se ligadas entre si em um complexo, podem nos levar à superação do modo de produção capitalista.

O problema é que eu não conseguia visualizar a construção de outro modo de produção, mais solidário, em cooperativas que não autorizavam o recebimento das retiradas em caso de férias ou licenças. Além desse fator, não entendia como poderíamos realizar a passagem de um modo de produção a outro se, de alguma maneira, as cooperativas funcionam dentro da ordem

³ Retirada é o termo que as cooperativas usam para nomear os dividendos que os cooperados e cooperadas recebem por mês ou por outro período de tempo determinado. Por princípio, toda renda que a cooperativa obtiver neste período deve ser repartida por igual entre seus membros, mas outros regimes de divisão do dinheiro podem ser definidos pela Assembléia.

⁴ A partir de um levantamento feito pela Prefeitura com as 20 cooperativas populares cuja incubação ela promoveu em seu Programa de Geração e Renda no período investigado, pudemos resgatar o perfil sócio-econômico desses trabalhadores. Em sua maioria eles possuíam idade avançada para o ingresso no mercado de trabalho (49% têm entre 31 e 50 anos), eram, na maioria, mulheres (66%), pardos ou negros (55%), e possuíam um nível baixo de escolaridade: 69% concluíram apenas o ensino fundamental e 11% nunca tinham freqüentado uma escola.

social, política, jurídica e econômica existente, não subvertendo ou contestando nenhuma delas e buscando, inclusive, serem competitivas para conseguir ter sobrevivência dentro desse ordenamento.

Causava estranhamento o contraste da realidade com o futuro proposto por Singer. Eu sentia um grande incômodo em perguntar sobre os princípios democráticos e de autogestão das cooperativas para os cooperados e cooperadas. Depois de algumas entrevistas e visitas, compreendi que o que eles buscavam com o seu grupo era a inserção econômica na sociedade. Aqui, não cabe nenhum maniqueísmo. Tratava-se apenas de uma questão de suprir necessidades básicas: comer, morar, viver. Se isso viesse acompanhado de aumento da auto-estima, do aprendizado de uma cultura de participação e da conscientização política, tanto melhor. Mas a urgência, ali, era a sobrevivência.

Essa situação, que se repete em outras experiências de cooperativismo popular vinculadas ao projeto de economia solidária – agora com apoio do governo federal por meio da Senaes (Secretaria Nacional da Economia Solidária) do Ministério do Trabalho e do Emprego -, não pode, claro, ser generalizada. A heterogeneidade das experiências de cooperativismo e de autogestão no país é indiscutível, mas infelizmente não cabe a esta pesquisa elencar essa diversidade. O que destaco é que, a partir dessa minha primeira experiência de pesquisa e da precariedade na qual encontrei a economia solidária no mundo real, quis entender como Singer formulou sua proposta e, por saber da vinculação do autor à tradição marxista, investigar onde ele foi buscar os argumentos para colocá-la de pé.

Mas o que é afinal de contas a economia solidária e por que escolhi discutir especificamente o projeto de Paul Singer?

A economia solidária é uma categoria⁵ de difícil definição, principalmente porque os autores que a discutem são, em sua maioria, militantes do projeto de economia solidária e a definem segundo concepções políticas próprias. No Brasil, por exemplo, são muitas as referências que temos dentro deste campo, entre eles Paul Singer, Luiz Inácio Gaiger, Marcos Arruda, Lia Tiriba e Marilena Nakano⁶. Mas, de maneira geral:

“... a categoria, economia solidária se refere, segundo seus intelectuais, à organização de produtores, consumidores, poupadores, que privilegiam relações cooperativas autogestionárias e solidárias na produção de bens e de serviços, na sua comercialização e financiamento em vista de um desenvolvimento justo e sustentável alternativo ao modelo capitalista neoliberal” (Lechat, 2004:3).

A economia solidária é vista, também, como emergindo de um contexto sócio-econômico particular. No caso nacional, ela é compreendida como fruto do processo de redemocratização, das novas relações que se estabeleceram, a partir daí, entre a sociedade civil e o Estado, e da crise econômica dessa mesma época - final de década de 1980 - que gerou altos índices de desemprego (Silva et alli, 2003; Oliveira, 2003 e Icaza, 2004). É tida, pois, como uma alternativa de geração de trabalho e renda fundamentada no cooperativismo.

⁵ Sigo aqui a opção que Lechat (2004) fez para nomear a economia solidária: ela a toma como categoria *êmica*, isto é, como uma palavra que deve ser entendida a partir da perspectiva de quem a define. Nesse sentido, passo a entender a economia solidária, neste texto, da maneira como ela é concebida por Singer. A opção é necessária pela dificuldade em situar a “economia solidária” na discussão teórica como um conceito ou movimento social. Definindo-a como categoria, deixamos aberto o campo de interpretação da palavra, já que seu uso não é consensual.

⁶ Os três primeiros foram objeto da tese de doutorado de Noelle Lechat (2004) sobre o campo intelectual da economia solidária no Brasil.

“Esse ‘novo setor’ da economia abrange associações de produção e prestação de serviços caracterizadas pela participação coletiva na tomada de decisões consideradas importantes e na igualdade de cotas de propriedade do empreendimento entre seus membros” (Souza, 2006:7).

De maneira geral, há um consenso em interpretar a economia solidária como uma prática que ressurgiu⁷ na década de 1980 em decorrência do cenário sócio-econômico e político. Além da influência dos novos movimentos sociais e da nova relação entre o Estado e a sociedade civil, a Igreja Católica⁸ é apontada como uma das principais incentivadoras do projeto. As universidades – por meio das ITCP’s -, os sindicatos – por meio de estímulos e agências de fomento e qualificação de trabalhadores -, e os partidos políticos - com a implantação de políticas públicas e organização do debate - entram um pouco mais tarde nessa história, mas são tidos como articuladores fundamentais do projeto. O próprio Singer destaca a centralidade desses agentes:

“... a reinvenção da economia solidária não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados. Ela é obra também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente à Igreja Católica e a

⁷ Não encontrei na bibliografia que trata da economia solidária nenhum autor que não a veja como um projeto contínuo da luta dos trabalhadores. Quero dizer, com isso, os autores consultados entendem a economia solidária como um contínuo de outras experiências históricas de autogestão.

⁸ O bispo Dom Luciano Mendes de Almeida trata da questão da economia solidária publicamente em 1º de fevereiro de 1997, em um artigo intitulado “Economia Solidária” publicado em sua coluna semanal na editoria de Opinião do jornal Folha de S.Paulo. Falava sobre os “desequilíbrios causados por uma política econômica frente às metas sociais” e da necessidade de proclamar que a “economia está a serviço da pessoa”. Diz que “à luz da doutrina social da igreja, dirigentes das Conferências Episcopais do Canadá, Estados Unidos e do Conselho Episcopal da América Latina, reunidos de 26 a 30 de janeiro deste ano, em Santa Lúcia, no Caribe” consideraram a economia solidária como “exigência prioritária”. Salienta “a importância das experiências econômicas que privilegiam a ação comunitária, a participação responsável sob diversas formas de microprojetos, pequenas empresas, organizações populares, cooperativas entre famílias, movimentos e associações de bairro.”

outras igrejas, a sindicatos e a universidades. São entidades de apoio à economia solidária, que difundem entre os trabalhadores sem trabalho e microprodutores sem clientes os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários. Além disso, estas entidades de apoio treinam os cooperadores em autogestão e acompanham as novas empresas dando-lhes assistência tanto na realização de negócios como na construção do relacionamento interno da cooperativa” (Singer, 2002:112,113).

São os sindicatos, as igrejas, e as universidades, portanto, que vão, em um primeiro momento, apoiar iniciativas de trabalho autogerido. A crise da década de 1980, sobre a qual conheceremos mais detalhes no Capítulo 1, levou muitas empresas e indústrias à falência no final daquela década e no início da década de 1990. Para evitar que os trabalhadores ficassem sem emprego em um contexto de elevados índices de desemprego, os sindicatos tomaram a iniciativa, em conjunto com os trabalhadores dessas empresas e fábricas, de transformá-las em empresas e fábricas autogeridas pelos trabalhadores. São exemplos desse tipo de iniciativa a indústria de fogões Wallig de Porto Alegre, que faliu em 1984; a CBCA de Criciúma (SC), que extraía minério de ferro e foi assumida em 1987 pelos trabalhadores; a fábrica de calçados Makerly, de Franca (SP), em 1991; a fábrica de cobertores Parahyba, de São José dos Campos (SP), assumida em 1994 pelos trabalhadores; a fábrica da “Vila Romana” em Aracaju (SE), também em 1994; e a Usina Catende, em Pernambuco, assumida em 1995 (Lechat, 2004 e Cunha, 2002); entre outros no ABC, na região de Campinas e no Rio Grande do Sul.

Da experiência da fábrica de calçados Makerly, de Franca, e com o apoio do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos) é que nasceu a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária), em 1994. Cunha (2002) conta que a experiência da Makerly se iniciou com base no modelo das ESOP's (Employee Stock Ownership Plans) norte-americanas, mas que, depois, a Anteag desenvolveu uma metodologia própria para transferir fábricas falidas ou em processo falimentar para as mãos dos trabalhadores⁹. Lechat (2004) complementa a história da Anteag: a associação só vai incluir a categoria economia solidária em seus textos a partir de 1998, por iniciativa de Paul Singer. O passado sindicalista de Singer lhe permitiu uma boa circulação e respeito no meio sindical, e os fundadores da Anteag¹⁰ eram “oriundos, em grande parte, da militância por um sindicalismo alternativo no final da década de 70 e início da década de 80 e, em particular, da Secretaria de Formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo” (Lechat, 2004: 89).

Após a fundação da Anteag, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) organizou, em 1996, um seminário intitulado “Empresas autogestionárias, cooperativas e estratégias da CUT”. Entre os assessores das oficinas culturais

⁹ “Além de representar as empresas politicamente, a ANTEAG possui um corpo técnico que assessora os trabalhadores em vias de assumir a massa falida de seus ex-patrões nos aspectos jurídicos, econômicos, contábeis e administrativos, com destaque para dois programas de educação em autogestão, estruturados em torno de três grandes eixos: 1) “fábrica sem patrão”, 2) questões de viabilidade econômica-financeira da empresa e 3) não-dissociação entre “pensar” e “fazer”. Um dos programas destina-se aos dirigentes da empresa, capacitando-os para os aspectos administrativos de sua função a partir da elaboração de um planejamento estratégico autogestionário. O outro, chamado “bolsas autogestionárias”, destina-se a todos os trabalhadores da empresa, e é desenvolvido a partir da Metodologia do Ator (META), que, no processo de consolidação de novas práticas de relações de trabalho, procura levar em conta a própria experiência do grupo na passagem de empresa tradicional para autogestionária” (Cunha, 2002:75).

¹⁰ Apesar de ter sido fundada por setores do movimento sindical, a Anteag torna-se autônoma e independente deles.

e pedagógicas estava Paul Singer e Aparecido Faria, diretor-técnico da Anteag. É a partir dessas discussões sobre novas formas de gerar emprego e renda que nasceu a proposta da economia solidária. No final de 1998, a CUT formou um grupo de estudos para a formação da ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), que foi oficialmente fundada em 1999 (Lechat, 2004).

Em 1999, o Sindicato dos Químicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fundam a Unisol (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo). O Sindicato dos Metalúrgicos já dava apoio, desde 1996, ao cooperativismo e à autogestão como alternativas à geração de trabalho e renda e como uma maneira de diminuir o impacto das demissões (Cunha, 2002).

Além dos sindicatos, como vimos, a Igreja Católica também apoiava iniciativas de trabalho autogerido. Souza (2006) indica que os PACs (Projetos Alternativos Comunitários) são uma iniciativa de ação não-paternalista nem assistencialista nascida da Cáritas¹¹, que busca responder, principalmente, às necessidades econômicas, materiais e espirituais dos homens. Haveria três tipos diferentes de PACs: o de produção de mercadorias, o de prestação de serviços, o de apoio a investimentos populares e o de apoio à criação de sindicatos. Entre 1982 e 1983, os PACs se proliferaram devido à recessão econômica e ao desemprego. Iniciou-se uma atividade de acompanhamento

¹¹ “A Cáritas é um organismo da Igreja Católica presente em duzentos países e territórios, na forma de uma rede com nome de Cáritas Internationalis, sede no Vaticano e origem em 1897. Essa rede está subdividida em sete regiões: América Latina e Caribe, África, Europa, Oceania, Ásia, América do Norte e a chamada MONA (Oriente Médio e Norte da África). Nessas diversas partes do globo, a Cáritas costuma agir em parceria com organismos nacionais e internacionais, com enfoque na questão da defesa dos direitos humanos e numa perspectiva ecumênica. Ela detém o “status consultivo geral” atribuído pelo Conselho Socioeconômico da ONU – Organização das Nações Unidas. (...) a Cáritas Brasileira foi fundada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como entidade de utilidade pública federal, o que lhe permite fazer convênios com instâncias de governo” (Souza, 2006:76).

desses projetos pela Cáritas, que tinha como funções dar assessoria técnica ao projeto, fazer reuniões de planejamento e avaliação e oferecer apoio à comercialização. Em maio de 1990 é fundada a maior iniciativa do projeto em território urbano¹², a ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável), em Belo Horizonte (MG). A experiência com os catadores foi replicada em outras representações regionais da Cáritas, assim como outras iniciativas de formação de cooperativas ganharam força nesse período. A reflexão sobre as experiências também ganha destaque e, em 1996, em um seminário da Cáritas, é utilizado pela primeira vez o termo “economia popular solidária”¹³ (Souza, 2006).

Às universidades, além da discussão teórica, coube outro papel na construção da economia solidária no país: a formação de ITCP's como projetos de extensão universitária. A primeira delas nasceu em 1995 por iniciativa da Coppe/UFRJ (Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), que se inspirou em uma experiência de cooperativismo realizada pela Fiocruz¹⁴ (Fundação Oswaldo

¹² Segundo Souza (2006), a maioria dos PACs se localizava na zona rural e eram “formados por agricultoras familiares, pequenos proprietários, agregados, arrendatários, meeiros, sem-terra e assentados, todos com prática de agricultura de subsistência e de pequena criação de animais” (Souza, 2006:92,93). Os primeiros grupos comunitários formados pela Cáritas e que deram origem aos PACs tiveram como marco o Seminário “O homem e a seca no Nordeste”, em 1981. Foi apenas no início da década de 1990 que tiveram início as iniciativas do PACs em meio urbano. O sucesso da ASMARE levou à criação de outros grupos, como a ASTRAMARE (Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável), em 1999, em João Pessoa, com o apoio também da CUT, Universidade Federal da Paraíba e da Prefeitura de João Pessoa.

¹³ “O termo ‘popular’ se justifica pela opção de trabalho com os considerados excluídos do mercado de trabalho, em outras palavras, os mais pobres da sociedade. A Cáritas preconiza o uso do termo para que o cooperativismo fomentado por ela não seja confundido com aquele tradicionalmente instalado no país, caracterizado, sobretudo, pela grande quantidade de membros, numa forma de gestão que não se diferencia de uma grande empresa convencional” (Souza, 2006: 100,101).

¹⁴ A Fiocruz, um centro de pesquisa na área biomédica, tem um de seus principais campus localizado em Manguinhos - RJ, área que ficou conhecida como ‘faixa de Gaza’. A instituição

Cruz) no complexo da Maré, um conjunto de favelas do Rio de Janeiro. A Cooperativa de Manguinhos, como foi chamada, visava ser uma alternativa de geração de emprego e renda para a comunidade local.

Seguindo o caminho aberto pela Coppe/UFRJ, em 1997 foi criado o Proninc (Programa Nacional de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), tendo como signatários a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), o Banco do Brasil, a FBB (Fundação Banco do Brasil) e o COEP (Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional). A partir deste Programa, mais seis universidades passaram a receber recursos para estruturarem ITCP's¹⁵ (Oliveira, 2003). Em 1999 foi criada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que tinha como objetivo “desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e auto-Gestão, contribuindo para o desenvolvimento da economia solidária. Ela surge para integrar de forma dinâmica as incubadoras e favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos”¹⁶. Hoje, integram a Rede de ITCP's 17 universidades¹⁷.

tomou a iniciativa de criar a cooperativa após a realização de uma pesquisa no conjunto das favelas da Maré que revelava que 80% dos chefes das famílias locais estavam desempregados. Após a pesquisa, concluíram que o desemprego era a raiz da violência que dominava o complexo de favelas e que resultava em balas perdidas que atingiam o prédio da Fiocruz. Criaram uma cooperativa prestadora de serviços que eles mesmos contrataram e, para formá-la, contaram com a ajuda da Universidade de Santa Maria (RS), que possuía experiência em cooperativismo e oferecia cursos voltados ao tema (Guimarães, 2000).

¹⁵ As Universidades contempladas foram as federais do Rio de Janeiro, do Ceará, de Juiz de Fora e a Rural de Pernambuco, além da USP, e da Universidade do Estado da Bahia.

¹⁶ Fonte: http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php

¹⁷ São elas: Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de São João Del Rei, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade do Estado da Bahia, Fundação Universidade Regional de Blumenau, Universidade Federal do Paraná, Universidade Regional de Blumenau, Universidade Católica de Pelotas, Universidade do Vale do Rio Sinos.

O papel dos partidos foi o de promover o fomento ao cooperativismo em suas gestões. No caso particular do PT, a discussão sobre a economia solidária, como veremos no Capítulo 2, começou com Paul Singer em 1996 e se transformou em política pública, pela primeira vez, na gestão Olívio Dutra (1999-2003), no estado do Rio Grande do Sul. Seu exemplo foi seguido por gestões municipais, com destaque para São Paulo (São Paulo), Região do ABC¹⁸ (Santo André, Mauá e São Bernardo), São Carlos (cidade do interior de São Paulo), Campinas (cidade do interior de São Paulo), Recife (capital do Pernambuco, região Nordeste do país), Aracaju (capital de Alagoas, região Nordeste do país) e Salvador (capital da Bahia, região Nordeste)¹⁹.

Com a vitória do PT nas eleições presidenciais em 2002, o fomento à economia solidária como política de geração de trabalho e renda ganhou estatuto nacional e, em 2003, foi criada a Senaes, cujo secretário é, e continua sendo até o momento em que apresento esta dissertação, Paul Singer.

É pelo protagonismo que Singer ocupa nas discussões sobre a economia solidária, tanto na teoria quanto na prática, e pelo caráter peculiar que ele lhe atribui como projeto político de superação do capitalismo, que defendo a necessidade de compreender suas concepções com maior cuidado.

É nesse sentido que, após fazer uma breve apresentação sobre o contexto sócio-político e econômico em que a economia solidária surge e

¹⁸ Região tradicionalmente industrial do Estado de São Paulo, compõe a região metropolitana da capital do Estado de São Paulo. É composta pelos municípios de: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. O ABC foi cenário do renascimento do movimento sindical combativo nos anos de 1970 e 1980. O movimento teve como uma de suas lideranças o atual presidente do Brasil: Luís Inácio Lula da Silva.

¹⁹ Conforme relatório final da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) que avaliou as políticas públicas de economia solidária no país, disponível em: <http://www.mte.gov.br/observatorio/PolíticasPublicasEcoSol.pdf>.

ganha destaque no país, no Capítulo 1, busco apresentar a construção da categoria “economia solidária” por Paul Singer, por meio de um eixo cronológico-temático, entrelaçando detalhes de sua biografia e sua concepção de socialismo, no Capítulo 2.

Para melhor compreender suas influências teóricas, sigo algumas pistas que levanto em seus argumentos e busco relacionar alguns aspectos do pensamento do autor com as discussões sobre o socialismo utópico e a autogestão, no Capítulo 3.

Chego, finalmente, à apresentação das experiências históricas que ele considera fundadoras da economia solidária, no Capítulo 4: a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, uma Sociedade Cooperativa fundada em 1844, em Rochdale, um importante centro têxtil da época, que é tida como a experiência fundadora do cooperativismo moderno; e o Complexo Cooperativo de Mondragón, um complexo de cooperativas fundado em 1956, na região de Mondragón, no País Basco (Espanha), e que hoje é considerado um exemplo de como estruturar uma experiência bem sucedida de cooperativismo.

É esse o percurso que sigo, nesta dissertação, para tecer alguns comentários sobre o projeto político de Paul Singer nomeado “economia solidária”. E o faço com a intenção de compreender as bases teóricas que fundamentam o seu projeto bem como apontar algumas inconsistências que nos levam a questionar sua viabilidade concreta. Este texto não pretende esgotar as diversas possibilidades de interpretação e análise da economia solidária de Paul Singer, mas, ao refazer o caminho de seu pensamento por meio das teorias de tradição marxista, à qual ele se filia, busco mostrar quais são as limitações do seu pensamento dentro dessa mesma tradição.

Capítulo 1 - Contextualizando a economia solidária

É preciso situar o início das discussões e experiências de economia solidária em um contexto ampliado: ela surge em um momento em que as cooperativas urbanas no Brasil tiveram um crescimento meteórico. Para se ter uma idéia, levando-se em conta apenas as cooperativas que foram registradas no Departamento Nacional de Registro Comercial (DNRC)²⁰, houve um crescimento de 311% no número de cooperativas no Brasil entre os anos de 1990 e 2001, sendo que a partir de 1996, foram registradas 2.193 cooperativas ao ano no mesmo período (Eid, Fianza e Pimenta, 2004).

Esses números só se explicam se levarmos em conta alguns fatores sócio-econômicos e políticos: 1) as cooperativas urbanas explodem em números no país na década de 1990 em consequência da crise econômica e dos altos índices de desemprego; 2) elas se apóiam nas modificações das relações sociais que se deram no país com a redemocratização; 3) a flexibilização das leis trabalhistas aliada à reestruturação produtiva estimularam a atuação de cooperativas como terceirizadas.

Para compreender esses fatores e situarmos o pensamento de Paul Singer dentro desse contexto é necessário apresentar, ainda que brevemente, o cenário sócio-econômico do país nas décadas de 1980 e 1990 destacando a especificidade do fenômeno das cooperativas urbanas como fruto desse processo, já que, como veremos em seguida, a tradição cooperativista no

²⁰ Juridicamente esse registro é indispensável para que a cooperativa possa funcionar, segundo a Lei 5.764/71. Sabemos, no entanto, que essa não é a realidade da maior parte das cooperativas do país porque a precariedade em que muitas delas se encontram as impede, sócio-economicamente, de se legalizarem.

Brasil sempre foi mais forte no campo. Antes, porém, apresento de maneira breve a história do cooperativismo no Brasil.

1.1) Breve história do cooperativismo no Brasil

A historicização do cooperativismo brasileiro apresenta uma dificuldade: enquanto Silva et alli (2003) outorga à Associação Cooperativa dos Empregados de Limeira-SP o título de primeira cooperativa formada no país, em 1891, Pinho (2008) reconhece a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 1899, como a pioneira. Outra experiência é a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco, em 1894 (Silva et alli, 2003). As diferenças, no entanto, convergem para o fato de que as primeiras experiências cooperativas de que se teria registro no país, se formaram no final do século XIX²¹. Algum tempo depois, portanto, da estruturação da cooperativa de consumo da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, em 1844, cujos princípios se tornaram inspiração para a formação de cooperativas ao redor do mundo.

Outra convergência que podemos citar entre essas experiências é a de que elas funcionam como cooperativas de consumo e estão localizadas em território urbano. As cooperativas vindouras, no entanto, não vão seguir esse modelo.

Somente a partir de 1932 é que teria havido um crescimento na formação de cooperativas no país. E essas cooperativas que passam a se

²¹ Outras experiências citadas são: a Cooperativa Militar de Consumo no Rio de Janeiro, em 1894, e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista, na cidade de Campinas (SP), no ano de 1887.

formar em grande número na década de 1930 são de tipo rural, voltadas à produção agrícola. Esse salto quantitativo no meio rural e a estagnação das experiências em território urbano se deram, entre outros fatores, devido ao corporativismo em que se envolveu a luta do movimento cooperativista urbano nos anos de 1920 e 1930, e ao incentivo dado pelo governo federal à formação de cooperativas rurais no país.

No primeiro caso, vale lembrar que os cooperativistas faziam parte da corrente sindical de cunho reformista e corporativista, ou seja, faziam parte daquele grupo conhecido como “amarelos” na história do sindicalismo brasileiro (Araújo, 1998). O sindicalismo cooperativista era liderado por Sarandy Raposo, que se sentava à mesa de negociações do Ministério da Agricultura para decidir sobre qual seria o melhor modelo de cooperativismo a ser regulamentado pelo Estado. Na época, Raposo defendeu, junto a Plácido de Melo, que as cooperativas funcionassem como sociedades anônimas, enquanto outro grupo, liderado por Adolpho Gredilha e Fábio Luz Filho, defendia que as cooperativas se estruturassem em um modelo que seguisse o modelo de Rochdale. É o modelo de Raposo e Melo o que vai ser adotado pelo presidente Afonso Pena, em 1907, que faculta pelo Decreto-Lei nº1637 a organização das cooperativas com estrutura das sociedades anônimas, voto plural e capital formado por ações (Pinho, 2008).

Além da participação na mesa de negociações do Ministério da Agricultura, Raposo teria conquistado mais tarde o apoio do governo federal para propagar suas idéias e organizar sindicatos e sociedades cooperativas. Ele funda, em 1921, com o apoio do movimento sindical “amarelo”, a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB) (Araújo, 1998). O

sindicalismo cooperativista defendia os sindicatos e as cooperativas como bases para a realização de uma aliança entre o capital e o trabalho. A transformação social ocorreria, dessa forma, progressivamente, dentro da ordem estabelecida. Segundo Araújo (1998), a proposta dos sindicalistas cooperativistas era a de incorporar a “classe trabalhadora à sociedade e ao Estado, não por meio da participação política, mas das conquistas econômico-profissionais, como o reconhecimento dos direitos sociais e a participação na riqueza produzida pelo trabalho” (Araújo, 1998:204).

O apoio encontrado nos anos 1920 é reconquistado na década de 1930, quando os sindicalistas cooperativistas voltaram a divulgar e promover suas idéias em pleno Governo Provisório de Vargas. Vale destacar que a atuação do sindicalismo “amarelo” na Primeira República e no primeiro governo Vargas, apoiado na militância e nas massas trabalhadoras, foi central para o estabelecimento do sindicalismo corporativista. Os sindicalistas cooperativistas, incluídos entre os “amarelos”, contribuíram, portanto, para a construção de sindicatos sob o controle do Estado (Araújo, 1998).

No segundo caso (incentivo dado pelo governo federal à formação de cooperativas rurais no país), o salto quantitativo das cooperativas no meio rural pode ser explicado pela Lei Cooperativa de 1932²², que, segundo Rios (1987) e Silva et alli (2003), identificava as cooperativas como instrumento para a reestruturação das atividades agrícolas do país e favorecia os grandes produtores. É o setor agroexportador, portanto, o setor da economia que é estimulado e favorecido pela nova Lei, e não a agricultura de subsistência ou familiar. É a partir disso que Rios (1987) argumenta que o cooperativismo das

²² Decreto nº 22.239.

primeiras décadas do século XX tinha caráter conservador e representava a promoção das elites políticas e agrárias e, conseqüentemente, era uma forma de controle social e político dessas elites com apoio do Estado.

O diferencial do cooperativismo brasileiro é, para Rios (1987), relativo à sua origem de classes: enquanto na Europa o cooperativismo surge como reação dos trabalhadores às vicissitudes geradas pela Revolução Industrial, no Brasil, ele surge como iniciativa das elites agrárias.

Pinho (2008) defende que essa atenção ao cooperativismo agrícola se relaciona com a atenção dada ao governo à atividade que era a base da economia brasileira na época. É por isso que a iniciativa primeira de construção de um aparato legal e regulador das cooperativas vai partir do Ministério da Agricultura. Este, em convênio com as Secretarias de Agricultura dos Estados, promovia e fiscalizava todos os tipos de cooperativas, fossem elas agrícolas ou não. Vai ser apenas em 1988, com a nova Constituição Federal, que o sistema normativo e fiscalizatório vai se desfazer. O texto da Lei, segundo Pinho, vai proibir a interferência estatal nas cooperativas e reconhecer a autogestão.

O desvinculamento legal do Estado acompanha a nova tonalidade que adquire o movimento cooperativista no país já em meados da década de 1980. Essa nova tonalidade tem como ápice a década de 1990 e é definida pela construção da categoria economia solidária em um movimento que visava se distinguir do cooperativismo e associativismo tradicionais do século XX, ligados às elites agrárias (Icaza, 2004). Para Icaza “a diferença das organizações da economia solidária está fundamentalmente em torno dos discursos e das lógicas de ação (...) [a economia solidária] apresenta-se como um campo de construção de alternativas econômicas ao modelo dominante, alicerçadas em

um discurso critico transformador e em práticas solidárias e autogestionárias, muito próximas aos movimentos sociais” (Icaza, 2004:21,22).

As novas cooperativas urbanas que surgem já em meados dos anos 1980 como alternativa dos trabalhadores à crise econômica e ao desemprego crescente, também possuem influências dos novos movimentos sociais e da efervescência política derivada da luta pela democracia. É por isso que as novas experiências se diferenciariam da forma tradicional: as cooperativas ganham um discurso que é herdado do cenário político do qual elas emergem, qual seja, o de luta pela emancipação, e o de demanda por maior participação nas esferas de decisão.

É isso o que podemos concluir a partir dos apontamentos de Icaza (2004) e de Silva et alli (2003). Se a autora já indicava a luta pela democratização como uma das grandes responsáveis pela mudança no matiz do cooperativismo, Silva et alli defendem que as novas cooperativas estão inscritas em um “movimento mais amplo de modernização das atividades e da ampliação da democracia, ganhando ressonância com as discussões sobre a economia solidária/terceiro setor” (Silva et alli, 2003:79).

A conjuntura econômica, a reestruturação produtiva, a aplicação de políticas neoliberais e a modificação da situação política do país é que vão, juntas, permitir e explicar a explosão do número de cooperativas urbanas na década de 1990 e a mudança de “projeto” do cooperativismo. No tempo histórico que Pinho (2008) define como “presente cooperativo”²³ – 1980 até os

²³ Na tentativa de sintetizar a história do cooperativismo brasileiro, Pinho (2008) a divide em duas partes: o passado cooperativo “que vai da primeira cooperativa que se tem notícia, em 1889 (Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto), até o final da década de 1970, marcada pelo “milagre econômico brasileiro” e, no cooperativismo, pela Lei

dias de hoje -, o cooperativismo se aproximou de um discurso transformador devido à conjuntura de luta pela democratização e das discussões sobre sua forma e prática. A emergência da categoria economia solidária só pode ser compreendida se nos remetermos a esse contexto.

1.2) Reestruturação produtiva e neoliberalismo

O ciclo de liberalização brasileiro tem início em 1987, no governo Sarney. Segundo Alves (2000), as pressões da burguesia monopolista por mudanças econômicas levaram às primeiras medidas de abertura comercial do país, com programas institucionais do Estado “voltados ao apoio de uma nova política industrial, que já assinalava a necessidade premente de o Brasil buscar índices de qualidade e produtividade” (Alves, 2000:186). Mas, segundo o autor, é apenas a partir do governo Collor, em 1990, portanto, que a liberalização comercial vai aparecer como um dos principais eixos da política neoliberal. O Plano Collor I continha “um conjunto de medidas de política industrial” chamado PICE (Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior), cujas medidas visavam desregulamentar o comércio exterior e reduzir as alíquotas de importados.

A abertura comercial e a redução das alíquotas são apontadas também por Druck (2001) como medidas de matiz neoliberal recomendadas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional). Segundo Alves (2000), a liberalização

5.764/71, que estruturou e modernizou o movimento cooperativo, em âmbito nacional” (Pinho, 2008: 17); e o presente cooperativo, que vai de 1980 até o ano dos seus estudos, 2007. A data 1980 foi escolhida pelo novo cenário político nacional e pela autonomização das cooperativas via Constituição.

comercial é um dos eixos centrais da política neoliberal implementada no Brasil. Ela seria um imperativo do capital mundial que, através das agências internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC (Organização Mundial do Comércio), pressionavam as economias nacionais para que elas facilitassem o fluxo de capitais e, com isso, a abertura de novos canais de valorização dos capitais para as multinacionais.

Essa liberalização comercial, com a redução das alíquotas das importações, levou as indústrias e as empresas nacionais a pensar em novas formas de organização do trabalho e da produção que permitissem a manutenção de sua competitividade. As empresas e indústrias nacionais reagiram a esse cenário institucional:

“... promovendo cortes drásticos de pessoal, implantando inovações organizacionais, desverticalizando-se, flexibilizando suas relações com os trabalhadores, redefinindo produtos e processos, focalizando suas atividades em segmentos de mercado nos quais tinham maior capacidade de competição, revendo suas relações com fornecedores e clientes” (Pamplona, 2001:180).

Esse foi o início de um processo que se denomina reestruturação produtiva, caracterizado por concentrar técnicas de produção flexível e poupadoras de mão de obra e que tem, como fonte, o toyotismo.

O toyotismo nasceu no Japão pós II Guerra Mundial como uma adaptação das indústrias japonesas à falta de mão-de-obra, matéria-prima e tecnologia. As primeiras propostas modernizadoras, baseadas em uma nova forma de organizar o trabalho, surgiram na década de 1940 na empresa de automóveis Toyota.

“Suas propostas ofereciam soluções para a necessidade do capital de aumentar seus lucros por meio da diminuição gradativa da força de trabalho, da reorganização do espaço produtivo, da desconstrução da autonomia sindical e dos direitos dos trabalhadores” (Marcelino, 2004: 79).

Coriat (1994) defende que os dois pontos fundamentais do toyotismo são a produção “just-in-time”, isto é, produzir de acordo com a demanda, de maneira mais flexível, e a autonomia das máquinas, que podem parar sozinhas quando ocorre algum problema na produção.

Apesar de ter emergido de um contexto específico – o Japão de economia arrasada no pós-guerra e com uma organização sindical frágil -, Harvey (2008) defende que essa técnica de organização da produção se generaliza a partir de 1973 como resposta à crise econômica. Mas os rearranjos na organização industrial também tiveram impactos na vida social e política. É por isso que o autor defende que essas modificações assinalam a passagem para um novo sistema de regulação, diferente do fordista, que ele vai chamar de “acumulação flexível”.

“A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais

completamente novos em regiões até então subdesenvolvida (tais como a “Terceira Itália”, Flandres e vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados)” (Harvey, 2008:140).

O novo modo de regulação, baseado na flexibilidade dos processos de produção e do mercado de trabalho, assim como dos produtos e dos padrões de consumo, começa a se desenhar no Brasil a partir da década de 1980 e, com mais força, na década de 1990 - pois os ajustes neoliberais implementados no país a partir do governo Collor criaram facilidades para o avanço dessa reestruturação. Os efeitos retardados da crise mundial têm relação com a tese de Mello e Novais (1998) segundo a qual o Brasil possui um capitalismo tardio. Com isso os autores buscaram dizer que o país adotou um modelo de industrialização que há muito já compunha a economia dos países centrais²⁴.

Ao mesmo tempo em que a reestruturação produtiva se inicia no Brasil, o mundo passa pelo que se denomina como Terceira Revolução Industrial ou Revolução Tecnocientífica. A alta tecnologia é aplicada à produção e a microeletrônica promove um enxugamento nos postos de trabalho com a substituição de antigas formas de produção por novas: as novas tecnologias permitem aprofundar a automação da produção e a organização flexível do trabalho. E esta última não se realiza apenas dentro das plantas fabris: ela permite a externalização e a deslocalização do trabalho.

²⁴ Deve-se destacar, também, que as novas formas de organização da indústria que tiveram início a partir da crise de 1973 estimularam a criação de um “fordismo periférico”, já que a deslocalização da produção tomava proveito da força de trabalho mal remunerada do terceiro mundo.

É a partir disso que podemos dizer que a terceirização ou as redes de subcontratação são características fundamentais do novo modelo de organização do trabalho. No Japão, como destaca Druck (2001), é essa dimensão que vai garantir o nível de produtividade das indústrias e “que se demonstra indispensável para a compreensão da plenitude do modelo” (Druck, 2001:128).

A modificação no marco regulatório da acumulação do capital, que agora passa a ser caracterizada pela acumulação flexível, é acompanhada da aplicação de políticas neoliberais e pelo desmonte do Estado de bem-estar social nos países de capitalismo desenvolvido. As consequências sociais não demoraram a aparecer e isso se reflete em estudos acadêmicos, como o de Castel (1998), que, a partir dos altos índices de desemprego gerados pela reestruturação produtiva na França, teoriza sobre o fim da sociedade salarial. O que ele discute, na verdade, é o desmonte do modelo fordista de gestão do trabalho e da produção, baseado no assalariamento, e no consumo de massas e em um Estado de bem-estar social.

Apesar da regulação do mercado de trabalho de tipo fordista e das políticas econômicas e sociais de Estado não terem existido de maneira hegemônica no Brasil²⁵ (Druck, 2001), o desmonte de sua estruturação incipiente, por meio da reestruturação produtiva, se consolida no país na década de 1990. Pois se na década de 1980 e no início da década de 1990 a

²⁵ Para a autora, o fordismo se consolidou no país via coerção: primeiro com o governo Vargas, depois com Kubitscheck e com os governos da ditadura militar. Não teria se constituído aqui um amplo processo de integração das massas ao trabalho e ao consumo. E passamos longe de ter um Estado de bem-estar social. Para a autora, apenas poucos setores do mundo do trabalho atingiram a “cidadania do fordismo”, sendo nosso país sempre constituído por um mercado de trabalho de tipo singular, no qual “conformam-se práticas de trabalho que não passam, necessariamente, pela organização fabril ou de sistema fabril” (Druck, 2001:60).

inserção de novas formas de organização do trabalho e de novas tecnologias se dava de maneira tímida, na metade da década de 1990 essa tendência se consolida e se coloca como um projeto sistêmico (Alves, 2000).

Isso não quer dizer que o Brasil não tenha tido um movimento de estruturação do mercado de trabalho assalariado. Como nos informa Pochmann (1999), a estruturação do mercado de trabalho ocorreu:

“... por força da implementação e consolidação do projeto de industrialização nacional, bem como devido à institucionalização das relações de trabalho, compartilhada pelo conjunto de normas legais difundidas a partir de um código de trabalho no país (CLT)” (Pochmann, 1999:70).

A singularidade do Brasil é que essa estruturação não atingiu os mesmos padrões observados nos países desenvolvidos. “Nestes, a taxa de assalariamento urbana supera os 4/5 da População Economicamente Ativa ocupada no meio urbano, enquanto no Brasil ela passou de 42,0% em 1940 para 62,8% em 1980” (Pochmann, 1999:70).

É a partir da reforma do Estado e da estabilização da moeda que se desenvolve uma nova estrutura de acumulação do capital no Brasil. Nesse período, que tem início em 1994 a partir da implementação do Plano Real, a reestruturação produtiva deixa de ser uma medida de ajuste reativo e de caráter defensivo - como adaptação dos empresários e industriais à abertura econômica -, para ter um caráter ofensivo, estratégico – apoiado por políticas neoliberais e por uma hegemonia de sua ideologia (Alves, 2000:198).

Para Druck (2001) duas reformas estruturais do governo Collor, que tiveram continuidade no governo FHC, foram fundamentais para a adoção de

práticas toyotistas: 1) a abertura econômica, com a redução das alíquotas de importação; 2) as privatizações das estatais. Da reação para a adoção estratégica dessas práticas de gestão era uma questão de estabilização do cenário.

Reforma trabalhista e terceirização

A terceirização também tem destaque no caso da reestruturação produtiva nacional e é, para Druck (2001), a dimensão central da implementação do modelo japonês no Brasil a partir da década de 1990. No cenário de abertura comercial, as empresas buscavam implementar medidas que aumentassem a sua competitividade no mercado. A terceirização, com a focalização na realização da atividade-fim, externaliza e transfere para outras empresas os serviços e atividades produtivas que não são considerados essenciais. Com isso, também se transferem os custos com a contratação, treinamento, direitos trabalhistas etc., à empresa subcontratada.

Marcelino (2004) chama a atenção para o caráter desmobilizador e precarizador da terceirização. Ao contrário do que apregoam as empresas, que dizem que a terceirização aumenta o número de postos de trabalho, o que aumenta é o número de desempregados e trabalho em postos precários, “pois o trabalho é organizado de forma a não necessitar do mesmo número de trabalhadores” (Marcelino, 2004:141,142). Além disso, a terceirização desmobiliza a classe trabalhadora, pulverizando-a em um sem-número de especialidades e, devido à estrutura sindical do país, em um sem-número de sindicatos ou de trabalhadores sem representação sindical.

Em seu estudo de caso sobre a montadora Honda de Sumaré (SP - Brasil), Marcelino (2004) mostra como os terceirizados que prestam o serviço de logística à empresa reivindicam serem reconhecidos como metalúrgicos e se afastam do sindicato que os representa – o SEAAC (Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas e Serviços Contábeis de Americana e Região) - buscando apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região. Apesar de, nesse caso, os trabalhadores terceirizados terem organizado uma greve e conseguido aumento de salário, a mobilização e a luta por direitos é rara entre eles.

Isso pode ser melhor compreendido se atentarmos para o cenário de implantação de políticas neoliberais. Além da abertura comercial e das privatizações, ganhou destaque no país, em meados da década de 1990, as políticas de desregulamentação²⁶ das leis trabalhistas. A introdução de emendas ao texto da CLT segue o cenário de reestruturação produtiva que se apresenta com a desculpa de incentivar a criação de postos de trabalho. São criadas novas formas de contratação, mais flexíveis, entre elas: contrato por tempo determinado, em tempo parcial ou mediante suspensão do contrato de trabalho (Galvão, 2007:28).

²⁶ Galvão (2007) destaca a diferença entre desregulamentação e flexibilização. Apesar de as duas palavras se referirem “ao processo de limitação da interferência do Estado no campo normativo” e ao “reforço da perspectiva contratualista” na regulação das relações de trabalho, há uma imprecisão na palavra desregulamentação: ela não significa apenas a supressão de regulamentos e leis, pode também significar a implantação de novas leis. Isso implica em que “a desregulamentação pode ser uma forma de tornar o Direito do Trabalho mais “flexível””, o que leva à formulação do neologismo “flexibilização”, que, para a autora, tem uma função ideológica clara: a de “fazer com que os trabalhadores aceitem a redução de direitos, uma vez que não há restrições que impeçam os direitos inscritos na lei de serem ampliados via negociação coletiva” (Galvão, 2007:22,23).

Entre as emendas introduzidas na CLT, uma merece destaque especial na discussão da terceirização e da economia solidária: a Lei nº 8.949/94, de 1994. Essa lei reconhece as cooperativas como um tipo de associação que não deve possuir vínculo empregatício entre os cooperados e os tomadores de serviço. Apesar de a lei reconhecer a autonomia da cooperativa, ela acaba por criar um mecanismo perverso de precarização do trabalho. Muitas das cooperativas que surgem na década de 1990, em território urbano, passam a funcionar como terceirizadas, como prestadoras de serviços para empresas. É nesse período que temos o crescimento explosivo no número de cooperativas mostrado no início deste capítulo.

O problema dessa lei é que ela permitiu a contratação de cooperativas sem que houvesse a contrapartida dos direitos trabalhistas. Foi mais um mecanismo encontrado pelo empresariado para baratear os custos de trabalho transferindo-os para as cooperativas. É o caso, por exemplo, das cooperativas de trabalho que oferecem serviços de limpeza às empresas, ou, ainda, das cooperativas de produção que produzem roupas ou sapatos para grandes indústrias de confecção e de calçados. Nos dois exemplos, as cooperativas são formadas como fornecedoras de mão-de-obra, e, no caso da última, como meio de baratear a atividade-fim da empresa cortando os gastos com o pagamento de direitos trabalhistas. Os órgãos fiscalizadores do Ministério do Trabalho passaram a entender esse tipo de relação entre empresa e cooperativa como fraudulenta, pois ela encobre a existência do vínculo empregatício. E, sem ele, não há obrigatoriedade de registro na Carteira de Trabalho.

Como sabemos, a Carteira de Trabalho é o meio de acesso dos trabalhadores ao sistema de proteção social das leis trabalhistas. Os

cooperados que prestam serviços ou realizam trabalho para empresas como terceiros ficam, portanto, sem acesso algum aos direitos sociais (Gil, 2002).

Vale lembrar que há um debate que nomeia esse tipo de cooperativas, constituídas como maneira de baratear os custos da produção de uma empresa, como “coopergatos”. As iniciativas vinculadas à economia solidária dizem se afastar desse modelo, pois esse tipo de cooperativismo não daria a autonomia aos seus cooperados e os deixariam, ainda, submetidos à lógica da exploração do capital. A economia solidária aparece, nesse sentido, como um modelo que se contrapõe à perversão propiciada pelo movimento de terceirização vinculado às cooperativas. Como uma proposta alternativa que divide o mesmo cenário de desemprego e desalento enfrentado pelos que tomaram as “coopergatos” como saída pessoal para a crise.

Desemprego e busca por alternativas

A reestruturação produtiva, no Brasil, ajudou a apronfudar os elevados índices de desemprego que tiveram início com a crise econômica, assim como ocorreu no caso dos países de capitalismo desenvolvido. No país, o nível de desemprego superou os 10% da PEA (População Economicamente Ativa) na década de 1990 (Boito Jr, 1999). Mas os números são maiores quando observamos as regiões metropolitanas: de 9,3% em 1990 passa a 19,9% em 1999 (Pamplona, 2001:198)²⁷.

A especificidade do caso brasileiro é que, como não possuíamos um mercado de trabalho assalariado bem estruturado, o aumento dos índices de desemprego correspondeu a um inchaço do mercado de trabalho informal,

²⁷ Pamplona (2001) cruzou os dados da PME/IBGE de 1998 e dados da PED/SEADE de 1999.

sendo que ele chegou até mesmo a ultrapassar o número de trabalhadores incluídos no mercado formal de trabalho, atingindo, segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada), 51% da PEA no ano 2000 (Ramos, s/d).

Pochmann (1999) mostra que não houve evolução negativa no número de postos de trabalho entre a década de 1980 e 1990 - porque eles cresceram à mesma taxa anual de variação da PEA²⁸ -, há uma alteração na composição dos registrados e dos sem registro em carteira: “de cada cem empregos gerados entre 1980 e 1991, cerca de 99 foram sem registro e apenas um tinha registro” (Pochmann, 1999:72,73). Também cresceu, no mesmo período, o número de ocupações do que ele chama de “segmentos não-organizados”²⁹ da economia urbana:

“... entre 1980 e 1991, de cada dez ocupações geradas, quatro foram de responsabilidade do segmento não-organizado e cinco do segmento organizado. Enquanto as ocupações do segmento não-organizado cresceram a uma taxa média anual de 4,9%, o segmento organizado apresentou taxa média anual de variação de 2,7%” (Pochmann, 1999:73,74).

Um estudo mais recente do IPEA confirma a tendência de frenagem na estruturação do mercado de trabalho apontada no estudo de Pochmann:

²⁸ 2,8%

²⁹ Pochmann (1999) se baseia na dualidade segmentos ocupacionais organizado e não-organizado como alternativa à abordagem que trata do mercado de trabalho como dividido entre os setores formal e informal, porque acredita que essa abordagem tradicional seja insuficiente. Por segmento não-organizado ele entende: “formas de ocupações mais heterogêneas, cuja organização não assume característica tipicamente capitalista, ou seja, peculiar das economias em estágio de desenvolvimento. Deve-se destacar que as ocupações não-organizadas encontram-se incluídas de forma dependente e subordinada à dinâmica capitalista. Contudo, embora opere conjuntamente com as ocupações organizadas, o segmento não-organizado revela um espaço econômico limitado e intersticial na absorção de trabalho excedente ao modo de produção capitalista” (Pochmann, 1999:65,66).

“... de 1991 a 1996, o percentual de trabalhadores informais passou de 40% para 47% no conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME/IBGE³⁰. De meados de 1996 até o final de 1997, o ritmo de crescimento do grau de informalidade diminuiu, ficando próximo de 48%. Como reflexo das agruras por que passou a economia brasileira em 1998 e 1999, o funcionamento do mercado de trabalho mudou, o que fez com que o processo de informalização retomasse fôlego, de tal forma que nos últimos meses de 1999 foi rompida a marca de 50%, chegando a 51% no início de 2000” (Ramos, s/d).

Nesse contexto de alto índice de desemprego e de crescimento do mercado informal de trabalho, legados da abertura comercial e da crescente reestruturação das empresas com enxugamento dos postos de trabalho, os trabalhadores urbanos vão procurar por alternativas de geração de trabalho e renda. As cooperativas, vinculadas ao projeto de economia solidária ou não, foram uma das opções encontradas.

Mas, além de as cooperativas, no Brasil, não terem tradição urbana até então, como já vimos, elas também não contavam com o apoio da sociedade civil nem com uma retórica da emancipação para se constituírem. É apenas compreendendo as cooperativas urbanas da década de 1990 como fruto de uma nova relação entre Estado e sociedade civil, que se estrutura no processo de democratização, que vamos perceber como se dá a mudança de discurso e as novas bases de apoio e de fomento ao cooperativismo.

³⁰ Lauro Ramos utiliza dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A PME é uma pesquisa domiciliar mensal executada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador; representando cerca de 25% da força de trabalho (Ramos, s/d).

Não é apenas o elevado índice de desemprego, portanto, o que explica a formulação do projeto de economia solidária. A construção de um espaço de trabalho que dê autonomia e controle do trabalhador sobre o processo de trabalho e as tomadas de decisão é o que faz Singer levar o projeto de economia solidária adiante. Quando a Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária) foi criada, em 2003, o número de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho informal se encontrava em um patamar estável, girando sempre na casa dos 50%. Em 2005, a população informalmente ocupada segundo a PME era de 51,8%. Em 2006 esse número caiu para 50,4%³¹.

No último ano, 2008, a PME do IBGE anunciou recordes seguidos para os índices de ocupação formal no país: 51,5% em fevereiro, 51,6% em março,³² 54,3% em julho³³ e 55,1% em dezembro. Este último, o maior da série histórica que teve início em março de 2002³⁴.

Mas, apesar dos dados positivos do IBGE, a crise financeira mundial que teve início em setembro de 2008 já começou a atingir o mercado de trabalho do país naquele mesmo ano. Em dezembro de 2008, o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e do Emprego, apontou um corte de 654 mil vagas de trabalho com carteira assinada. E a

³¹ Dados do Valor online, de 14/09/2007, em reportagem intitulada [“Mercado ganhou mais trabalhadores formais em 2006, segundo levantamento do IBGE”](#), de Rafael Rosas.

³² Dados do Valor online, de 24/04/2008, em reportagem intitulada [“Para IBGE, nível de formalidade no mercado de trabalho é o maior da série”](#), de Rafael Rosas.

³³ Dados da Folha Online, de 21/08/2008, em reportagem intitulada [“Quadro do emprego é de estabilidade, avalia IBGE”](#), de Cirilo Junior.

³⁴ Dados da Fola Online, de 22/01/2009, em reportagem intitulada [“Emprego formal no país em dezembro é o maior em seis anos, diz IBGE”](#), de Cirilo Junior.

expectativa é de que as novas pesquisas apontem para mais cortes no mês de janeiro de 2009³⁵.

Cabe à agenda de pesquisa da economia solidária observar se o número de cooperativas criadas vai aparecer, mais uma vez, como forma de combate ao desemprego caso essa crise se prolongue. E, caso apareçam, as dimensões que o projeto de economia solidária pode ganhar, enquanto política pública de auto-emprego, nesse novo cenário.

³⁵ A redação deste texto foi finalizada no início de fevereiro de 2009. Os dados referentes ao mês de janeiro da PME do IBGE, segundo o calendário de divulgação do instituto de pesquisa, seriam divulgados no dia 20 de fevereiro de 2009. Apesar de não ter tido acesso aos dados, acompanhei diariamente a seção de economia da “Folha de S.Paulo” e as notícias publicadas no site do jornal “Valor Econômico”, nos quais encontrei, com frequência preocupante, artigos que noticiavam cortes de vagas e férias coletivas nas principais empresas do país, como a Ford, a GM, e a Perdigão, por exemplo.

Capítulo 2 – A economia solidária de Paul Singer

A economia solidária surge em meados da década de 1990 como resultado dos fatores elencados no capítulo 1. Paul Singer foi um ator importante no desenvolvimento desses processos. Por essa razão, antes de apresentar o detalhamento do projeto político que ele outorga à economia solidária, é necessário apontar algumas notas de sua vida e como elas se entrelaçam com os movimentos de defesa da democracia, do enfrentamento da crise econômica e da busca por alternativas ao desemprego. Acredito que a referência ao seu passado e à militância política que desempenhou desde jovem sejam fundamentais para recuperarmos as principais referências teóricas e a influência das experiências históricas na fundamentação da categoria de economia solidária.

2.1) O militante: uma breve biografia

Foi em meio à anexação da Áustria pela Alemanha, em 1932, que nasceu Paul Singer. Filho de família judia contemporânea à ascensão do nazismo, ele sofreu a perseguição dos agentes do regime ainda criança. Em 1940, com oito anos, logo após o início da 2ª Guerra Mundial, sua mãe fugiu com ele rumo ao Brasil.

“A família Singer foi obrigada a vender sua mercearia num subúrbio de Viena e a se mudar para o centro da cidade quando os nazistas alemães anexaram a Áustria e começaram a restringir as atividades econômicas dos judeus. A mãe, viúva, passou dois anos angustiada correndo os consulados e

falando com os outros judeus tentando conseguir um visto para algum lugar do mundo. Nessa época o garoto Paulo [Paul] estudava em uma escola para crianças judias, proibidas de freqüentar as mesmas escolas que os não-judeus. Em 1940, ele e a mãe chegaram ao Brasil” (Pinsky, 2000: 42).

É por meio da experiência do Holocausto que Singer se aproxima, no Brasil, de um grupo político de jovens judeus socialistas sionistas³⁶, o Dror³⁷. Foi esse grupo que o levou a participar da construção do Kibutz Hachshará Ein Dorot³⁸, em Jundiaí (SP).

Singer se associou ao Dror da cidade de São Paulo aos 15 anos e atribuiu sua entrada no grupo mais à afinidade com o socialismo do que com o sionismo (Pinsky, 2002). Sua participação nesse grupo de imigrantes ou de filhos de imigrantes judeus é fundamental para compreendermos sua trajetória política e sua defesa da economia solidária.

“Minha formação judia era tradicional e não me inclinava ao socialismo; quando os rapazes e moças da minha turma se tornaram sionistas eu me rebelei e me afeiçoei às convicções socialistas, que já vinha nutrindo há algum tempo... Bernardo [Cymyring, líder do Dror na época] concordava com as minhas posições socialistas e com isso abriu uma picada que me levou ao sionismo [e ao Dror] (...) eu estava então fazendo um curso sobre o socialismo no velho PSB³⁹ (...) aproveitava também para ler furiosamente a imprensa socialista de outros países (...) acompanhava com paixão a luta dos oprimidos do mundo todo contra a exploração etc, etc. Eu era um espectador que, de repente, foi convidado a tomar parte no espetáculo. Tornei-me em poucas semanas o mais entusiasmado dos militantes. *Chaver*⁴⁰ era o título de que mais

³⁶ Sionismo é um movimento político do povo judeu que defendia sua autodeterminação e a fundação de um Estado próprio.

³⁷ Pássaros da liberdade, em hebraico.

³⁸ Fonte das gerações, em hebraico.

³⁹ Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1945 e extinto vinte anos depois.

⁴⁰ Chaver, em hebraico, significa companheiro.

me orgulhava” (Paulo Singer. “Lembranças de um velho drorista”, em Na’Amat Brasil, nº17, São Paulo, maio 1998, *apud* Pinsky, 2000:52).

Dror é o nome de um movimento juvenil pioneiro⁴¹ sionista e socialista estabelecido na Polônia no final dos anos de 1920. Suas idéias chegaram ao Brasil com os imigrantes, na década de 1930. Foi em Porto Alegre que o grupo se reuniu pela primeira vez, em 1945, em um porão habitado por imigrantes poloneses. Em São Paulo, não há data precisa de fundação. O que se sabe é que, por volta de 1947, ele surgiu com base em grupos que se reuniam no Departamento Juvenil do Centro Hebreu Brasileiro. A partir da formação oficial do Estado de Israel, em 1948, o Dror teve grande expansão. Para se ter uma idéia, na sede de São Paulo o número de membros passou de 100 para 800 em 1948 (Pinsky, 2000). Foi neste período que Paul Singer se associou ao movimento. Seu depoimento ilustra a importância que o Dror desempenhou em sua formação política:

“O Dror estava nessa época em rápida expansão. Encontrei de imediato centenas de moças e rapazes, vindos de todos os bairros da cidade, que também tinham aderido recentemente. Entramos em conjunto na descoberta de um mundo político e, por extensão, social e econômico e de forma totalmente autônoma. Não havia adultos para nos ensinar e enquadrar.

⁴¹ Os pioneiros, na história judaica, foram os membros do grupo formado pela *Il allia* (*allia* é a palavra hebraica utilizada para designar a imigração dos judeus para o futuro Estado de Israel). Dela, participaram majoritariamente imigrantes russos que participaram ou sofreram os efeitos da revolução de 1905. Eram, em sua maioria, jovens marcados pelas ideologias socialista e sionista e marcados pelas lutas políticas da época. Viam no trabalho o fundamento para o renascimento nacional judaico. “Para uns, uma questão “ideológica”: entre os judeus dever-se-ia *constituir uma classe trabalhadora para que se chegasse à revolução socialista*. Para outros, um problema “ético”: *só o trabalho de mãos judias na terra daria ao povo judeu o direito moral de permanecer na pátria escolhida que pretendia reconstruir*.” (Pinsky, 2000:90).

Bernardo [Cymyring] e sua corte eram *chaverim*⁴² e assim se portavam. Eram um pouco mais velhos e experientes, mas eram tratados de igual para igual. Era a primeira vez na minha vida que eu tomava parte numa organização política partidária, com princípios, programas, disciplina e tudo mais. Eu estava maravilhado” (Paulo Singer. “Lembranças de um velho drorista”. Na’Amat Brasil, nº 17, São Paulo, maio 1998, *apud* Pinsky, 2000:30).

Outro depoimento, escrito na época em Singer participava do movimento, mostra seu entusiasmo com a adesão ao sionismo:

“(...) se até hoje nossas realizações tiveram um caráter cultural, chegado é o tempo de adotarmos uma posição ativa e definida no sionismo (...) orientar nossas idéias em uma direção definida e em trabalhos úteis e producentes. (...) achamos o caminho: começamos por nos tornarmos sionistas *chalutzianos*⁴³ (...) É necessária a nossa emigração à base do *chalutzianismo*? (...) Minha resposta seria afirmativa (...) [desejamos] que a massa judaica forme uma nação e um país (...) queremos construir um estado, erguê-lo com o nosso suor e defendê-lo com o nosso sangue. Ora, se é isso que queremos, vamos para lá, colonizemos a Palestina (...) a história dos últimos anos mostra que não podemos impedir pogroms⁴⁴ assimilando-nos; (...) “já que não podemos transformar os outros, transformemo-nos” (Paulo Singer. “Uma questão importante”. Itonenu nº 7, São Paulo, 1948, *apud* Pinsky, 2000:31).

Singer participou de diversos momentos importantes do Dror. Desde a criação do Kibutz Hachshará Dorot, até a recusa formalizada do grupo à vida universitária. Eles entendiam que o aprendizado profissional seria mais útil à vida no kibutz, que demandaria mais conhecimento técnico e trabalho braçal do que conhecimento científico e qualificação profissional. Defendiam a proletarianização dos membros do Dror inspirados nas idéias dos sionistas

⁴² Companheiros, em hebraico.

⁴³ Pioneiro, em hebraico. Ver nota 50.

⁴⁴ Holocausto, em hebraico.

socialistas pioneiros, aqueles que fundaram os primeiros kibutzim no território que hoje forma o Estado de Israel. Segundo Pinsky (2000), Singer participou também de um dos grupos do Dror que elaborava programas de estudos para os membros do grupo sionista. A preocupação com os programas educativos era uma demanda que crescia, e grupos de estudo sobre a história do movimento operário e sobre o materialismo histórico, por exemplo, foram formados. A este programa deram o nome de “ação educativa” e ele tinha como objetivo ampliar o alcance dos debates internos do grupo.

A postura antiautoritária, a vida em comunidade e a preocupação com a educação como instrumento de politização são elementos que vão acompanhar Singer no decorrer de sua vida de militante e de intelectual. Por isso é que é importante apresentar sua participação no Dror: sem isso, não é possível compreender a concepção de socialismo que Singer vai desenvolver mais tarde.

Outra participação importante de Singer no grupo sionista refere-se ao racha que ele desencadeou em 1952, após a segunda ida de um grupo do Dror a um kibutz em Israel. Paul Singer foi o principal protagonista dos questionamentos ideológicos pelos quais o grupo passou no início da década de 1950:

“O *chaver* Paulo Singer (então Secretário do Movimento e uma das figuras-chave na elaboração da *ação educativa* drorista) coloca-se a favor do socialismo, mas contesta a validade do sionismo como solução para o problema judeu afirmando que a maior parte dos judeus da Diáspora não está disposta a emigrar para Israel, então o sionismo perdeu a sua razão histórica; para proteger os judeus do anti-semitismo é melhor ficar onde eles estão; o melhor mesmo é permanecer no Brasil lutando pelo socialismo aqui mesmo,

pois o socialismo, por si só, permitirá o bem-estar dos homens, incluindo as minorias. Sem conseguir mudar o caráter do Movimento, Paulo Singer se retira do Dror, em 1952, acompanhado apenas por mais um *chaver*, Vitor Writhman” (Pinsky, 2000:80).

Antes, porém, ele participou do kibutz de Jundiaí, onde trabalhava nas atividades produtivas, aprendia a viver coletivamente, estudava hebraico, movimento sionista e cultura judaica e se preparava para a vida em um kibutz em Israel (Lechat, 2004: 171). Em entrevista a Lechat, declara: “Isto foi o início da economia solidária. Não tinha este nome, mas a idéia era fazer um socialismo. Um socialismo na prática através do que chamaríamos hoje de uma cooperativa integral” (Singer, em entrevista a Lechat. IN: Lechat, 2004: 171).

Quando Singer decide não ir a Israel e rompe com o Dror, ele se filia ao PSB (Partido Socialista Brasileiro) que, assim como o Dror também se posicionava contra os comunistas e o socialismo da URSS⁴⁵.

Seu primeiro contato com a imprensa socialista e com os colegas comunistas começou, no entanto, na mesma época em que ele ingressou no Dror. Mas, foi um pouco antes, aos 13 anos, em 1945, que ele conheceu o médico Febus Gikovate, o jornalista Fúlvio Abramo, o crítico de cinema Paulo Emílio Salles Gomes, o advogado Antônio Costa Correia e o crítico literário

⁴⁵ Os militantes do Dror se consideravam parte de um movimento onde o pluralismo e a heterogeneidade de idéias tinham espaço: “O Dror colocava-se politicamente contra os revisionistas e contra os comunistas. Considerava o revisionismo, com sua inclinação para a violência, o terrorismo e o chauvinismo antiárabe palestino, um *refluxo judaico do fascismo mundial*. E, diante das posições da União Soviética e dos partidos comunistas contrárias a Israel e ao sionismo, não tinha dúvidas quanto à impossibilidade de qualquer aliança ou simpatia por eles. (O Dror era contra qualquer idéia de ligar-se ao bloco comunista, ou mesmo de tomar partido na política internacional, apoiando qualquer um dos dois blocos de poder)” (Pinsky, 2000:23).

Antonio Candido, com os quais formou um grupo de amizade que diz ter contribuído muito para sua formação política (Lechat, 2004; Singer, 1999):

“Era um grupo de intelectuais politicamente engajados, que viveram numa época profundamente marcada pela Revolução de Outubro e seu controvertido destino e pela ressurreição do autoritarismo sob forma moderna e ainda mais perversa. Seu maior mérito, aos meus olhos, é claro, foi o de terem resgatado a unidade fundamental entre socialismo e democracia, submersa, naquela época, sob a maré montante do stalinismo e do populismo” (Singer, 1999: 170).

A corrente política criada por esses intelectuais foi favorecida pela abertura política de 1945. A “Esquerda Democrática”, como era chamada, se opunha ao getulismo, ao comunismo do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e se proclamava democrática. Ganhou dimensão nacional e desenvolveu uma posição clara a favor do socialismo e da democracia, com críticas ao stalinismo. Sua seção paulista exercia, na prática, liderança nacional, apesar de ser numericamente minoritária, e foi a responsável por mudar o nome da corrente para “Partido Socialista Brasileiro”. O PSB lançou candidato próprio à presidência em 1950 (João Mangabeira) e se opunha tanto à UDN (União Democrática Nacional) quanto ao PCB⁴⁶ e ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Ao mesmo tempo em que rompe com o Dror e entra no PSB, Singer, que estudava eletrotécnica a pedido do movimento, rapidamente arrumou trabalho em uma metalúrgica. Na fábrica, ele se filiou ao sindicato e participou

⁴⁶ Segundo Singer (1999), o movimento operário da época era ligado ao PCB e quase não havia espaço para os socialistas entre eles. No movimento estudantil e intelectual esse espaço era maior.

da greve dos 600.000, uma das maiores paralisações da história do país. Apesar de ter 20 anos, Paul Singer foi um dos líderes dessa greve, ocorrida em 1953 (Lechat, 2004:171). Lechat conta ainda que Singer seguiu no sindicato até os 24 anos, quando decidiu cursar economia na USP. É desta mesma universidade que ele se torna professor, em 1960, e é ali que integra o grupo de estudos d'O Capital junto com Artur Gianotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Otávio Ianni e Fernando Novais. Foi aposentado em 1969, pelo Ato Institucional nº 5, e ajudou na fundação do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), que, em entrevista à Lechat, compara a uma cooperativa:

“Nós criamos o CEBRAP com a ajuda da Fundação Ford. E então tivemos a grande experiência interdisciplinar. Tinha tido uma com o estudo de “O Capital”, mas ali era a cada quinze dias, no sábado à tarde. Agora não, trabalhávamos juntos. Isto foi a coisa mais próxima à cooperativa que eu tive na minha vida. Não chamávamos de cooperativas. (...)Criamos uma caixa comum e todo mundo ganhava a mesma coisa” (Singer, em entrevista a Lechat. IN: Lechat, 2004: 176).

Aqui, como quando fala sobre o Dror, Singer aproveita para reafirmar a narrativa de continuidade histórica que ele construiu, como veremos, sobre a economia solidária. O kibutz preparatório para a aliá e a fundação e o funcionamento do Cebrap são indicados por ele como momentos de sua história em que ele viveu a economia solidária – mesmo que, à época, não lhes atribuisse este nome. O que deixo indicado é que essas experiências foram fundamentais para a formação política do autor. Sua vivência produziu um conhecimento sobre formas coletivas de gestão que vão aparecer e

fundamentar a definição da economia solidária. Mas esta é uma etapa de sua história intelectual-militante que ainda está por vir.

Enquanto isso, Singer participou da fundação do PT (Partido dos Trabalhadores) em 1980 e fez parte de sua primeira direção nacional. Participou também da redação do primeiro programa de governo do PT, quando Lula se candidatou ao governo do Estado de São Paulo em 1982, e foi secretário de planejamento de Luiza Erundina durante o período em que ela esteve à frente da Prefeitura de São Paulo, entre 1989 a 1992. Em 1998, ajudou na fundação da ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) da USP. Alguns anos depois, em 2003, quando Lula se tornou presidente da República, assumiu a Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária). O órgão, ligado ao Ministério do Trabalho, foi criado naquele mesmo ano. Singer permanece na secretaria até o momento (fevereiro de 2009).

2.2) A concepção de socialismo de Singer

Trataremos aqui de duas obras de Paul Singer que não versam diretamente sobre a economia solidária, mas que foram concebidas na mesma época de sua concepção: “Uma utopia militante”, de 1998, e “Economia socialista”, de 2000. A primeira é um trabalho de fôlego historiográfico que buscava contestar as visões dominantes sobre o socialismo e indicar novas propostas e caminhos para o seu alcance efetivo. A segunda é fruto do “Seminário Socialismo e Democracia” que o Instituto Cidadania, a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria Nacional de Formação do PT promoveram em São Paulo, de abril a junho de 2000, com o objetivo de “estimular a retomada

de alguns debates fundamentais para despertar a criatividade e reanimar o ímpeto de uma esquerda que, mesmo representando o que há de mais promissor em nossa terra, nunca está imune aos vícios do acomodamento e do apego à rotina” (Lula da Silva, 2000:5).

A indicação da discordância das visões dominantes fica mais clara no texto que ele apresenta no seminário organizado pelo PT. Nele, Singer parte da definição de Marx e Engels do que é o socialismo para demonstrar a fragilidade do projeto proposto e as conseqüências que isso acarretou. Singer diz que Engels e Marx, os quais ele classifica como socialistas clássicos, sofriam de um reducionismo teórico. Essa avaliação nasce da interpretação de Singer sobre o que esses autores entendem por socialismo. Para o autor, a crítica que ambos realizaram do capitalismo como modo de produção é certa, mas eles deixaram muito a desejar em sua visão “científica” do socialismo, “sobretudo no delineamento de sua organização econômica e de seu ordenamento social e político” (Singer, 2000b: 11). O problema colocado é, portanto, o do desenho da sociedade socialista e de suas instituições, inexistente na obra dos autores.

Singer não os critica apenas por essa ausência, mas também pelo projeto socialista que propõem. Na interpretação desse autor, o socialismo de Marx e Engels nasceria da própria evolução contraditória do capitalismo, particularmente de sua fase monopolista, sendo resultado do antagonismo entre a organização da produção na fábrica individual e a anarquia da produção na sociedade. Essa contradição levaria à socialização das forças produtivas, pois, segundo Singer:

“1. O capitalismo, ao desenvolver as forças produtivas, impõe a sua direção em escala cada vez maior, portanto, cada vez mais “social”; 2. Esta socialização crescente das forças produtivas inevitavelmente supera os limites da propriedade particular, substituindo no mercado a concorrência pelo monopólio, *o qual já contém em germe o socialismo*. Como o monopólio capitalista particular é insustentável, o Estado capitalista é obrigado a intervir, tomando para si a direção dos meios de produção que o capital particular não pode mais administrar. Ao fazer isso, O Estado, embora capitalista, aponta a solução, que só será aplicada, no entanto, quando o proletariado tomar o poder estatal: a apropriação de todas as forças produtivas pelo Estado em nome da sociedade” (Singer, 2000b: 15).

Nesse sentido, o Estado seria apenas o instrumento de apropriação dos meios de produção das classes trabalhadoras e, a partir daí, desapareceria junto com as classes sociais. Para o autor, essa leitura do socialismo pelos clássicos é insuficiente e deixa sem resposta as perguntas referentes à organização da sociedade socialista e às estratégias e fórmulas para sua transição. Além disso, para Singer, a teoria de Marx e Engels inspirou a URSS em seu governo socialista⁴⁷ e acabou levando não à abolição, mas sim ao “crescimento monstruoso do Estado” (Singer, 2000b: 17). A mesma postura perante o socialismo, diz Singer, foi adotada pela maioria dos partidos operários após a II Internacional e colocado à prova na Revolução de Outubro. Naquele momento, a grande discussão que se travou entre os bolcheviques era entre a autogestão e o planejamento centralizado. A segunda vertente venceu, mas o debate contrapôs duas versões do socialismo:

⁴⁷ É importante destacar que há um debate sobre a utilização do termo socialista para designar o regime soviético. Bettelheim, em “A Luta de Classes na União Soviética”, enxerga na URSS das décadas seguintes à Revolução de Outubro uma sociedade dual, com práticas socialistas e não-socialistas. E é essa dualidade, para ele, que retira da URSS o rótulo de ter realizado o socialismo após a revolução.

“Lenin opunha-se às comissões operárias porque achava necessário organizar a economia em trustes, de acordo com o modelo das economias capitalistas mais adiantadas. Propunha, como etapa intermediária entre o estágio da então Rússia e o socialismo, o capitalismo de Estado, ou seja, os meios de produção estatizados organizados de forma a captar as forças produtivas desenvolvidas pelo capitalismo” (Singer, 2000b: 20).

“Contra essa concepção de socialismo se levantou a Oposição Operária, dentro do Partido Bolchevista. Eram principalmente sindicalistas, que criticavam a entrega da direção das empresas a antigos capitalistas ou a “especialistas”, treinados no regime anterior. A sua principal crítica era a burocratização das empresas e a alienação dos trabalhadores” (Singer, 2000b: 20).

Na vertente que defendia o planejamento centralizado, que Singer (2000b) diz ter tido Lênin e Trotski como defensores, a expropriação dos meios de produção aparece como condição suficiente para a transição, enquanto que, na vertente que defendia a autogestão, ela deve ser seguida da “efetiva direção coletiva dos trabalhadores”. A principal consequência da vitória da primeira concepção é que:

“O socialismo passou a ser entendido como sinônimo de planejamento geral ou centralizado da produção, a substituição do mercado pela alocação administrativa dos meios de produção, a organização monopolista de todos os ramos de produção e a fixação detalhada de metas para todas as empresas” (Singer, 2000b: 22).

Singer (2000b) defende que sem a socialização dos meios de produção não há socialismo. Mas faz sua ressalva: “Se formos levar isso a sério, parece-

me evidente que ‘socializar os meios de produção’ não poderá ser submetê-los a uma vontade única, a um plano concebido e implementado a partir de um único centro de poder” (Singer, 2000c: 77). Ele faz a crítica, aqui, ao planejamento centralizado, marca das experiências de socialismo real: a posse dos meios de produção e a centralização das tomadas de decisão pelo Estado levam a crer, em um primeiro momento, que os trabalhadores fazem parte desse processo – já que, em tese, cada cidadão seria proprietário dos meios de produção. Mas ele chama a atenção para a ficção jurídica que o fato enceta: “Na prática, o controle jurídico era exercido pela cúpula do partido, que também era a cúpula do Estado. E os trabalhadores continuaram tão subordinados quanto no capitalismo” (Singer, 2000c: 77).

A crítica ao socialismo soviético, como vimos, acompanhou a trajetória do economista no Partido Socialista Brasileiro (PSB) e no grupo sionista Dror. A discussão realizada nestes dois grupos políticos dos quais Singer fez parte foram fundamentais para a sua formação intelectual e para a sua militância política. A postura que ambos os grupos adotaram contra o autoritarismo e as práticas stalinistas e a favor da liberdade de escolha dos indivíduos aparecem na concepção de socialismo proposta por Singer. Esta será sua preocupação central e o vetor que guiará suas discussões teóricas.

É nesse sentido que em “Uma utopia militante” Singer vai propor uma distinção entre os conceitos de revolução social e revolução política. A primeira refere-se a uma revolução de longo prazo e a uma transformação cultural protagonizada pelos próprios trabalhadores. A segunda limita as mudanças sociais a um único momento histórico: a tomada do poder. Em suas palavras:

“A preocupação teórica fundamental deste livro está em analisar o papel da revolução social, como processo multissecular de passagem de uma formação social a outra, e o papel da revolução política, como episódio de transformação institucional das relações de poder. Como se verá, a revolução social tem a sua marcha condicionada, em certas circunstâncias, pelo desenrolar de revoluções políticas. Mas, cada revolução social tem sua dinâmica própria, produzida por amplas mudanças históricas na infra-estrutura econômica e outras tantas na supra-estrutura ideológica e institucional. Foi um erro dos movimentos operários de inspiração marxista terem adotado, no fim do século passado [XIX], a tese de que a revolução social socialista seria consumada mediante uma única revolução política e que a efetiva construção do socialismo só começaria a partir do êxito desta revolução, consubstanciada na “tomada do poder”” (Singer, 1998b: 11).

O que Singer busca, ao distinguir a revolução social e revolução política, é se contrapor à vertente dos revolucionários que se colocam a favor da ditadura do proletariado - que ele considera um procedimento autoritário. A distinção, que define o que foi a revolução social capitalista e o que é a revolução social socialista, também lhe serve para tomar como duvidosos os efeitos positivos de uma revolução política socialista. Para ele, enquanto as revoluções políticas burguesas – ou seja, as revoluções políticas capitalistas – ajudaram a criar instituições jurídicas, políticas e sociais que condiziam, potencializavam e auxiliavam o desenvolvimento do capitalismo, podemos duvidar dos mesmos resultados encetados pelas revoluções políticas proletárias, ou socialistas. O resultado é duvidoso porque, segundo o autor, o processo da revolução social capitalista e socialista se dá sob uma dinâmica diferente:

“... não cabe pensar a revolução social socialista como uma reedição, em plano superior, da revolução capitalista. Esta começou pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, subordinado ao feudalismo e, depois, à produção simples de mercadorias. O capitalismo levou séculos desenvolvendo-se não como projeto consciente mas como uma maneira semiclandestina de aproveitar o potencial produtivo dos agrupamentos marginalizados pelo modo de produção dominante. O capital prosperou deste modo até que o progresso técnico escancarou-lhe as portas dos principais ramos de produção da maior nação mercante da Europa do século XVII (...). A revolução socialista começou na terceira década do século XIX, mas não como um modo de produção secundário. A revolução socialista implantou no capitalismo, ainda em constituição, instituições destinadas a enfrentar e/ou compensar as tendências de concentração de renda e da propriedade, de exclusão social e de destruição criadora, inerentes à dinâmica do capital (...). Os implantes socialistas no capitalismo resultam de algo como um processo de tentativas e erros” (Singer, 1998b:132).

É a partir dessas definições que podemos compreender por que Singer defende que a cooperativa, se assume características de uma empresa autogerida representativa da economia solidária, é um implante socialista na sociedade capitalista e levará à transição para outro modo de produção. A empresa autogerida, para ele, é a instituição possível no plano econômico atual, que vai contra a corrente das tendências capitalistas. Além disso, somente por meio delas é que podemos superar o fracasso das experiências de socialismo real. Se essas experiências, resultados da revolução política socialista, não ajudaram a dar forma a um novo modo de produção, ao menos servem como contra-exemplo. Elas ensinam, ao menos, que o controle dos meios de produção deve ser descentralizado e estar sob o domínio direto dos trabalhadores, o que, para Singer (2000c) só pode se realizar por meio das cooperativas. É somente por meio delas que todos serão produtores e

consumidores ao mesmo tempo – para ele, única maneira eficaz de exercer um controle sobre a produção e a demanda sem que haja excessos ou escassez e permitindo a liberdade de escolha dos indivíduos:

“Poderia haver planejamento da produção no âmbito de cada cooperativa de consumo e deveria haver liberdade de as pessoas se associarem e se desassociarem dessas cooperativas, com as restrições inevitáveis para que a movimentação para dentro e para fora não perturbasse o funcionamento dos planos. Deveria ser livre a formação de novas cooperativas de consumo” (Singer, 2000c: 78).

Além disso, as experiências de socialismo real ensinaram a rejeitar o planejamento geral da economia, contra o qual Singer (2000b) se coloca. Para o autor, o planejamento geral é que deu origem à expressão “totalitarismo”, sendo o seu maior mal o de não permitir a criatividade dos indivíduos. Esse bloqueio da iniciativa individual é o que, avalia Singer, gerou o atraso da URSS. Enquanto os EUA aplicavam a tecnologia de guerra em suas indústrias, a URSS considerava ilegal qualquer invenção que fugisse do espaço de seu planejamento. Se no primeiro caso a substituição de antigas mercadorias por novas gerava perdas de postos de trabalho, o que Singer chama de destruição criadora, no segundo a economia ficava condenada a ser estanque, a escassez de produtos se espalhava pela sociedade e o crescimento de mercados ilegais era fomentado. O autor, no entanto, não se opõe ao planejamento, se opõe apenas a esse planejamento geral da economia, que não deixa a economia de mercado se auto-regular⁴⁸, exclui os indivíduos das esferas de decisão e não

⁴⁸ Cabe destacar que Singer não considera o mercado como algo que se oponha ao socialismo. Em entrevista a Fernando Haddad, ele diz: “O mercado não é um mal, ele é uma

permite que eles tenham liberdade de escolha. Contra isso é que coloca o seu projeto de socialismo como autogestão.

A partir da recusa do planejamento geral, propõe como seria a organização socialista da produção. Ela deve seguir alguns princípios: todos os dos pioneiros de Rochdale⁴⁹; a possibilidade de federação das empresas autogeridas; a ausência de trabalhador assalariado; criação de cooperativas de consumidores para evitar a competição entre as empresas autogeridas; liberdade de iniciativa de pessoas ou grupos com idéias ou projetos novos; financiamento por bancos públicos dos projetos que tenham relevância social (Singer, 2000b).

Para o autor, o problema do planejamento geral, que ele chama de totalitário, é que, ao impedir a liberdade de iniciativa, ele não permite o desenvolvimento do socialismo entre as bases. Pelo fato de não haver permissão para que outro modo de produção competisse com o planejamento econômico centralizado, as iniciativas dos trabalhadores acabaram abafadas na URSS e legadas ao estatuto da ilegalidade. O sistema capitalista, ao contrário do que ocorreu no que Singer chama de socialismo real, engloba diversos modos de produção: produção simples de mercadoria, empresas sem

forma de realização individual. Eu penso o socialismo, de acordo com Marx, como uma sociedade em que os indivíduos têm muita liberdade de se realizar e eventualmente, de errar, de fracassar. O que o socialismo tem a mais é que, depois que o jogo do mercado é feito, depois que os ganhadores e os perdedores estão definidos, deve existir uma instituição que tira uma grande parte dos bens materiais dos ganhadores e dá para os perdedores” (Singer, 1998a: 114).

⁴⁹ Seus princípios eram: 1) gestão democrática – para cada sócio, um voto; 2) abertura a todos que quisessem integrá-la, desde que contribuíssem para a cota de capital mínima; 3) limitação da remuneração do capital a uma porcentagem fixa – para evitar que o excedente fosse apropriado indevidamente; 4) divisão eqüitativa dos excedentes; 5) vendas à vista; 6) produtos de qualidade; 7) promoção de uma educação cooperativista para os sócios; 8) neutralidade política e religiosa. A obediência ao conjunto dessas regras é que teria assegurado a viabilidade econômica e o caráter socialista da Sociedade dos Pioneiros (Singer, 1998).

fins lucrativos, produção para subsistência e cooperativas autogeridas. Estas últimas “constituem um embrião ou ‘implante’ socialista” (Singer, 2000b: 47).

Aqui, o autor reforça a diferença entre as revoluções sociais e políticas: a revolução política socialista impõe um plano de metas que se sobrepõe às liberdades individuais e isso, para o autor, é inadmissível. Singer defende que o socialismo é um projeto em constante construção também para se contrapor à revolução política: o socialismo é uma luta que se realiza no presente e não após a tomada do poder. Para o autor a luta pelo socialismo já está sendo travada em diversas frentes, mesmo que as pessoas não percebam que o defendem em suas ações e propostas:

“... na política, em que vitórias eleitorais de candidaturas de esquerda abrem possibilidades de multiplicar formas de democracia participativa, como, por exemplo, o Orçamento Participativo; na econômica, em que a consolidação de setores cooperativos de produção e de consumo contribui para a eliminação da pobreza e o combate ao desemprego; e na frente social, mediante a instituição de programas de bolsa-escola, renda-cidadã e análogos” (Singer, 2000c: 79,80).

Sobre isso, ele reforça:

“A economia socialista dificilmente será alcançada por meio do mero crescimento da economia solidária, que abrange também o cooperativismo de crédito, bancos do povo, clubes de troca e outras instituições. *A importância dessas experiências é o aprendizado que proporcionam a segmentos da classe trabalhadora de como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos e operá-los segundo princípios democráticos e igualitários*” (Singer, 2000b: 44).

Aqui aparece algo que não é tocado em seus textos que tratam da economia solidária, com exceção do artigo em que ele fala pela primeira vez sobre ela, em 1996, como veremos: a economia solidária como uma das frentes da revolução social socialista atual. Levanto a hipótese de que essas outras frentes que ele entende como revolucionárias aparecem em “Economia Socialista” e no texto de 1996 porque estão em um plano discursivo diverso dos livros que ele apresenta como intelectual da economia solidária. Em seu primeiro texto, de 1996, a economia solidária aparece para compor o projeto do Partido dos Trabalhadores e, nesse sentido, Singer cria a narrativa necessária para que sua proposta ganhe coerência no corpo de políticas propostas por esse partido. Além disso, poderíamos apontar a centralidade que o trabalho autogerido ocupa na modificação das relações sociais em sua obra: ele aparece como reformador da visão política do indivíduo e da organização da economia, daí sua centralidade.

Nesse sentido, os programas redistributivos aos quais ele se refere ganham o sentido de inclusão sócio-econômica e de justiça social, enquanto que os de participação não fazem sentido se não estiverem atrelados ao projeto de educação cooperativa. Esta, ele acredita, realiza-se em duas bases: por meio da escola e do trabalho.

Para melhor compreendermos o que Singer defende como projeto de transição por meio da economia solidária resumo os pontos fundamentais que dão base à sua concepção de socialismo: 1) contrapõe-se a qualquer forma de autoritarismo e, como consequência; 2) contrapõe-se ao planejamento centralizado da economia; 3) defende a autogestão da produção, do trabalho e do consumo como modo de produção socialista; 4) assume que este modo de

produção já existe e co-existe sob a estrutura capitalista; 5) defende que é por meio da vivência neste modo de produção que se dará a sua dominância, sem a necessidade de que haja uma revolução política socialista; 6) e dominância aconteceria após o aprendizado cooperativo, no trabalho e nas escolas; 7) o socialismo, ainda que se torne modo de produção dominante, conviverá com outros modos de produção, assim como faz o capitalismo, devendo, portanto, estar em construção contínua.

2.3) A cronologia dos argumentos

Neste subitem busco construir a cronologia dos principais argumentos utilizados por Paul Singer a partir de uma perspectiva temática. Procuro mostrar que a concepção de economia solidária do autor se desenvolveu a partir de cinco eixos principais: A) luta contra o desemprego; B) continuidade histórica das lutas dos trabalhadores; C) forma de organização e riscos de degeneração dos empreendimentos solidários; D) novo modo de produção; E) autogestão. Ao desenhar essa cronologia, organizo o pensamento de Singer de maneira a possibilitar o melhor entendimento dos argumentos que vão se delineando em sua obra como, por exemplo, sua concepção de socialismo.

A) Economia solidária contra o desemprego:

Paul Singer vai utilizar pela primeira vez a categoria de “economia solidária”, em público⁵⁰, no dia 11 de julho de 1996, em um artigo intitulado “Economia solidária contra o desemprego”, publicado na seção “Tendências e

⁵⁰ Segundo o próprio em entrevista concedida à Noelle Lechat (2004).

Debates” do jornal “Folha de S.Paulo”⁵¹. Nele, o economista discutiu *en passant* os problemas da política econômica implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso e a alternativa que ele, Singer, propunha a este modelo.

Sua proposta aparece em um momento específico. Ele escreveu o artigo em ano de eleições municipais no país. Singer ajudava na campanha de Luiza Erundina⁵², que concorria mais uma vez pelo PT à Prefeitura de São Paulo. Para a campanha de 1996, o economista elaborou uma proposta para o programa de governo da candidata que visava enfrentar o desemprego de maneira eficaz na cidade de São Paulo: convocar os desempregados e tentar reinseri-los, por iniciativa própria, no mundo do trabalho. Levou a proposta, ainda sem nome, a uma espécie de comissão que elaborava o programa do partido. Um de seus coordenadores, o então candidato a vice-prefeito Aloizio Mercadante⁵³, aprovou suas idéias e sugeriu que ele as chamasse de economia solidária.

Neste primeiro artigo, Singer (1996) criticava a falta de apoio do Estado ao que ele chamava de “estratégia microeconômica” de combate ao desemprego. Reconhecia que “a crescente globalização das economias nacionais praticamente elimina[va] a possibilidade de fazer políticas macroeconômicas de expansão da demanda para recuperar o nível de emprego” e diz que “só dá para crescer por meio da expansão das exportações

⁵¹ A “Folha de S.Paulo” é um dos mais importantes jornais do país e o que possui a maior circulação nacional. A sessão “Tendências e Debates” é um espaço tradicionalmente reservado para a opinião de grandes personalidades do país das mais diversas áreas e sobre variados assuntos.

⁵² Luiza Erundina trocou o PT pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) em 1999 e é, atualmente, deputada federal.

⁵³ Mercadante é, atualmente, Senador pelo PT.

em ritmo maior que as importações, o que evidentemente é impossível para todos os países”. O problema é que a principal estratégia de combate ao desemprego, que é, em sua análise, a transformação de desempregados em microempresários ou autônomos, “dá, em geral, resultados desalentadores”. A contraproposta de Singer, que não discorda do auto-emprego como política de combate ao desemprego, é a de “inserir os novos pequenos empresários num setor econômico especialmente projetado para maximizar suas chances de sucesso, o qual terá que se caracterizar pela solidariedade entre os seus integrantes”.

Essa solidariedade é definida e só é possível com: 1) a proteção desse novo mercado: cada empresário só compra produtos de empresários desse novo setor da economia; 2) a diversidade de produção e de serviços, para que o primeiro princípio possa funcionar; 3) a livre competição, para que as empresas solidárias ofereçam produtos de qualidade em conta; 4) a criação de moeda própria, para garantir o aumento dos investimentos no setor; 5) o apoio do Estado. Sem crédito, treinamento, assistência tecnológica e a construção de uma rede de informações, não há possibilidade de “quebrar o isolamento do pequeno operador” e lhe conferir “condições favoráveis de sucesso”.

A economia solidária apareceu, naquele momento, como uma das políticas que integravam a plataforma petista para as eleições municipais. Singer outorgou-lhe, neste artigo, um caráter de projeto complementar a outros, como o “Renda Mínima” e o “Banco do Povo”⁵⁴.

⁵⁴ O “Programa de Garantia de Renda Mínima”, de autoria do senador do PT Eduardo Suplicy, foi aprovado pelo Senado em 1991, mas continua paralisado na Câmara dos Deputados. Apesar disso, governos locais implementaram iniciativas e, a partir do sucesso delas, também o governo federal. O “Bolsa Família”, programa que transfere renda às famílias pobres e

No livro “Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas”, publicado em 1998, ele continuou definindo economia solidária de maneira genérica, com os mesmos princípios que elencou no artigo de 1996. Sua maior preocupação ainda era a superação do isolamento da pequena e microempresa e a criação de um mercado próprio que as protegesse. Pensa a economia solidária como uma estratégia de combate ao desemprego e à exclusão social e indica que, a longo prazo, ela pode competir diretamente com a organização econômica de tipo capitalista e cita experiências de autogestão como sendo afins às de economia solidária.

Mas a definição do que são os empreendimentos que podem levar o rótulo de economia solidária ainda é incipiente. Trata-se de qualquer iniciativa de trabalho autônomo. Singer (2006⁵⁵) não entende a economia solidária como conjuntos de empreendimentos geridos coletivamente. Se essa coletividade existe, ela está colocada na relação de troca e na proteção do mercado que é estruturado entre as empresas. A solidariedade, aqui, diz respeito a uma escolha racional: “Dadas estas dificuldades [saturação dos mercados para os autônomos], a solidariedade é a solução racional: um conjunto de produtores autônomos se organiza para trocar seus produtos entre si, o que dá a todos e a cada um maneira de escoar a produção sem ser de imediato aniquilado pela superioridade dos que já estão estabelecidos” (Singer, 2006:132).

A preocupação central nesse livro é a mesma que apareceu em seu primeiro artigo: a de construir um projeto de recuperação dos postos de

indigentes do país que mantém seus filhos na escola, é um exemplo de Programa de Renda Mínima. O “Banco do Povo” é uma política pública de microcrédito que visa atender às necessidades financeiras de pequenos empreendedores ajudando-os a construir seu próprio negócio.

⁵⁵ 7ª edição.

trabalho perdidos na década de 1990. Esse argumento é fundamentado por sua tese econômica sobre os motivos da exclusão social na etapa contemporânea do capitalismo. Para ele, a exclusão aumentou em consequência da contração do emprego público e privado e pelo crescimento desproporcional, em relação à contração, da produção autônoma. Seguindo essa linha de pensamento, podemos entender que a economia solidária, nesses dois primeiros artigos, funciona como um mecanismo compensatório da perda dos postos de trabalho.

A alternativa que Singer enxerga na economia solidária como meio de gerar novos postos de trabalho também se coloca para o movimento operário. Ela pode ser uma nova estratégia alternativa de luta para os trabalhadores. Alternativa porque, na atual conjuntura histórica, a principal bandeira do movimento operário, a luta pela redução da jornada de trabalho, seria prejudicial aos trabalhadores. É assim, pelo menos, que a autor entende a situação. Ele acredita que, no processo de reestruturação produtiva, a redução da jornada resulta no encarecimento do emprego assalariado. Para Singer, a elevação do custo salarial produz um efeito perverso: induz as empresas a buscar força de trabalho mais barata e acelera o processo de precarização das relações de trabalho. Nesse contexto, como Singer o entende, a economia solidária torna-se alternativa de luta viável para os trabalhadores.

B) A economia solidária como continuidade histórica:

O entendimento da economia solidária como uma bandeira de luta ganha força ainda na década de 1990⁵⁶, em dois artigos publicados em “Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate”. Neles, Singer dá início à estruturação de um argumento que se tornará central em seus textos posteriores: a aproximação entre a conjuntura histórica do século XIX e o contexto contemporâneo:

“E quando, mais uma vez, o mundo do trabalho é transformado pela ação do capital, e sobretudo pelas transformações superestruturais, nas relações de trabalho em que o capital impõe os seus interesses e destrói, digamos assim, a relação contratual de trabalho que tinha aceito na geração anterior, a reação volta a ser a mesma” (Singer, 19—a⁵⁷: 84).

A partir deste texto é que ele vai passar a dizer que o cooperativismo que está surgindo nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil é uma reinvenção. Ele chega a dizer que “já houve no passado, um cooperativismo de trabalho muito forte em nosso país”, mas pondera, dizendo que a tradição se perdeu e que só foi resgatada agora. Esta é uma das únicas passagens em que Singer vai citar a experiência cooperativista no Brasil anterior às décadas de 1980 e 1990. Entretanto, ele não recupera essa história para justificar sua afirmação. Apenas diz que o cooperativismo desapareceu e que “a cooperativa foi literalmente reinventada na década de 90 nas mais diversas regiões do Brasil” (Singer, 19—a: 85).

⁵⁶ A data da publicação não consta no livro a que tive acesso, mas estima-se, pelas discussões presentes em sua Introdução, que tenha ocorrido entre os anos de 1998 e 1999.

⁵⁷ Não há, no livro, a data da publicação.

O silêncio de Singer sobre a experiência nacional faz sentido em sua argumentação quando analisamos o caráter de projeto político que ele passa a conferir, a partir desse texto, à economia solidária. O cooperativismo brasileiro, de origem rural e caráter conservador⁵⁸, não seria um bom molde para inspirar mudanças de caráter político e social. Não inspira nenhum impulso à mudança. Pelo contrário, o cooperativismo brasileiro está inserido em um quadro de permanência das relações de dominação entre as elites e as massas. Isso explica também o resgate dos socialistas utópicos e das experiências cooperativistas realizadas em tempos e países diferentes⁵⁹.

Em 2000, na coletânea “Economia solidária: autogestão como resposta ao desemprego”, Singer (2003b) defende que a economia solidária é uma criação em processo contínuo dos trabalhadores em luta contra o capitalismo e não a criação intelectual de alguém. Como consequência dessa definição, diz que ela não precede o capitalismo industrial, “mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução” (Singer, 2003b: 13). A lógica da economia solidária, emenda, só pode ser compreendida se levarmos em conta a crítica operária e socialista ao capitalismo. Para ele, essa crítica se endereça à propriedade privada dos meios de produção e às suas consequências diretas: a ditadura do capitalista, a apropriação do produto do trabalho coletivo e a desigualdade social.

Ele reforça, portanto, o argumento de que a economia solidária se desenvolveu ao longo do tempo. Singer (2003b) defende que ela vem sendo

⁵⁸ Ver capítulo 1.

⁵⁹ Tratarei disso de maneira mais cuidadosa no capítulo 4.

praticada há pelo menos dois séculos em todo o mundo e que essas iniciativas são todas realizadas por não-capitalistas,

“... ou seja, pessoas excluídas da posse dos meios socializados de produção e distribuição, pertencentes a duas classes distintas mas não antagônicas: ou são possuidores de meios individuais de produção e, para ganhar a vida, dependem da venda de seus produtos ou possuem unicamente sua capacidade de trabalhar e dependem de sua venda para ganhar a vida” (Singer, 2003b: 14,15).

A chave, aqui, é entender o que ele chama de iniciativas e empreendimentos não-capitalistas. Quando ele os define, refere-se ao fato de essas iniciativas partirem de trabalhadores que não acumularam capital. O “não-capitalismo” ao qual ele se refere está mais associado, portanto, à estrutura de propriedade da economia solidária do que à sua organicidade.

Em 2002, Singer também vai buscar no século XIX e nos utópicos o apoio para fundamentar a continuidade que enxerga entre o cooperativismo de hoje e o movimento operário do início do capitalismo. Se, nos textos anteriores, ele diz que os utópicos não são os pais da economia solidária, isso não se repete neste livro, no qual ele afirma que “a economia solidária foi concebida pelos ‘utópicos’ como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (Singer, 2002b: 115).

A idéia de que a economia solidária é descendente direta dos utópicos reaparece no ano de 2003, no verbete “Economia solidária” que Singer preparou para a coletânea “A outra economia”, organizada por Antonio Cattani. Na obra, além de atribuir a Owen a paternidade da economia solidária, Singer

cita a cooperativa de consumo de Rochdale, que vamos analisar no Capítulo 4 deste texto, como a experiência fundadora da economia solidária.

A continuidade histórica do cooperativismo também está presente nas análises que Singer faz sobre o Complexo Cooperativo de Mondragón. Em 2002, no livro “Introdução à Economia Solidária”, ele apresenta o complexo como o local onde a autogestão ocorreria da melhor maneira na atualidade. Seguindo os princípios dos Pioneiros de Rochdale, as cooperativas do complexo de Mondragón se tornaram, para Singer, o “paradigma para cooperadores e estudiosos do mundo inteiro” (Singer, 2002b:105). Singer diz que elas se tornaram um modelo porque formam um complexo que combina cooperativas de produção, de serviço, de crédito, de seguridade social, uma universidade e outras cooperativas que fazem pesquisa tecnológica. São a manifestação prática do projeto inicial de Singer, quando propôs a economia solidária como forma de combater o desemprego no artigo de 1996. O autor defende que “a cultura da economia solidária persiste e possivelmente se enriquece em Mondragón” (Singer, 2002b:105), pois mesmo com os desvios que o gigantismo do complexo possa ocasionar, Singer entende que a autogestão se renova diariamente na prática cooperativa.

C) Organização e degeneração:

Ainda na década de 1990, Singer começa a esboçar as diferenças entre as empresas solidárias e as capitalistas em termos administrativos. Se, nas empresas capitalistas, há uma mistura entre competição, colaboração e

cooperação⁶⁰, na economia solidária a solidariedade será o “princípio organizador da economia social em lugar da competição” (Singer, 19—b: 68). Para Singer (19—b), a ideologia da economia solidária, ao contrário da capitalista, é coletivista: as pessoas são solidárias, se unem e, com isso, ficam mais fortes. A competitividade não desaparece, porque ainda estamos em uma economia capitalista: “O processo social tem limites para a solidariedade” (Singer, 19—b: 69), mas esses limites seriam muito amplos, o que não impediria que as pessoas se unissem e formassem uma empresa.

O autor apresenta também uma idéia que desenvolverá melhor nos textos seguintes: a de que a fraude e a degeneração das cooperativas não ocorrem por existir uma ambigüidade em seus princípios, mas por causa da prática cooperativa. É por isso, diz ele, que é preciso lutar o tempo todo para que os princípios cooperativos não degenerem, assim como acontece em outras instituições democráticas e com a própria democracia:

“Sindicato não é a mesma coisa? Sindicato não tem que estar lutando o tempo todo para preservar a sua autenticidade, a sua democracia, o seu sentido de missão para estar realmente a serviço dos trabalhadores? Eu diria que sim. Isto não é uma coisa peculiar às cooperativas. É peculiar a qualquer organização social, sobretudo quando ela rema contra a corrente” (Singer, 19--b: 73).

Apesar de o autor ainda não ter outorgado às cooperativas o protagonismo no desenvolvimento da economia solidária, elas começam a aparecer como sua forma de organização em textos posteriores. Até a

⁶⁰ Aqui, ele cita as empresas japonesas e suas práticas de participação para mostrar como a ideologia de colaboração e cooperação nestas empresas está atrelada à competição.

coletânea “Economia solidária: a autogestão como resposta ao desemprego”, de 2000, como veremos no item “D”, a definição do que é ou não economia solidária resume-se a alguns princípios organizacionais vagos. Diria ainda que são, de um determinado ponto de vista, moralistas.

Em texto de finais da década de 1990, Singer (19—b) acredita que um dos problemas principais da degeneração seja a diferença existente no Brasil entre as empresas solidárias desenvolvidas pela Anteag e as incubadas pelas ITCP's. No primeiro caso, as empresas solidárias herdariam uma estrutura fabril pronta, já que a Anteag ajudaria os trabalhadores a transformar empresas falidas ou em processo falimentar em empresas autogeridas, de propriedade dos trabalhadores. Além da estrutura e do capital acumulado em sua maquinaria e/ou equipamentos, essas empresas autogeridas também herdariam o mercado, já constituído, da indústria ou empresa anterior.

No segundo caso, como se tratariam de empresas autogeridas nascidas a partir do zero e formadas por pessoas que contam com menos recursos financeiros, haveria dificuldade em formar o capital necessário para tornar a empresa competitiva. Enquanto as primeiras venderiam produtos com valor agregado, as segundas produziriam produtos de baixo valor e tenderiam a ter apenas o trabalho de seus cooperados e cooperadas a oferecer. Singer opõe, neste texto, as cooperativas de produção às cooperativas de trabalho, vinculando as primeiras àquelas incubadas pela Anteag e as segundas, às incubadas pelas ITCP's. A partir dessa diferenciação é que ele aponta para a maior facilidade de degeneração das empresas autogeridas baseadas apenas na força de trabalho como produto:

“Quando a cooperativa não tem capital nenhum, ela vive da força de trabalho direto dos seus membros e não do produto que incorpora o trabalho dos membros. É uma diferença muito grande. E aí, digamos, há muito menos exigência de solidariedade, porque a pessoa está trabalhando lá fora – limpando, conservando, consertando – em nome da cooperativa” (Singer, 19--b: 75).

Acredito que essa forma de ver as cooperativas de produção e de trabalho seja um dos aspectos que levam Singer a elaborar seu projeto de economia solidária a partir de uma perspectiva de rede. Assim como já havia dito no primeiro texto em que trata da economia solidária, de 1996, Singer afirma que o projeto só terá sucesso caso se transforme em um oligopólio cooperativo⁶¹. É preciso organizar em rede as cooperativas de trabalho para que elas possam acumular capital. Desta maneira, elas deixariam de ser cooperativas que vendem força de trabalho para se transformar em cooperativas que vendem serviços e bens.

No final de 1999, Singer participou do seminário “Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia”, realizado na Universidade Católica de Salvador – UCSal. Nele, além de se opor ao termo “economia popular”, que julga ser muito vago porque lembra algo como uma “economia dos pobres”, Singer (2000a) aproximou o cooperativismo do socialismo e defendeu que os seus princípios são os mesmos, “ou seja, são empresas igualitárias, em que a

⁶¹ Singer (19--b) entende que mesmo após a quebra dos oligopólios, na década de 1970, as grandes empresas capitalistas realizaram grandes fusões para conseguir sobreviver. Isso ocorreu porque “o grande capital não suporta a livre concorrência na prática, só na teoria. Na teoria, óbvio, somos todos concorrentes, cada um sobe pelos seus próprios méritos. Na prática, tão logo o mercado mundial se abre há uma furacão competitivo, um processo de competição violentíssimo que acaba se transformando num processo fabuloso de centralização do capital” (Singer, 19--: 67). Para sobreviver no ambiente capitalista, as cooperativas deveriam também formar os seus oligopólios para se fortalecer.

posse da empresa é de todos os que trabalham nela, por igual” (Singer, 2000a: 147).

Apontou o tamanho como dificuldade central das empresas socialistas ou cooperativas. E o fez pensando no Complexo Cooperativo de Mondragón, que se encontraria em um processo de crise justamente pelas dimensões que alcançou ou, nas palavras de Singer (2000a), porque “deu certo”. Quanto maior o tamanho da empresa socialista, mais resistências encontrariam seus princípios igualitários, socialistas e democráticos.

O autor defendeu, ainda, que uma economia alternativa deve ser autogerida. Neste artigo, isto tem dois significados: 1) igualdade econômica relativa e; 2) democracia de decisão absoluta. O primeiro se refere ao fato de que não podemos ignorar que a economia solidária floresce em meio ao capitalismo nem que existe competição entre profissionais qualificados: as cooperativas também precisam deles e, para tanto, é necessário que eles recebam mais do que outros trabalhadores. Singer destaca que a diferença entre os pagamentos do especialista e do trabalhador não-qualificado é menor do que nas empresas capitalistas. O segundo diz respeito a um dos princípios da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale: um sócio, um voto.

Ainda neste texto de 1999, o autor aponta que o principal problema do Complexo Cooperativo de Mondragón é o mesmo que teve Lênin após a Revolução de Outubro: o de priorizar a condição do êxito, que é a competição com empresas capitalistas, inserindo métodos tayloristas na produção para alcançar tal fim. Mas Singer (2000a) poupa a direção do partido ou das cooperativas da culpa pela degeneração dos empreendimentos. Ela recai sobre os cooperados e cooperadas, pois eles estariam mais preocupados com o

sucesso do empreendimento e em ter boas retiradas financeiras do que em construir um processo político de transformação. Essa consciência só será possível de ser conquistada com a prática, defende ele. Além disso, Singer defende que precisamos repensar o papel da escola, pois seus currículos são pensados para formar assalariados, pessoas disciplinadas e condicionadas a receber diretrizes. É preciso lutar por uma escola em que a formação se dirija ao condicionamento da tomada de iniciativas e do pensamento crítico. É por meio dessas duas bases, escola e trabalho, que a educação cooperativa pode se tornar concreta.

Essa percepção de que a degeneração das cooperativas é motivada pelo próprio desinteresse dos trabalhadores é reforçada em um texto de 2003, no qual ele retoma sua tese de que as experiências cooperativas do passado se dissolveram porque as condições de vida da classe trabalhadora melhoraram:

“... a partir dos anos 1870, a situação da classe trabalhadora começou a mudar: os salários reais aumentavam nas fases de alta do ciclo de conjuntura, o direito à organização sindical e à greve começou a ser reconhecido e as primeiras bases do estado de bem-estar social foram aprovadas. O mais fundamental foi a conquista do sufrágio universal, que se deu paulatinamente desde o começo do século XX. O proletariado foi incluído política e socialmente na sociedade capitalista, embora o seu bem-estar continuasse ameaçado pelo desemprego” (Singer, 2003a: 121).

Ainda sobre isso, ele diz:

“A reconciliação do trabalhador, com o trabalho assalariado, marca uma passagem de época do movimento socialista, que passa a enxergar no Estado

o único instrumento institucional para realizar seu programa, dividindo-se apenas quanto aos meios de alcançar o poder de Estado, se por eleições e pelo jogo político partidário normal ou pela insurreição armada (...). A via da construção do socialismo de baixo para cima, a partir de iniciativas dos trabalhadores, era descartada e praticamente deixou de ser considerada como possibilidade real” (Singer, 2003a: 122).

Para ele, essa situação só começou a se reverter a partir da década de 1980, com as mudanças trazidas pelo neoliberalismo, o aparecimento do desemprego estrutural e a flexibilização dos direitos trabalhistas. Tal cenário, acompanhado da mudança na gestão empresarial capitalista, do fordismo para a acumulação flexível, estimulou os trabalhadores a buscar uma maior participação nas empresas. Singer (2003a) não elenca os efeitos perversos da acumulação flexível, apenas destaca que suas novas práticas e a elevada escolaridade que os trabalhadores adquiriram após a revolução tecnológica os levou a buscar uma maior participação na tomada de decisões das empresas. Com isso, o horizonte da busca por mais participação passou a ser a autogestão, o que para ele significa a eliminação de toda e qualquer hierarquia.

Em um texto do ano 2000⁶², Singer afirma que o problema do fracasso das iniciativas de economia solidária é o seu isolamento e refuta, com isso, as críticas ao cooperativismo (que para ele significa críticas à economia solidária), de Beatriz Webb, Eduard Bernstein e Rosa Luxemburgo. Para ele, essas críticas são descabidas por três razões: 1) o capital só será eliminado quando os trabalhadores praticarem a autogestão, o que exige um aprendizado que apenas a prática proporciona; 2) a economia solidária melhora as condições de trabalho do cooperado; 3) a economia solidária reforça a luta dos trabalhadores

⁶² 2003b

assalariados “no mínimo porque diminui o exército industrial de reserva” (Singer, 2003b: 18). A degeneração das cooperativas, explica, ocorre menos pela pressão da cultura capitalista e mais pela crença dos trabalhadores de que eles não podem geri-la sem serem administradores especializados.

A partir desse argumento, Singer (2003b) faz uma digressão sobre o que ele chama de “arte da administração” e atribui a mesma dinâmica de aprendizado desta arte aos especialistas e aos trabalhadores não-especializados. Segundo Singer, os administradores profissionais são contratados por sua experiência em lidar com situações-problema nas empresas e pela capacidade que desenvolvem, junto a um time de administradores, de resolvê-la rapidamente. O aprendizado é obtido por meio das experiências e, sendo assim, os cooperados e cooperadas também conseguiriam obtê-los. Trata-se, sobretudo, de não opor a autogestão a uma competência científica, já que a administração não é uma ciência, mas uma arte:

“... a gestão democrática é plenamente compatível com o emprego da competência científica. Os detentores desta competência não precisam ter “autoridade” mas capacidade de formular alternativas e explicar os prós e os contras de cada uma a quem tem autoridade, que na empresa solidária é a assembléia de sócios ou de quem decide por ela” (Singer, 2003b: 21).

Apesar da defesa que elabora contra as críticas ao cooperativismo, Singer (2003b) admite que a degeneração das cooperativas seja ocasionada pelo seu “aburguesamento”, o que significa que elas podem vir a admitir a gestão capitalista em uma ou outra etapa de sua estruturação. Ele assume que

“na medida em que as lutas anticapitalistas dão resultados, as instituições que as travam passam a se adaptar à sociedade burguesa por uma série de motivos, inclusive para preservar as conquistas obtidas” (Singer, 2003b: 15).

D) Novo modo de produção:

Em 2000, na coletânea “Economia solidária: a autogestão como resposta ao desemprego”, organizada por ele e por André Ricardo de Souza, Singer define com mais firmeza o que entende por economia solidária⁶³. Ela seria um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio de socialização destes meios (do capitalismo)” (Singer, 2003b: 13). O casamento entre produção simples de mercadoria e capitalismo não cria, para ele, um híbrido. Essa junção é “uma síntese que supera ambos” (idem). Singer (2003b) adiciona um elemento da organização do capitalismo que dá uma dinâmica diferenciada à produção simples de mercadorias. Esse elemento é o da colaboração: “Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, *cooperando entre si*” (idem).

⁶³ O próprio nome do artigo, “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”, demonstra que Singer pretende defender a economia solidária como um modo de produção diferente do capitalista.

Nesse texto, Singer também vai definir aquilo que ele entende por “unidade típica da economia solidária”. O título vai caber à cooperativa de produção. E, a partir disso, nasce a definição dos princípios organizativos tanto desta unidade típica quanto da economia solidária. São eles:

“... posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores; a cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado” (Singer, 2003b: 13).

A partir daqui, as empresas autogeridas, empresas socialistas ou os empreendimentos econômico solidários passam a existir sob o crivo dessas mesmas regras. Por mais que Singer utilize um destes nomes em cada momento dos seus textos sem muito rigor, ele transfere, a cada um deles, os princípios organizativos das cooperativas. Esses princípios são os mesmos da cooperativa dos pioneiros de Rochdale, como veremos mais adiante, e são eles que vão formatar o novo modo de produção.

A definição da economia solidária como um projeto de transição ao modo de produção socialista é confirmada pela concepção do autor de que a transformação engendrada pelo cooperativismo se dará aos poucos e levará a uma mudança revolucionária das relações sociais:

“... é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários, como os da polícia e dos contraventores por exemplo” (Singer, 2003b: 28).

Esse caráter revolucionário é justamente o que vai distinguir a concepção de economia solidária de Singer desenvolvida neste texto das presentes nos artigos e livros anteriores. O que antes aparecia como esboço agora ganha força. O autor supera a economia solidária como “paliativo contra o desemprego e a exclusão” e lhe confere um caráter de ampla transformação social (Singer, 2003b: 28). A economia solidária torna-se cada vez mais protagonista da transformação social e da transição para uma sociedade de tipo socialista. Seu projeto de combate ao desemprego ganha outras dimensões e passa, por si só, a reunir as qualidades necessárias para a realização do projeto socialista: é seu microcosmo e, uma vez em expansão, permite a utopia se tornar concreta. Essa idéia é reforçada na apresentação do livro de Lorena Holzmann, em 2001:

“A economia solidária se desenvolve em resposta às crises do capitalismo e, na medida em que se expande e robustece, demonstra que a democracia na produção e distribuição não é utopia e nem se opõe ao desenvolvimento das forças produtivas. Ela constitui, ao lado da democracia participativa, no plano da política e no da economia, uma cabeça de ponte dum modo de produção que a) está por vir e b) se destina a colocar o desenvolvimento das forças produtivas a serviço do trabalhador. Este modo de produção tem sido teorizado como socialismo, comunismo ou anarquismo. E ele substituirá o capitalismo se for capaz de dar autenticidade à autogestão e

fazer da cooperação (mais do que competição) o novo motor do progresso social e econômico” (Singer, 2001:12).

Os argumentos presentes no artigo “Economia solidária: um modo de produção e distribuição” vão ser aprofundados nos textos seguintes. Neles, o autor buscará mais argumentos para desenvolver a tese de que a economia solidária é um modo de produção alternativo ao capitalismo e levará à sua superação. No texto da coletânea “Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista”, organizado por Boaventura de Sousa Santos em 2002, Singer (2002a) destaca que o fundamental é que a cooperativa nega a separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção – a base do capitalismo -, reafirmando o seu caráter não-capitalista. O fato de o capital da empresa solidária ser dos seus trabalhadores funde capital e trabalho e dá, a todos, o mesmo poder de decisão.

Reafirma também, após fazer um balanço da economia solidária no Brasil, que ela já não é mais meramente reativa às condições sócio-econômicas: “o que impele a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária” (Singer, 2002a: 126, 127). Ele avalia que todas as instituições que se formaram para fomentar a economia solidária (ADS, ITCP’s, Unisol etc.) vieram para tirar as iniciativas dos trabalhadores de seu isolamento, fortalecendo e criando uma identidade aos projetos.

E) Autogestão:

Ao mesmo tempo em que define a economia solidária como “outro modo de produção”, Singer dá um peso e um sentido diferente à autogestão em seus textos. É a partir do momento em que o autor passa a conceber a economia solidária como um projeto político de superação do capitalismo que a autogestão vai transcender o caráter meramente administrativo que possuía em seus textos e vai ganhar respaldo político nos textos do autor. Ainda que ele a utilize para fazer essa diferenciação (empresa autogerida *versus* empresa capitalista), é a partir da incorporação desse conceito em seus textos que ele começa a esboçar um flerte com o movimento cooperativista do século XIX, com os socialistas utópicos e com a economia solidária como modo de produção alternativo ao capitalismo.

Além disso, o silêncio sobre o passado cooperativista nacional, como já foi destacado, também expressa uma opção. O caráter trans-histórico que ele dá a essas experiências e a essas reflexões fornece o respaldo necessário para se pensar na construção de outro mundo a partir da economia solidária sem que esse projeto fique legado ao espaço das utopias e a um momento restrito do passado. Experiências que teriam partido dessa expectativa de emancipação do homem do trabalho alienado dão suporte ao que antes ficava restrito à imaginação. Dito de outra maneira, se a experiência da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale é fruto das idéias de Owen, é possível construir um modelo que vá se tornar realidade. E se o país basco possui há mais de 50 anos uma experiência bem-sucedida de cooperativismo, é possível tornar as relações de trabalho mais igualitárias em outras partes do mundo.

Em 2002, em seu livro “Introdução à economia solidária”, a diferenciação entre heterogestão e autogestão se reafirma. A forma de administração da empresa socialista parece vir casada com o novo modo de produção. Também podemos entender que a diferenciação deriva da necessidade que Singer possui em ver o desenho da organização da sociedade que está por vir. É nesse sentido que, como vimos, ele fez sua crítica ao socialismo de Marx e Engels. E é por isso, acredito, que o detalhamento sobre a forma de gestão dos empreendimentos autogeridos ganha papel central no livro em que ele mais se propôs a definir a economia solidária. Nele, Singer (2002b) utiliza a autogestão para delimitar a diferença entre a economia capitalista e a economia solidária. Para o autor, “o modo como as empresas são administradas” (Singer, 2002b: 16) é um dos fatores que caracterizam um tipo e outro de economia e, como consequência, um modo e outro de produção. O que define uma e outra forma de administrar as empresas é a gestão do trabalho: a heterogestão, que define um ambiente hierárquico e competitivo entre os trabalhadores, ou a autogestão, que estabelece relações democráticas e cooperativas.

Entre outras passagens, acima citadas, ele defende em seu último livro: “A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção” (Singer, 2002b: 24).

A inclusão das idéias dos socialistas utópicos - que na verdade se resumem às de Robert Owen - vai dar o alicerce necessário para a politização do conceito de autogestão. Essa medida sustenta seu argumento de que a experiência do trabalho autogerido cria outra concepção sobre relações de poder e, a partir disso, as pessoas podem passar a agir de maneira

diferenciada nas outras esferas da sociedade. A educação cooperativa proposta por Owen também aparece nos textos de Singer, e as experiências de cooperativismo criadas a partir das idéias owenistas tornaram-se exemplo de como organizar uma empresa autogerida. O questionamento à hierarquia se reproduziria em casa, nos círculos de amigos, nas escolas e por meio dessa mudança de mentalidade, o que provocaria uma mudança qualitativa nas relações humanas. Assim, gradual e naturalmente, chegaríamos à sociedade socialista.

“... é possível criar um outro ser humano a partir de um meio social em que a cooperação e a solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros mas serão formas *racionais* de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros” (Singer, 2002b: 116).

Capítulo 3 – Socialismo utópico e autogestão

Neste capítulo buscarei apontar algumas das principais influências teóricas que podemos encontrar nos textos de Singer. A partir da exposição dos argumentos do autor feita no capítulo anterior, podemos inferir algumas pistas que nos levam a estabelecer correspondências entre o seu pensamento e duas tradições teóricas: o socialismo utópico e a autogestão. A primeira relação fica explícita quando ele constrói seu argumento de que a economia solidária seria uma continuidade das lutas dos trabalhadores do século XIX, em que o pensamento de Robert Owen teve grande influência. Como vimos, ele chega a nomear os utópicos como “pais” da economia solidária. A segunda aparece de maneira intermitente em seus textos, mas ganha força quando a economia solidária se consolida como um projeto político de superação do modo de produção capitalista.

É por compreender que essas duas correntes teóricas constituem os elementos que dão força e consistência ao projeto político de Singer que este capítulo se dedica a demonstrar as possíveis convergências entre o pensamento do autor e o debate que se desenrolou nessas correntes. Minha tese é a de que, a partir do momento em que Singer incorpora o socialismo utópico em suas discussões e trata a autogestão de maneira aprofundada em seus textos, é que a economia solidária ganha um caráter de projeto de superação do modo de produção vigente e deixa de ser apenas uma alternativa aos altos índices de desemprego. É a partir do entendimento de que a economia solidária é uma continuidade da luta do movimento cooperativista do século XIX, influenciado por Owen, e que sua consequência é a construção de

uma organização autogerida do trabalho e da sociedade, que a economia solidária deixa de ter um caráter reativo e passa a ter um caráter combativo ao capitalismo em Singer. Antes de desenvolver essa afirmação, é necessário apresentarmos, ainda que de maneira breve, as principais discussões que estão presentes no socialismo utópico e no pensamento sobre a autogestão, de maneira que possamos apontar as aproximações de Singer às duas correntes.

Início com uma breve exposição do núcleo central da teoria de cada um dos socialistas utópicos Saint-Simon, Fourier e Owen, e sigo com a apresentação das principais correntes existentes no debate sobre a autogestão. Destaco que o pensamento e a militância de Owen serão aprofundados no capítulo 4, quando tratarei das experiências da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale e do Complexo Cooperativo de Mondragón. Como é impossível falar sobre a experiência de Rochdale sem retomar a trajetória do owenismo, vou apresentar neste capítulo de maneira resumida as idéias centrais de Owen e deixo para o capítulo seguinte a influência que sua teoria e prática tiveram na construção do movimento operário e na formação do movimento cooperativista.

3.1) Os socialistas utópicos

No prefácio à 2ª edição do “Anti-Dühring”, Engels (1976) atribui o nascimento da luta do proletariado ao início da luta da burguesia contra a nobreza. Nesse contexto, em que a burguesia se outorgava o papel de representante das classes oprimidas, a oposição entre a nobreza e a burguesia

se alinhava ao antagonismo geral entre exploradores e explorados. As experiências das revoluções burguesas⁶⁴ foram precedidas e influenciaram formulações teóricas posteriores. Nos séculos XVI e XVII já apareceram as primeiras descrições utópicas de sociedades ideais e, no século XVIII, teorias comunistas, como as de Morelly e Mably. É nesse momento que, segundo Engels, a busca da igualdade sai do plano da luta por direitos políticos e se estende à luta por melhores condições sociais de vida. A partir dessa passagem, a destruição dos antagonismos entre as classes também passa a ser almejado.

É nesse movimento que nascem os três principais socialistas utópicos aos quais Marx e Engels se referem em “O Manifesto do Partido Comunista”: Saint-Simon, Fourier e Owen. Eles, entretanto, não representavam o interesse do proletariado nem defendiam a emancipação de uma classe determinada, mas sim da humanidade como um todo.

Na “Seção Terceira” daquele mesmo livro, Engels (1976) apresenta cada um desses três utópicos e diz que o pensamento deles é fruto da imposição do Estado racional pós-Revolução Francesa. Para o autor, após essa revolução burguesa, o estado das coisas não se modificou radicalmente. A diferença era que a dominação sobre o Estado, antes exercida pela nobreza, agora o era pela burguesia. Nesse sentido, quando a tríade utópica escreve, os antagonismos entre a burguesia e o proletariado se encontravam em seu estágio inicial:

⁶⁴ Engels dá como exemplo a Revolução Inglesa e a Francesa.

“Essa situação histórica dá forma às doutrinas dos fundadores do socialismo. Suas teorias incipientes não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a embrionária situação da classe. Queria tirar do cérebro a solução dos problemas sociais latentes ainda nas condições econômicas embrionárias da época. A sociedade não continha senão males, que a razão pensante era chamada a remediar. Tratava-se de descobrir um novo sistema, mais perfeito, de ordem social, a fim de impô-lo à sociedade, de fora para dentro, por meio da propaganda, e, se possível, pregando-o como o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo de conduta” (Engels, 1976: 224).

Apesar da crítica, Engels (1976) enaltece o papel que cada um desses utópicos ocupou no desenvolvimento da crítica ao capitalismo e na construção do socialismo. De Saint-Simon elogia o entendimento de que a economia é a base das instituições políticas. De Fourier, a compreensão que a emancipação feminina é condição da emancipação geral da humanidade e a idéia de que a pobreza é derivada da abundância. De Owen, de quem era amigo pessoal, destaca a proximidade ao movimento operário, as melhorias legais conquistadas para os trabalhadores e a elaboração de um comunismo bem acabado, definido pelo “dever geral de trabalhar e o direito de participar equitativamente do produto do trabalho” (Engels, 1976: 230).

Para Engels, os socialistas utópicos realizavam o mesmo movimento que a filosofia alemã: a idealização. Tanto uns quanto outros não partiam de uma realidade concreta para construir seus sistemas e/ou doutrinas. Partiam, antes, de uma realidade imaginada.

Buber (1971) avalia que a nomenclatura “utópicos” dada a esses primeiros socialistas era mais uma tomada de posição política do que a negação de uma possível contribuição teórica de seus expoentes. Para o autor,

“a denominação “utopista” passou a ser a arma mais poderosa da luta do marxismo contra o socialismo não-marxista” (Buber, 1971:14).

Engels (1984) chama a atenção para o fato de que o socialismo científico, que ele e Marx opõem ao socialismo utópico⁶⁵, deriva de uma concepção materialista da história que só é compreendida após o acontecimento de um grande número de insurreições operárias. É a partir dessas experiências que o socialismo deixa de ser uma descoberta casual de um indivíduo e passa a ser o produto da luta entre as duas classes que se formaram durante a Revolução Industrial: a burguesia e o proletariado. A partir do momento em que essas classes se constituem, o socialismo deixa de ter como missão a construção de um sistema perfeito de sociedade e passa a investigar o processo histórico econômico “de que, forçosamente, tinham que resultar essas classes e o seu conflito, descobrindo os meios para a solução desse conflito na situação econômica assim criada” (Engels, 1984:53).

Mas, se Marx e Engels buscaram se diferenciar dos socialistas utópicos dizendo desenvolver o socialismo científico, Buber (1971) e Munhoz da Rocha (1993) discordam dessa distinção. Para Buber (1971), o socialismo é composto por duas escatologias: a profética e a apocalíptica. A primeira, que ele relaciona aos utópicos, defenderia que a redenção depende da força de resolução do indivíduo. A segunda, que ele diz caracterizar o marxismo, acredita que a redenção está fixada e que o indivíduo é mero instrumento

⁶⁵ Apesar de Marx também ter feito alguns comentários a respeito do socialismo utópico, é Engels quem sistematizará as críticas em um texto com esse objetivo. Conforme Munhoz da Rocha (1993), “Nas obras de maturidade de Marx, as observações sobre o socialismo utópico são escassas e avulsas, sendo sensivelmente mais numerosas nas chamadas obras de juventude, como no *Manifesto do Partido Comunista*, *Ideologia Alemã*, *Sagrada Família*, *Manuscritos Filosóficos*, e em cartas endereçadas a colaboradores e parceiros como Ruge, Kugelman, Anenkov” (Munhoz da Rocha, 1993: 33).

desse processo. O autor explica que ambas as escatologias são derivadas do cristianismo e atuam de maneira diferenciada na construção do socialismo:

“O ponto é que o ímpeto apocalíptico-utópico de Marx se desencadeia e converte todo o conceito econômico e científico em pura utopia, é quando se fala da transformação de todas as coisas que se sucederá à revolução social. A utopia dos chamados utopistas é pré-revolucionária, a marxista é pós-revolucionária” (Buber, 1971:21).

Já para Munhoz da Rocha (1993), a divisão entre socialismo utópico e socialismo científico é inadequada porque abre “uma cisão no trato das questões sociais” e retira “do pensamento utópico a riqueza e o mérito que hoje se procura recuperar”. Para a autora, a utopia permanece sempre no interior da revolução. Ela concorda com Marcuse e Sanchez Vasquez em que:

“... o dogma da pureza ou positividade plena da revolução proletária aliado ao mito do socialismo como caminho irreversível, irrecusável, foram os responsáveis pelo afastamento da possibilidade de outras alternativas de revolução e de acolhimento de outras facções sociais progressistas e a ampliação do conceito de classe trabalhadora, o que ocasionou um atraso no projeto de superar o capitalismo” (Munhoz da Rocha, 1993: 59).

Essa ressalva se faz importante para que possamos dar a devida importância ao pensamento utópico. Se desprezarmos o caráter criativo das utopias e sua capacidade de incentivar a crítica e a ação contra o sistema, não compreendemos porque o ideário utópico se repõe no tempo. Pessin (2001), ao desenvolver uma fórmula que busca mostrar a semelhança estrutural⁶⁶ entre

⁶⁶ O objetivo de Pessin (2001) não é o de buscar as condições históricas que permitiram alguém escrever algo. O que ele quer é mostrar a recorrência dos sonhos utópicos através do

as utopias, concluiu que ela impõe uma ruptura com as angústias do mundo moderno e funciona como uma intuição na medida em que se torna uma necessidade romper com as formas tradicionais de pensar e imaginar o mundo. É por isso que, no Ocidente, as utopias floresceram em períodos diferentes: na Renascença, no século XVIII, na Revolução Industrial e na civilização burguesa, para citar alguns exemplos. Para o autor, até agora as ciências sociais têm visto a utopia como uma anedota do pensamento ocidental e como um pensamento que é referente a determinantes pessoais. Como já havia observado Hobsbawn (1979), os utópicos são caracterizados como excêntricos, quase como esquizofrênicos, e seu pensamento, como descolado da realidade. Por isso, foram isolados, apesar da contribuição que eles ofereceram ao pensamento científico:

“... os socialistas utópicos forneceram uma crítica da sociedade burguesa, o esquema de uma teoria da história, a confiança não só na realizabilidade do socialismo, mas também no fato de que ele representa uma exigência do momento histórico atual; assim como uma vasta elaboração de pensamento sobre o que será a vida futura dos homens numa tal sociedade (inclusive o comportamento humano individual)” (Hobsbawn, 1979:51).

Pessin (2001) defende que tratemos a utopia como um fato coletivo: “... elas [as utopias] constituem um jogo comum, a apresentação de um problema

tempo e da história do mundo ocidental e que estão além dos interesses sócio-econômicos e políticos. Para o autor, esses outros interesses são os do imaginário, que constrói uma lógica que leva os sonhadores a um porto seguro.

que habita o espírito coletivo, problema no qual elas buscam a formulação tanto ou mais do que a solução” (Pessin, 2001:28)⁶⁷.

É com esse cuidado, portanto, que buscaremos apresentar as principais propostas dos socialistas utópicos: compreendendo que a utopia é um desordenamento do mundo, uma tentativa de dotá-lo de uma nova ordem, um pensamento que não reduz a sociedade a uma única dimensão e que reconhece que ela é portadora de muitas possibilidades. É a partir desse conjunto de novas possibilidades, nascidas da crítica da sociedade que é contemporânea à utopia, que os indivíduos vão se orientar para a construção do devir. Acredito que seja isso o que Buber (1971) quis dizer quando atribuiu a Marx um pensamento utópico: sua crítica à forma como se organiza o sistema capitalista abre caminho para a construção de uma sociedade organizada de maneira diferenciada. A diferença dele para os utópicos, como veremos a seguir, é o entendimento de que o poder político está concentrado no Estado e que, sem sua tomada pelo proletariado, pouca coisa pode ser modificada.

3.1.1) Saint-Simon

Saint-Simon viveu entre 1760 e 1825. Nascido em Paris, era sobrinho de um célebre memorialista francês, o Duque de Saint-Simon, e pertencia a uma família de linhagem alta e prestigiosa. Aos 17 anos tornou-se subtenente do exército francês e, aos 19, já capitão, foi lutar na guerra de independência dos

⁶⁷ No original: “...elles [les utopies] constituent un enjeu commun, la mise en scène d’un problème qui ne cesse de hanter l’esprit collectif, problème dont elles cherchent la formulation autant ou plus peut-être que la solution” (Pessin, 2001:28).

Estados Unidos da América ao lado dos colonos⁶⁸. Segundo Petitfils (1977), “a simplicidade, a bonomia e o caráter empreendedor dos comerciantes americanos seduziram imediatamente o jovem oficial” (Petitfils, 1977:52). Saint-Simon ficou igualmente encantado com a ausência dos preconceitos de casta que encontrou no Novo Mundo. Em seu retorno à França, adotou as idéias revolucionárias (até 1793) e o nome de Claude-Henri Bonhomme, para rejeitar o título de Conde que possuía.

Apesar da simpatia com o ideário revolucionário, Saint-Simon não se envolveu politicamente com a Revolução Francesa. Sua sociedade com o Conde de Redern se extinguiu e sua vida boêmia contribuiu para o seu processo de falência. Conheceu a miséria e acabou indo morar com um ex-empregado seu. Dedicou sua vida aos estudos da ciência e escreveu uma série de livros⁶⁹ em que teorizava sobre a formação de uma nova sociedade. Sua tese era a de que após as revoluções, viria a estabilidade necessária para a sua construção (Wilson, 1986).

Ele era um crítico da Revolução Francesa porque acreditava que, apesar de ela ter destruído as instituições inadequadas, não havia construído nada em seu lugar. Ele acreditava ter havido um cisma na unidade da humanidade e defendia que era tarefa dos homens encontrar outro princípio que os unificasse, mas a revolução não cumpriu essa tarefa. O que o pensador buscava era a construção de uma lei universal e científica, que ordenasse a sociedade em substituição a Deus.

⁶⁸ Combateu como capitão de artilharia em Yorktown, entre 1779 e 1783.

⁶⁹ Entre eles: « Travail sur la gravitation universelle » (1813) ; « De la réorganisation de la société européenne » (1814) ; e « Le système industriel » (1821).

O aparecimento da nova classe industrial que se formava parecia a ele o ponto-chave da construção dessa unidade. Além de representarem o progresso técnico fundamentado na ciência, os industriais poderiam promover o bem à classe mais numerosa e pobre da sociedade porque estariam ao seu lado na cisão estamental que deu vida às revolução burguesas: a divisão entre os produtores e os ociosos (a nobreza). Saint-Simon interpretava que a Revolução Francesa foi uma guerra entre essas duas classes (a dos ociosos e a dos produtores) e unificava, assim, industriais, burgueses e trabalhadores em uma mesma classe, com interesses iguais. Os industriais foram os seus escolhidos no projeto de regeneração da humanidade porque eles deteriam o saber e, com isso, ordenariam a sociedade com melhor sucesso do que os proletários (Cole, 1975).

Além do protagonismo dos industriais na reorganização da sociedade, Saint-Simon defendia a elaboração de um saber universal – que unisse as artes, as ciências da natureza e as ciências da moral -, e de um novo cristianismo, pois, além do conhecimento, era necessário um sentimento para que a unidade fosse construída (Cole, 1975). Além disso, Wilson (1986) diz que, para Saint-Simon, o cristianismo permitiria à sociedade moderna compreender a existência de miseráveis e infelizes fazendo com que os ricos tentassem melhorar suas condições de vida⁷⁰.

⁷⁰ “A ênfase foi deslocada da mente dominadora no alto da hierarquia para o homem “sem posses” na sua base; porém a hierarquia permanece intacta, pois a mensagem de Saint-Simon continua a ser sua versão personalíssima do princípio noblesse oblige. É preciso fazer com que as classes prósperas compreendam que a melhoria das condições de vida dos pobres implicará também, a melhoria das condições de vida delas; é preciso mostrar aos savants que seus interesses são idênticos aos das massas” (Wilson, 1986: 84).

A concepção de que o saber universal ajuda na construção da unidade humana é derivada de sua formação na filosofia racionalista, segundo a qual haveria solução para todos os problemas. Segundo Cole (1975) e Wilson (1986), sua busca por um protagonista da unidade o faz tecer elogios a Napoleão que estaria contribuindo para varrer os restos do mundo antigo e abrindo espaço para o início de uma nova era, onde os produtores, os homens de ciência e os artistas seriam os administradores da nova sociedade, cientificamente cimentada. Essa nova sociedade, segundo Wilson, seria organizada por uma hierarquia de mérito e composta por três classes: os *savants*, os proprietários e os despossuídos. Os *savants* formariam o “Conselho Iluminado” e deteriam o poder espiritual da nova sociedade. Os proprietários governariam e os despossuídos se deixariam governar.

Sardá de Faria (2005) explica que Saint-Simon buscava substituir o antigo sistema feudal-militar, baseado na força, pelo sistema industrial-científico, baseado na racionalidade, na ciência e na técnica. Acreditava que esse novo sistema existia em germe e que era necessário abolir os obstáculos que impedissem o seu desenvolvimento. O objeto da política de Saint-Simon, diz Sardá, era organizar essa passagem. Nesse sentido, “os industriais podem dar o primeiro passo em direção à mudança social através da transformação do Estado pelo exercício de sua capacidade administrativa”, pois em seu pensamento, a fábrica era modelo para a regulação política e social (Sardá de Faria, 2005:77,78).

“O Estado transforma-se em capitalista coletivo, como uma grande manufatura que dirige a si mesma tendo em vista a expansão do sistema industrial, isto é, a sua própria expansão. O Estado racional reduziria as

despesas inúteis e poderia direcionar todos os recursos para o investimento direto na realização das condições gerais de produção, com a criação de redes de transporte, dinheiro e saber, resultando numa sociedade mais produtiva e racional” (Sardá de Faria, 2005:79).

O socialista utópico, como podemos notar, não se opunha à propriedade privada, mas fazia a ressalva de que quem a possuísse deveria utilizá-la para uma finalidade boa. É o mesmo princípio que o faz entregar a direção do Estado às classes proprietárias: este deveria ser dirigido por quem melhor soubesse se valer desse poder. Por meio do Estado, as classes proprietárias poderiam planejar a produção em benefício do interesse geral.

Apesar de identificar que o Estado é coercitivo e que o governo deveria ser substituído por uma administração geral, Saint-Simon atribui a tarefa da criação da ordem industrial – substituta da ordem estatal - aos chefes de produção. A política, em seu pensamento, é reduzida aos pré-requisitos necessários para a produção e não modifica, na nova ordem industrial, a relação de subordinação entre diretores de produção e operários (Buber, 1971).

Sardá de Faria (2005) destaca, ainda, que a associação de que trata Saint-Simon em sua obra e que o leva a ser identificado como um dos pais do socialismo e das teorias associacionistas refere-se unicamente à integração dos trabalhadores ao regime fabril. Ele defendia que os trabalhadores e industriais se associassem e, a partir da racionalidade da divisão do trabalho realizada nas fábricas, organizar-se-ia a nova sociedade⁷¹.

⁷¹ “Assim, de forma geral, a expressão associação no interior da doutrina de Saint-Simon está relacionada ao quadro organizacional da manufatura, isto é, em que o lugar ocupado pelos trabalhadores é determinado pela divisão do trabalho, em que se realiza a separação entre

Assim como Engels, Cole (1975) e Hobsbawn (1979) vão elogiar em Saint-Simon sua percepção de que a economia é fundamental para pensarmos nos problemas da sociedade moderna e em suas relações sociais. Cole acrescenta, ainda, que sua maior contribuição para a teoria socialista é a antecipação que ele faz da idéia de tecnocracia: "... la sociedad, a través del estado, transformado y controlado por los productores, debe planificar y organizar el uso de los medios de producción a fin de marchar a la par con los descubrimientos científicos" (Cole, 1975: 56).

3.1.2) Fourier

Charles Fourier viveu entre 1772 e 1837. Nascido em Besançon, cidade considerada avessa aos ideais iluministas e do progresso, era filho de um próspero comerciante, de quem fica órfão já aos dez anos, e de uma mãe católica conservadora. Vê-se obrigado a dar continuidade aos negócios do pai em meio aos acontecimentos da Revolução Francesa. Em 1793 teve suas mercadorias confiscadas pelas forças da resistência monarquista e foi obrigado, por eles, a lutar contra os republicanos, por quem foi preso e acusado de traição. Fourier os convence de sua inocência e é enviado a lutar na Alemanha, entre 1794 e 1795 até dar baixa por problemas de saúde. Com a perda do seu comércio, trabalha como caixeiro-viajante. A essas viagens ele atribuiu a inspiração para a elaboração de suas teorias, pois foi nelas que teve a oportunidade de conversar com pessoas comuns. Começa a publicar, a partir

instâncias de concepção e de execução das atividades, entre as funções de direção-planejamento e execução, em suma, no quadro das relações sociais de produção do capital" (Sardá de Faria, 2005:81).

de 1808, os artigos e livros que lhe renderiam a fama de louco⁷² (Konder, 1998).

Pela experiência vivida durante a Revolução Francesa torna-se descrente da luta política em geral e se dispõe a buscar um caminho diferente para a transformação da sociedade⁷³. Konder (1998) conta que foi em 1799 que Fourier descobriu o princípio de sua crítica à sociedade que lhe era contemporânea: ao pagar uma conta em um restaurante, descobre que a maçã consumida por seu colega é de Besançon, mas custava 100 vezes mais em Paris. Nesse momento, ele se dá conta da desordem em que se encontra o mundo industrial e dá início às suas críticas – que dão origem ao seu primeiro livro, “A Teoria dos Quatro Movimentos”, cuja crítica foi devastadora.

Ao contrário de Saint-Simon, a teoria de Fourier partia do indivíduo e de seus interesses para pensar na construção de uma nova sociedade. Uma das consequências disso é a sua defesa do trabalho como atividade agradável aos homens já que, na atual ordem das coisas, prazer e trabalho era uma equação impossível de se tornar concreta. Fourier não gostava da produção em larga escala nem da mecanização e muito menos da centralização da produção. Era preciso criar uma organização social em que os homens pudessem satisfazer os seus desejos e necessidades. Para ele, a criação de pequenas

⁷² Entre eles: “A teoria dos quatro movimentos” (1808); “Tratado de associação doméstica e agrícola” (1822); “O novo mundo industrial e societário” (1829); e “A falsa indústria” (1835-1836).

⁷³ “Tinha vivido no *Ancien Régime*, na Revolução, no Império, na Restauração monárquica e nos seus últimos anos vivia sob o governo do “rei-cidadão” Louis Phillipe, entronizado em 1830. Achava que nada de especial havia se modificado e que a sociedade só se transformaria, de fato, quando fosse encaminhada a superação da “civilização”, de acordo com as teorias que expunha” (Konder, 1998:15).

comunidades, denominadas falanstérios, seria o local mais adequado para os homens satisfazerem suas necessidades reais (Cole, 1975).

Suas idéias derivavam da análise da natureza humana e das paixões que afetam a felicidade. A natureza humana era, para ele, imutável e não poderia ser modelada pelo meio social. A organização social deveria satisfazer os desejos humanos e conduzir à harmonia. “Pero el problema, tal como el lo veia, consistía en establecer un médio social adecuado a la naturaleza humana tal como ésta es, y no con el propósito de cambiarla en algo diferente” (Cole, 1975:70).

Todo o seu pensamento se baseava na lei da atração de Newton, que ele adaptou para a vida social. Fourier criou o conceito de atração passional e foi dele que extraiu toda a sua teoria e baseou a construção de sua nova sociedade: Harmonia, a vida em falanstérios. Com “atração passional” queria dizer que tudo se liga a tudo no universo, ou seja, que todas as coisas mantêm uma relação de interdependência. Como tudo está ligado, as instituições que compõe a “civilização”⁷⁴ geram prejuízos para o equilíbrio da atração universal. Com seus falanstérios, ele convida os homens a superar esse desequilíbrio e atender às demandas de seus sentimentos mais naturais. A recusa radical à “civilização” é a base de seu pensamento e, apesar de Fourier reconhecer que ela garantia coisas boas, como a introdução de novas técnicas e novas formas de organizar a economia, ela trazia consigo a busca do enriquecimento a

⁷⁴ Fourier desenha um esquema de evolução social em que a civilização ocupa a quinta posição e a fase por ele desejada, a “Harmonia”, a última. Os estágios seriam compostos assim: 1) o edênico (ou primitivo); 2) o selvagem (ou de inércia); 3) o patriarcal (ou de pequena indústria); 4) o bárbaro (ou de média indústria); 5) a civilização (ou grande indústria); 6) o garantismo (garantia dos direitos que eliminassem os excessos destrutivos da civilização); 7) o socialismo (ou associação simples, que é a fase dos falanstérios); 8) a harmonia (ou associação composta (Konder, 1998: 27,28).

qualquer preço, o agravamento das desigualdades entre os homens e a repressão das paixões da maior parte da população⁷⁵.

Os falanstérios de Fourier dependiam do capital privado para se tornar concreto e, na realidade, ele nunca conseguiu colocar o seu projeto em prática. Nessas comunidades, não se buscava atingir a igualdade absoluta: cada nível social conviveria entre si e a hierarquia seria organizada de maneira a não dar aos capitalistas a posição mais elevada:

“Na distribuição de renda por dividendos (após ser garantido o mínimo necessário à subsistência), os capitalistas receberiam apenas quatro doze avos, enquanto os trabalhadores receberiam cinco doze avos e as pessoas de talento três doze avos. Os trabalhos desagradáveis seriam mais bem pagos do que os outros; e os trabalhos necessários valeriam mais que os trabalhos úteis, os quais, por sua vez, teriam prioridade em relação aos que só produzissem bens e serviços de luxo” (Wilson, 1986:90).

O objetivo de Fourier, ao desenhar seu falanstério, era o de organizar as pessoas de maneira que suas paixões se harmonizassem. As paixões, reprimidas na civilização, seriam liberadas na Harmonia, e elas, em conjunto, formariam séries. As séries são as afinidades que levam os homens a se associar. Cada série seria composta por 400 pessoas que, organizadas em torno de atividades que julgassem imprescindíveis à sobrevivência e ao bem-estar, formariam com mais três séries a falange experimental. O falanstério é o lugar onde essa falange se instalaria. Nele, não haveria autoridade porque o

⁷⁵ “As leis e as instituições passaram a ser elementos da legitimação da opressão e dos privilégios; a ordem social passou a servir para assegurar condições nas quais uma parte dos seres humanos podia satisfazer seus desejos em detrimento dos mais pobres e dos mais fracos” (Konder, 1998: 23).

prédio seria previamente projetado de maneira a que as paixões se harmonizassem.

“O falanstério criará uma situação que nunca existiu antes. Sentindo-se livres, seguros da legitimidade de seus desejos e de suas paixões, os indivíduos terão apreço pela organização que lhes possibilita a vida que não levam e não terão nenhum motivo para a competição exacerbada e destrutiva que a civilização lhes impõe” (Konder, 1998:38).

A educação também seria societária, e as crianças seriam ensinadas por crianças mais velhas levando em conta sua fase de desenvolvimento e suas necessidades. O trabalho, que na civilização assume formas repugnantes por ser imposto⁷⁶, tornar-se-ia uma atividade prazerosa, e as tarefas mais desagradáveis seriam realizadas em esquema de revezamento.

Como podemos observar, Fourier dedicou sua análise à unidade social, mais do que ao desenho de uma nova sociedade. Para Buber (1971) esta seria uma reação do autor ao legado da proibição da formação de associações e sindicatos pela Revolução Francesa. A livre concorrência que se estabeleceu naquele período redundaria na organização de monopólios, aos quais Fourier se opunha com a proposta de formar “unidades sociais comunais baseadas na relação de produção e consumo” (Buber, 1971:31). Buber avalia que as unidades sociais propostas por Fourier, por possuírem apenas harmonia interna e não externa, seriam instituições anti-socialistas.

⁷⁶ “A civilização não pode sequer assegurar à massa dos trabalhadores condições materiais que lhe garantam a tranquilidade da subsistência, porque, se isso acontecesse, como o trabalho nas sociedades civilizadas é por definição inumano, ninguém trabalharia. É a necessidade que obriga os trabalhadores a trabalhar; por isso, é necessário que eles se sintam aguilhoados pela necessidade” (Konder, 1998:46).

3.1.3) Robert Owen

Robert Owen viveu entre 1771 e 1858 no Reino Unido. Fazia parte de uma família de artesãos, mas foi, aos poucos, crescendo na hierarquia de um cotonifício e tornou-se diretor e co-proprietário de indústrias de fiação em New Lanark. Ele foi o fundador do cooperativismo e o principal representante do socialismo inglês da 1ª metade do século XIX (Russ, 1991; Cole, 1975).

Como herdeiro do Iluminismo acreditava que a revolução se daria por meio da razão e defendia que a origem da miséria e dos males dos homens era a ignorância. Owen entende que o homem está submetido às circunstâncias e é a partir dessa máxima que ele concluiu que “ninguém conquista sua vida. Ninguém a modela. As circunstâncias explicam tudo do homem” (Russ, 1991: 28).

Cole (1975) defende que o socialismo de Owen é baseado tanto em sua concepção sobre a natureza humana quanto em sua experiência como diretor da fábrica de New Lanark, onde promoveu uma reforma nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, mostrando como o trabalho se tornava mais produtivo após essas mudanças⁷⁷. Para Owen, a forma de conduta e a escala de valores que cada homem possuía dependiam do meio em que ele estava. A máxima corrente à época de que os homens formavam seu próprio caráter era, para Owen, prejudicial. Ele entendia que essa concepção sobre a natureza humana levava os homens a crer que eles eram os únicos responsáveis pela sua riqueza ao mesmo tempo em que os impedia de

⁷⁷ Entre outras ações, diminuiu a jornada de trabalho e proibiu o trabalho de crianças que ainda não tivesse dez anos de idade. Veremos isso mais detalhadamente no Capítulo 4.

compreender que a pobreza era resultado do meio deficiente em que viviam e de um sistema social construído sobre bases falsas. Para Owen, os homens precisavam de uma direção para melhor desenvolver seu caráter⁷⁸. Com essa sua percepção da natureza humana, Owen atacava ao mesmo tempo a doutrina da igreja, que responsabilizava os homens pela formação do seu caráter, e os princípios do *laissez-faire*:

“... acusou o sistema industrial de formar caráter ruins, tanto por causa de sua luta pela competência e por recorrer à ambição humana, quanto por conta das más conduções físicas e do meio moral perverso em que as vítimas do novo sistema industrial estavam obrigadas a viver desde tenra idade” (Cole, 1975:96)⁷⁹.

É por essa razão que a educação ocupa papel central em sua doutrina: ela era o instrumento de transformação do caráter e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos homens.

Foi a partir de sua preocupação com a educação dirigida e a existência de um meio que fosse propício a melhor modelar o caráter dos homens que Owen concebeu sua teoria cooperativista. Primeiramente, ele aplicou sua teoria na indústria de New Lanark, oferecendo, entre outros benefícios, habitação adequada, comida a preço de custo, escola e trabalho para seus funcionários e suas famílias. Com o fim das guerras napoleônicas e a crise da falta de

⁷⁸ Owen vai modificar essa concepção após observar as experiências cooperativistas espontâneas organizadas pelos trabalhadores. Veremos isso de maneira mais aprofundada no Capítulo 4 deste texto.

⁷⁹ No original: “... acusó al sistema industrial de formar malos caracteres, tanto a causo de su lucha por la competencia y por recurrir a la ambición humana, como a causa de las malas condiciones físicas y del medio moral malo em que las víctimas del nuevo sistema industrial estaban obligadas a vivir desde su tierna edad” (Cole, 1975:96).

trabalho, procurou mostrar que a sociedade tinha os meios para evitar que os homens sem trabalho fossem um peso, e formou as Aldeias de Cooperação, nas quais todos trabalhariam de forma igual e viveriam da divisão do produto de seu trabalho.

Nesse momento, Owen também iniciou uma luta pela defesa de melhores condições de vida dos trabalhadores no Parlamento inglês. Sem obter muito progresso, optou por expandir seus experimentos de Aldeias Cooperativas para o mundo, por compreender que, além de ser uma forma de superar a falta de vagas de trabalho, seria um meio para a regeneração do caráter dos homens, um espaço de emancipação do sistema de ganância gerado pela grande indústria. A corrosão do caráter seria curada por meio da educação e do trabalho em cooperativas. Seu plano anti-crise, transforma-se em um chamado para mudar a ordem social e econômica (Cole, 1975; Hobsbawn, 1979; Russ, 1991; Wilson, 1986; Buber, 1971).

Além das Aldeias Cooperativas, que construiu na Inglaterra e nos Estados Unidos sem grande sucesso, Owen escreveu sobre a teoria do valor trabalho em um de seus livros, o “Report to the County of Lanark”, de 1821. Nele, Owen comparava a unidade de força “cavalo” com a força do trabalho humano: se, apesar da força dos cavalos variarem individualmente criou-se uma unidade de medida, o mesmo poderia ser feito com o trabalho humano. Owen seguiu idéia do valor-trabalho de Ricardo e a aplicou em um de seus empreendimentos, o “National Equitable Labour Exchange”, em 1834, no qual os produtos de diferentes artesãos e pequenos produtores eram trocados seguindo o valor determinado pelo tempo de trabalho empregado na produção da mercadoria.

Esse experimento, somado às suas aldeias cooperativas, a reforma que promoveu na indústria de New Lanark, a luta pela melhora das condições de vida dos trabalhadores e seu engajamento posterior no movimento sindicalista e cooperativista⁸⁰ levaram Engels a se impressionar com o seu senso prático e com o caráter empresarial que dedicava na projeção de suas comunidades utópicas (Hobsbawn, 1979).

Sardá de Faria (2005) aponta para uma diferença entre o socialismo utópico inglês, representado por Owen, e o francês, representado por Saint-Simon e Fourier: o envolvimento direto do primeiro com a classe trabalhadora e o distanciamento que os segundos mantinham do plano prático de transformação social. Owen lutou por mudanças na legislação trabalhista e pelo desenvolvimento do sindicalismo e cooperativismo na Inglaterra, enquanto Fourier e Saint-Simon dirigiam seus projetos de transformação aos industriais e filantropos, apesar de também estarem preocupados com o destino dos trabalhadores. Sardá de Faria destaca, ainda, que “de todo modo, o sentido que o termo associação assume nas suas doutrinas pouco tem a ver com as práticas de organização e luta desenvolvidas pelos trabalhadores franceses neste período” (Sardá de Faria, 2005:69).

Citando Bruhat, Sardá de Faria explica que os utópicos franceses não perceberam que a classe operária nascente crescia e fortalecia seus laços de solidariedade. Não acreditavam, portanto, que os trabalhadores fossem

⁸⁰ Ver Capítulo 4.

capazes de se organizar e lutar por uma nova sociedade. É a partir dessa percepção, conclui Sardá de Faria seguindo Bruhat, que os utópicos franceses se mantêm distantes da ação política e da luta reivindicativa operária.

Acredito que podemos justificar essa diferença pelo desenvolvimento tardio da indústria francesa em relação à inglesa e à conformação, também díspar no tempo, de um operariado organizado e consciente. Além disso, as experiências vivenciadas por Saint-Simon e Fourier os levaram a desacreditar na política como maneira de intervir e modificar as relações sociais.

Apesar dessa diferença, Wilson (1986) mostra que os socialistas utópicos foram influenciados pela doutrina de Rousseau, mesmo que nunca o tenham citado em seus livros e artigos. A tese de que os homens são naturalmente bons e que a sociedade é que os corrompe dominaria a atmosfera da época e seria, explicitamente, a base da compreensão da natureza humana de Fourier e Owen. Enquanto o primeiro afirmava que os homens utilizavam as paixões que os compunham de maneira errada, o segundo acreditava que os homens tinham o caráter mal formado em consequência da educação que receberam e do meio em que viviam. Ambos buscaram demonstrar que o interesse dos indivíduos era compatível com o interesse geral e foi a partir disso que “propuseram a criação de sociedades limitadas e independentes dentro de uma sociedade maior” (Wilson 1986:89). Para Cole (1975), Fourier e Owen se aproximam e se diferenciam na medida daquilo que compreendem como natureza humana. Ao contrário de Fourier, para quem as comunidades canalizariam as paixões humanas para coisas boas, em Owen as comunidades é que tornariam os homens bons.

Mas essa semelhança não é suficiente para explicarmos por que podemos tomar esses três pensadores como parte de um mesmo movimento teórico.

É a partir da leitura dos comentadores e da própria análise de Marx e Engels sobre os socialistas utópicos, que podemos notar que eles foram os primeiros pensadores a identificar os males da sociedade capitalista em construção e a se preocupar com o bem estar dos trabalhadores operários. Como veremos no Capítulo 4, as condições de trabalho eram desumanas e insalubres no período da Revolução Industrial e nem mesmo as crianças estavam livres de vivenciar esse processo. Além da preocupação com as condições de vida da classe operária que surgia, os três autores tinham uma preocupação em modificar essa situação. Todos desenvolveram uma teoria em que essa mudança ocupava o papel central. O adjetivo “utópico” deriva justamente desses projetos: os três autores desenhavam possibilidades de a sociedade vir a ser. Uma das razões que fez com que Owen fosse o socialista utópico a ganhar maior simpatia de Engels foi o fato de ele ter sido o único desses teóricos a colocar seu projeto em prática.

Além desses projetos, Saint-Simon, Fourier e Owen tinham em comum a herança conceitual do Iluminismo. Cada um defendia, à sua maneira, que a razão era o fundamento da nova sociedade, seja para alcançá-la, seja para formatá-la. Enquanto Saint-Simon e Fourier apostavam na organização racional da sociedade como saída para o seu aprimoramento, Owen acreditava que a razão levaria os homens a transformar a sociedade em que viviam. Não é a toa que a preocupação com a educação, o conhecimento e a ciência ocuparam

espaço em seus textos. A revolução política é substituída, por eles, por uma nova organização, mais racional, da sociedade.

Aqui podemos fazer uma primeira aproximação entre os socialistas utópicos e Paul Singer: o afastamento da revolução política e a defesa da razão como motor da transformação. Tanto os utópicos quanto Singer propõem que a mudança do capitalismo se dê a partir de dentro. É quase como Sardá de Faria avalia a perspectiva cooperativista de Owen, “aproveitando suas brechas para demonstrar a viabilidade de um novo sistema que, sendo mais “racional”, logo conquistaria uma expansão em escala ampliada e constituiria um meio social inteiramente novo” (Sardá de Faria, 2005:65).

A ausência de uma organização, seja ela um partido ou sindicato, que congregue um projeto político e construa uma luta orgânica também estão ausentes nos utópicos e em Singer, apesar dele fazer parte do PT e ter militado, em sua juventude, em um sindicato. Essa outra coincidência, além de ser consequência da primeira, advém de outro fato: nenhum desses pensadores trata da questão do Estado. Apesar de Saint-Simon acreditar que a transformação da sociedade se dê pela racionalização do governo, transformando-o em administração, ele não o entende como espaço de concentração do poder político. Se Fourier também ignora essa questão e Owen utiliza o Estado para intervir por meio de petições, Singer o coloca em discussão apenas como governo, ao apontar para o financiamento e auxílio que o Estado deve dar aos projetos de economia solidária.

É a partir dessa questão que podemos apontar para uma aproximação entre o projeto político de Singer e o pensamento dos socialistas utópicos: é a ausência da discussão sobre o Estado o que vai aproximá-los e os levar a

buscar alternativas para a transformação da sociedade. É nesse sentido também, que podemos entender que Singer se afasta da tradição marxista que construiu uma teoria do Estado e entende que, sem o revolucionamento desse espaço, qualquer mudança que se realize na sociedade se tornará assessoria. Isto porque tanto o arcabouço jurídico que dá respaldo ao capitalismo não se modifica quanto não se modifica a estrutura que concentra e monopoliza o poder político.

Voltaremos a falar sobre isso no item “Conclusão” e seguimos, para aproveitar o gancho da discussão sobre o Estado, com a discussão sobre a autogestão: resolveria ela a ausência de uma concepção crítica ao Estado no pensamento de Singer?

3.2) A autogestão

Em um primeiro momento, apresento uma dificuldade que é inerente à autogestão: a de tratá-la como um conceito. Assim como a economia solidária tem difícil definição, também o possui a autogestão. O problema é derivado, acredito, do fato de ambas se constituírem enquanto projetos políticos e não apenas como definições de um conjunto de ações. Com isso, o que procuro dizer é que a autogestão pode possuir significados e sentidos diferenciados a partir da perspectiva política e do contexto vivenciado por quem a define. Por possuir um diálogo direto com experiências históricas, ela também é constituída por elementos que derivam de equilíbrios de poder distintos e aparece, portanto, sob diferentes formas estratégicas.

Frente a essa heterogeneidade de interpretações e projetos implícitos na autogestão, cabe a pergunta: a qual deles Singer se refere quando postula a autogestão como elemento fundamental da economia solidária? Ele se refere a uma concepção específica ou se vale de elementos diversos? Ou ainda, propõe um sentido novo à palavra? Antes de tentar responder a essas perguntas, é preciso conhecer o debate e as disputas em torno dos sentidos e significados da autogestão.

3.2.1) Da difícil definição da categoria

As discussões sobre a autogestão, seus limites e possibilidades, se deram de maneira intensa na década de 1970 nos países europeus. Em particular, na França. As fontes que encontrei para repor os principais argumentos que formam este campo, estão reunidas no periódico “Autogestion et Socialisme”, que teve seu primeiro número publicado em 1966 e o último em 1980. Inicialmente levava apenas o nome “Autogestion”, mas, como nos explica Bourdet, para que a revista ganhasse espaço e pudesse ser vendida nas grandes livrarias, foi necessário acrescentar a palavra “Socialisme”.

A publicação teve início, portanto, dois anos antes dos eventos de Maio de 1968, quando a palavra autogestão ganhou as ruas de Paris como bandeira de luta dos trabalhadores e estudantes. Tendo precedido, sucedido e acompanhado o movimento que resgata a autogestão como prática e horizonte de luta é que considero que os artigos que a revista traz sejam ferramentas importantes para compreendermos as principais discussões que cercam a

categoria autogestão. Ainda mais se atentarmos para o que dizem Yvon Bourdet e Alain Guillermin (1976).

Os autores defendem que a origem da palavra autogestão na França é recente. Ela teria surgido no início dos anos de 1960, o que eles justificam por um exercício etimológico: não há registros da palavra em dicionários e enciclopédias francesas anteriores à década referida. Sobre sua origem, eles têm uma hipótese que é compartilhada por Person (1977):

“... esta palavra é a tradução literal da palavra servocroata *samoupravlje*⁸¹ (sendo *samo* o equivalente eslavo do prefixo grego *auto*, e *upravlje* uma palavra que significa aproximadamente “gestão”). Portanto, a palavra autogestão foi introduzida na França para designar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, quando do rompimento com o estalinismo” (Bourdet e Guillermin, 1976:14).

A palavra autogestão aparece na França em um contexto histórico específico. Não é desprezível o fato de ela ser a tradução literal de uma palavra que nasce de uma experiência que se tornou um dos marcos da história do socialismo real: o rompimento da Iugoslávia com as diretrizes soviéticas e com a Internacional Comunista e a construção de um modelo alternativo de Estado⁸². Em um contexto de Guerra Fria, em que as mazelas do socialismo real ganhavam destaque e quando a esquerda era pressionada a construir uma

⁸¹ A professora Vera Vrátusa, da Universidade de Belgrado, apontou uma incorreção na palavra utilizada por Bourdet e Guillermin (1976). Segundo ela, “upravlje” não existe no vocabulário servo-croata, sendo a palavra correta, “upravljanje”. Em suas palavras: “There is a slight possibility that after the destruction of Yugoslavia, some linguists are maybe attempting to underline real and imagined linguistic differences in order to justify creation of new languages like Montenegrin or Bosnian or justify the break of the former agreement about common serbo-croat or croato-serb language by putting in or leaving out several letters in some words”.

⁸² Em 1948, a Iugoslávia rompe com o Kominform (organização centralizada do movimento comunista internacional entre os anos de 1947 e 1956).

alternativa que não dividisse os mesmos ideais do modelo norte-americano, é que a autogestão aparece como conceito na França.

Nada mais exemplar para compreendermos o contexto do que a interpretação que Stråth (2002) faz sobre o movimento político de maio de 1968. Para o autor, eles construíram uma nova linguagem para a emancipação individual e buscaram romper com as hierarquias em todas as esferas. O centro dessa nova linguagem era, ao mesmo tempo, a crítica ao modelo ocidental capitalista de organização social e a crítica ao modelo soviético. Na esfera do trabalho “... a linguagem de classe culminou em slogans como co-determinação e autogestão, e no desenvolvimento de novas práticas como sit-ins [ação direta sem o uso da força com a ocupação de um espaço como forma de protesto], work-ins, ocupações de fábrica etc.” (Stråth, 2002:65)⁸³.

Essa nova linguagem de que trata Stråth (2002) é resultado da busca por um modelo político alternativo de gestão da sociedade e do acúmulo de discussões e experiências anteriores. A defesa da autogestão em 1968 também deve ser vista como resultado de uma disputa de ordem discursiva na área das relações industriais, disputa essa que inspira uma série de políticas para o gerenciamento do conflito entre capital e trabalho pelos Estados.

“Nos anos de 1950 e de 1960 havia duas abordagens alternativas às relações industriais. Uma preocupada com as melhorias na ordem capitalista de produção enquanto a imaginada proposta da outra era a de superar essa

⁸³ No original: “... the class language culminated in slogans like co-determination, *Mitbestimmung* and *autogestion*, and in the development of new practices like sit-ins, work-ins, factory occupations and so on” (Stråth, 2002:65).

ordem” (Stråth, 2002:68)⁸⁴. Para Stråth, a versão dominante era a social-democrata, que era corporativista e defendia a negociação coletiva como maneira de melhor distribuir os ganhos econômicos. Baseava-se, portanto, no compromisso de classes e no acordo entre trabalhadores e empresa, tendo o Estado como mediador. A outra versão, menos difundida, era a marxista. Nela, os interesses não eram vistos como negociáveis e a única saída entrevista para o conflito entre o capital e o trabalho era a vitória do último sobre o primeiro.

Stråth (2002) defende que nos anos de 1960 a interpretação social-democrata sobre as relações industriais se radicalizou devido às expectativas geradas pelo welfare-state. Considerando que a dinâmica social opera entre a base da experiência e o horizonte de expectativas⁸⁵, o autor avalia que o sucesso da negociação coletiva elevou as expectativas de participação e as reivindicações de ampliação do poder operário sobre o crescimento econômico aumentaram. A bandeira era a da aplicação da democracia no local de trabalho (Stråth, 2002:70).

“A crítica não foi direcionada apenas ao capitalismo enquanto sistema, mas também ao Estado e ao regime político, e ao movimento operário e suas instituições, que foram todas criticadas por serem muito hierárquicas e centralizadas e, por isso, criaram obstáculos para a verdadeira democracia e influência dos trabalhadores” (Stråth, 2002:70)⁸⁶.

⁸⁴ No original: “In the 1950s and the 1960s there were two alternative approaches to the industrial relations. One aimed at improvements within the capitalist production order, while the imagined purpose of the other was to overthrow this order” (Stråth, 2002:68).

⁸⁵ Cita Koselleck, 1989.

⁸⁶ No original: “The criticism was not only aimed at capitalism as a system, but also at the state and the political establishment, as well as the labour movement and its institutions, which all were criticized for being too hierarchical and too centralized and of thus creating obstacles to true democracy and worker influence” (Stråth, 2002:70).

A autogestão se coloca desde o início, portanto, como um projeto e uma prática política críticas da gestão centralizada e hierárquica tanto das empresas quanto do Estado. Apesar de derivar desses princípios, a palavra autogestão não remete a um sentido e a um significado comuns. Sendo portadora de um projeto político, creio que seja melhor tratá-la aqui da mesma forma como tratei a economia solidária na Introdução deste texto: enquanto categoria. Faço isso amparada em um apontamento de Sallon (1976), segundo quem, a definição da palavra autogestão muda conforme mudam os autores que dela tratam. O “projeto político” arrisco por conta própria em consequência das leituras realizadas.

3.2.2) As principais vertentes

Segundo Sallon (1976), reclamariam o projeto de autogestão contemporâneo variadas correntes de pensamento. Entre elas: o socialismo utópico, o socialismo libertário, o anarco-sindicalismo, as idéias de Marx e Lênin e até mesmo as doutrinas sociais da igreja católica⁸⁷. Ele também cita Proudhon e Fourier como pensadores que são indicados como fundadores da idéia de autogestão. Apesar desses apontamentos, Sallon resume a cinco as fontes históricas da autogestão, além de algumas experiências históricas, entre elas: a Comuna de Paris, o 1º soviét russo, os conselhos operários da

⁸⁷ As encíclicas de Léon XIII – que foi o 256º papa da igreja católica entre 1878 e 1903 - são fundadas sobre o plano ético das idéias de participação dos assalariados. O aporte crítico da doutrina social da igreja inspirou sistemas neo-corporativistas e teses de sindicatos como o CFDT francês e a CIS italiana (Sallon, 1976).

revolução húngara em 1919, a Alemanha de 1919, os conselhos de fábrica italianos entre 1919 e 1920, os soviets chineses em 1928-1934, a Espanha na Guerra Civil, os conselhos da Alemanha coletivista em 1945 e a revolta de Berlim leste em 1953, a Hungria de 1956, a república socialista Tchecoslovaca em 1968, a Argélia de 1962-1965 e a experiência iugoslava⁸⁸. Entre as cinco fontes históricas estão: 1) Proudhon, 2) Anarquismo, 3) Cooperativas de Produção; 4) Marxismo; 5) Neo-Capitalismo.

Sobre Proudhon, ele defende que uma leitura mais minuciosa do autor pode nos revelar a proximidade de suas idéias com os partidários da autogestão. Ele teria influenciado Owen e seus discípulos, mas foi a sua influência sobre Jean Jaurès e o sindicalismo francês que teria dado origem à tese contemporânea da autogestão. Para além disso, é importante destacar que Proudhon desejava a abolição da divisão entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, recusava o capitalismo e o comunismo estatal e defendia a abolição do assalariamento para que os trabalhadores pudessem, eles mesmos, gerir suas empresas. A federalização das empresas e um planejamento econômico indicativo também faziam parte das idéias de Proudhon que, tinha como norte, a descentralização do poder, a auto-administração dos grupos naturais, uma democracia mais real e direta e a previsão da organização da sociedade futura.

A herança dos anarquistas seria a da negação do Estado e de todo poder político afirmado. Assim como Proudhon, eles defendiam um novo modelo social baseado na organização e na federação livre das associações das classes operárias. Em relação às cooperativas de produção, Sallon

⁸⁸ Acrescentaria à essa lista a experiência dos Kibutzin em Israel.

defende que elas repudiam o capitalismo, o lucro e a exploração dos consumidores e trabalhadores, mas reconhece que as cooperativas atuais (e ele escreve em 1976) estão degeneradas: aceitam as determinações do mercado e, em seu funcionamento interno, possuem hierarquia de funções e comando (Sallon, 1976:27). Sobre Marx, Sallon (1976) afirma que ele sempre defendeu a autogestão da luta dos trabalhadores, sem que houvesse direção ou órgão que lhes determinasse o que fazer⁸⁹. Com o neo-capitalismo, o autor quis se referir às novas formas de gestão e organização do trabalho que as empresas capitalistas passaram a implantar principalmente a partir dos anos de 1970, como resultado da reestruturação produtiva e forma de atenuar as reivindicações e a luta organizada dos trabalhadores.

A partir da leitura dessas fontes e do conhecimento das experiências históricas – e em contraposição a essas últimas -, Sallon (1976) define o que é, para ele, o núcleo comum da autogestão: a recusa do poder do capital e da burocracia. Recusa do poder do capital porque, no capitalismo, o poder se associa à propriedade privada dos meios de produção. E como a fonte da riqueza, no capitalismo, é o trabalho, é ele, e não a propriedade privada, a fonte da riqueza. É por essa razão que a propriedade privada deveria ser coletivizada (Sallon, 1976:67). Recusa da burocracia porque a decisão sempre deve vir do coletivo, mas Sallon (1976) destaca que a autogestão não nega a necessidade de especialistas e nem exige que todos os trabalhadores possuam o mesmo nível de conhecimento ou interesse: o importante é que as especificidades cheguem ao conhecimento de todos, isto é, é necessário que

⁸⁹ Essa interpretação do pensamento de Marx é contestável. Como veremos no item “Considerações Finais” deste texto, Marx defendia a formação da Associação Internacional dos Trabalhadores porque considerava que a autogestão deveria ser um movimento organizado.

haja transparência nas informações e que, a partir disso, as decisões sejam tomadas por todos, ou, ao menos, por delegados.

Obviamente que outros autores vêem a autogestão a partir de outras perspectivas. Montuclard (1974,1975), por exemplo, acredita que os debates que surgiram a partir dos anos de 1960 sobre a autogestão se diferenciam a partir da visão que os autores possuem acerca da participação. Enquanto um grupo de trabalhos coletivos publicados entre 1967 e 1969 pensaria a autogestão como forma de suscitar e organizar a participação dos trabalhadores nas empresas, outro grupo se preocuparia em atribuir à autogestão uma outra acepção: mais global, radical e totalizante (Montuclard, 1974,1975:30). No primeiro caso, a aproximação semântica entre participação e autogestão impede que a palavra assuma o seu significado pleno, pois a tendência que a entende como uma forma radical de participação dos trabalhadores acaba conferindo à categoria um caráter ambíguo: enquanto a autogestão significa a autonomia do sujeito, a participação refere-se à sua associação com outras pessoas.

O que o autor quer dizer com isso é que, enquadrada em uma via evolutiva das formas de participação, a autogestão acaba por não implicar na ruptura nem do sistema social nem de suas normas e valores. Ela se preocuparia mais com a inclusão de novos associados na tomada de decisões e menos com a crítica e o debate sobre as origens e a natureza do poder de decisão que existe na esfera do trabalho e na sociedade política de maneira mais geral (Montuclard, 1974,1975:30).

O problema da linha de interpretação que associa a autogestão à participação seria, portanto, o de que a origem e a natureza da tomada do

poder de decisão na empresa e no Estado nunca seriam contestadas. As recusas do poder do capital e da burocracia, que elencou Sallon (1976), apareceriam, portanto, desvinculadas de qualquer entendimento aprofundado da parte dos trabalhadores. É por isso que essas novas formas de gestão propostas pelas empresas, que Sallon chama de tendência neo-capitalista da autogestão, não são vistas como formas verdadeiras de autogestão: se a proposta desta é justamente romper com a alienação, não há como chamar de autogestão relações de produção que continuem baseadas na ignorância que os trabalhadores possuem acerca do poder de sua posição dentro do sistema produtivo.

Outro problema que Montuclard (1974) destaca dessa linha participacionista da autogestão seria o gradualismo do qual ela estaria impregnada. Opõem-se a isso os autores que associam a autogestão ao controle operário. Neste caso, controle operário constitui-se em uma antítese da participação: nega que a propriedade coletiva dos meios de produção e sua gestão coletiva possam acontecer sob o regime capitalista. Para que a autogestão se efetive é necessário que ela se realize em todas as esferas da sociedade, que ela seja global, geral.

Alguns autores, no entanto, não consideram o controle operário como uma forma de autogestão. Para Bourdet e Guillerm (1976) o controle operário é uma imposição dos trabalhadores ao patronato sobre as condições nas quais eles aceitam trabalhar. Segundo os autores, nessa fase da luta “os operários não pretendem gerir sozinhos a fábrica, nem mesmo pretendem determinar os objetos a fabricar” (Bourdet et Guillerm, 1976: 33). Controle operário é, para eles, uma “intervenção conflitual que arranca ao patronato concessões das

quais resulta uma melhoria das condições de trabalho, ou, se se preferir, um pequeno abrandamento das formas de exploração” (Bourdet et Guillermin, 1976:32).

A polarização entre participação e controle operário que Montuclard (1974) faz para explicar as diferentes formas de se pensar a autogestão não faz sentido, portanto, para Bourdet e Guillermin (1976). Quando os autores explicam o que entendem por controle operário eles fazem o mesmo com as palavras participação, co-gestão e cooperativas. A partir dessas quatro palavras eles constroem uma perspectiva comparativa que os leva a definir de forma mais acabada o que entendem por autogestão. É pela oposição, ou melhor, a partir daquilo que ela não é, que os autores formulam o entendimento que possuem sobre o seu sentido e significado.

Isso tudo, argumentam, se faz necessário porque a própria palavra autogestão, em sua origem, tem um caráter ambíguo. A difícil definição derivaria do fato de a palavra estar vinculada a uma experiência histórica em construção: autogestão nasce para explicar o que é o sistema iugoslavo. Como este sistema estava em desenvolvimento e tinha significados diversos, natural que a palavra se contaminasse pela variação de sentidos.

Assim, autogestão, para os autores, não é participação: “participar não é autogerir; é apenas ser admitido a tomar parte numa atividade que já existe, que tem a sua própria estrutura e finalidade” (Bourdet et Guillermin, 1976:24); nem co-gestão, que é uma participação alargada, manifesta na organização técnica do trabalho e na política geral da fábrica, e que vale apenas na determinação dos meios e não dos fins do trabalho a ser realizado: “Trata-se de uma adaptação (inteligente) do patronato” (Bourdet et Guillermin, 1976:30);

nem controle operário, como já vimos; e se aproxima das cooperativas: a autogestão é algo próximo à generalização do cooperativismo. O nome muda de cooperativismo para autogestão porque, como as cooperativas são projetos locais, seria preciso uma nova palavra que definisse seu espírito.

A generalização da cooperação, é importante destacar, deve ser acompanhada da abolição do Estado e da implementação de uma organização nacional de tipo radicalmente novo, como uma federação de nações, por exemplo. A autogestão definiria outro tipo de planificação e lei econômica: centralizada, mas a partir de baixo e que define restrições ao invés de impor uma dominação (Bourdet et Guillermin, 1976:60). Para os autores, a nova planificação retiraria dos especialistas a prerrogativa da escolha econômica e a estenderia a todos. Neste sentido, a autogestão é, para os autores:

“... uma transformação radical, não só econômica, mas também política, no sentido de que destrói a noção corrente de política (como gestão reservada a uma casta de políticos) para criar outro significado da palavra política: a direção, sem intermediários e em todos os níveis, de todos “os seus negócios” por todos os homens” (Bourdet e Guillermin, 1976:40).

Após essas considerações, a autogestão deixa de ter a ambigüidade da experiência iugoslava⁹⁰ e se constitui como um projeto político articulado à

⁹⁰ A experiência de autogestão iugoslava teve início em 1950 após o rompimento do país com o Partido Comunista da URSS. Neste ano, Jossip Broz “Tito”, baixou um decreto que instituiu a autogestão das fábricas na Iugoslávia, com o objetivo de desburocratizar e democratizar a economia e a sociedade iugoslavas, antes submetidas ao planejamento centralizado do Partido Comunista soviético. O processo é tido como ambíguo porque, apesar da idéia de implantar a autogestão generalizada, os trabalhadores continuaram tendo pouco acesso às decisões na esfera política e, mesmo nas fábricas, a autogestão empreendida foi limitada a aspectos técnicos e produtivos. A participação dos trabalhadores na tomada de decisões se limitava ao processo produtivo. Sua participação nos conselhos restringia-se aos trabalhadores especializados. Formou-se uma tecnocracia e uma idéia falsa de controle sobre o processo de

passagem do capitalismo ao socialismo: só se concretiza com a abolição do Estado capitalista.

O projeto político que Bourdet e Guillermin (1976) definem por meio da autogestão se aproxima, em alguns aspectos, ao dos anarquistas. Apesar de os autores postularem a origem da autogestão em Marx, o desenho feito por eles de como a sociedade deverá ser nos remete às propostas anarquistas.

É o caso, por exemplo, de Berthier (1972) que defende a autogestão da perspectiva do anarco-sindicalismo. Em poucas palavras isso quer dizer que ele define o sindicato como meio de luta para a construção de uma sociedade autogerida – ao contrário do que defendem outros anarquistas, para os quais as instituições que representam os trabalhadores só fazem reproduzir a lógica capitalista em suas estruturas internas.

Para o autor, para que os trabalhadores possam dar início à autogestão é necessário que existam estruturas organizacionais que permitam que ela se desenvolva. Essas estruturas são os sindicatos, que vão servir como organismos de base que permitem ao trabalhador se expressar, seja no plano do trabalho, seja no local onde ele vive. Por essa característica de conjugar diferentes esferas da vida social, a autogestão seria ao mesmo tempo econômica e política e significaria a gestão direta dos trabalhadores a partir dos organismos de base.

É importante destacar que, apesar do desenho de como a sociedade anárquica deveria ser, Berthier (1972) rejeita tipos ideais de autogestão e defende que cada organismo de base se estruture a partir de seu contexto. No

produção e sobre as decisões políticas e econômicas. A administração da vida econômica, política e social continuou dirigida e centralizada pelo partido único do país (Tragtenberg, 1986; Venosa, 1987).

caso da economia capitalista, esse organismo de base será, obrigatoriamente, o sindicato, pois é por meio dele que os trabalhadores lutam contra um sistema de extração da mais-valia a partir do trabalho.

Os sindicatos serão a base de um federalismo que Berthier (1972) defende em oposição à democracia direta de tipo comunal. Essa última seria a forma encontrada pelos anarquistas não-sindicalistas para resolver o problema da democracia direta em sociedades de grande porte: a reunião em assembléias e a tomada de decisões via consenso. Para os anarco-sindicalistas, essa forma é insuficiente e aí entra o federalismo: ele seria o complemento necessário à autogestão porque é ele quem vai possibilitar que as atividades de um país sejam coordenadas. Nessa concepção, as atividades políticas e econômicas prescindem de uma organização prévia e é essa organização que o federalismo vai oferecer.

O federalismo defendido pelos anarco-sindicalistas, grupo do qual Berthier faz parte, seria organizado de maneira que todas as esferas da vida ficassem sob o controle dos sindicatos. Esses, por sua vez, seriam responsáveis pela definição da vida política e econômica do país. Mesmo após desenhar os contornos da nova sociedade anárquica, o autor nega as acusações de que os anarco-sindicalistas têm uma fórmula pronta para que o sistema de autogestão funcione: para ele é preciso que os trabalhadores reflitam sobre o futuro antes da revolução pois, assim, perderão menos tempo depois que ela acontecer para tornar a autogestão concreta: “ Sem preparação para a autogestão, não há autogestão possível”⁹¹ (Berthier, 1972:68).

⁹¹ No original: “Sans préparation à l'autogestion, il n'y a pas d'autogestion possible” (Berthier, 1972:68).

Berthier (1972) cita a experiência de autogestão ocorrida na Guerra Civil espanhola⁹² para refutar a idéia de que elaborou um sistema perfeito: os mesmos que criticam a idéia de autogestão defendida pelos anarco-sindicalistas são aqueles que desconhecem a história da experiência espanhola. E a desconhecem por motivação política: para encobrir a contradição dos pressupostos do marxismo-leninismo, segundo o qual, o sindicato não poderia organizar a sociedade (Berthier, 1972:67). Para o autor, as estruturas desenhadas pelos anarco-sindicalistas seriam baseadas nas experiências do movimento operário, e não na imaginação de alguém. Para ele, as estruturas autogeridas já existem na sociedade em consequência dessas experiências e é a partir delas que seria possível esboçar um plano. Utopia, diz o autor, é procurar fora do movimento operário e de sua experiência, a autogestão e o socialismo.

“Um dos objetivos essenciais que nós fixamos é o de mostrar aos trabalhadores que as formas gerais da autogestão podem ser deduzidas de suas formas de ação e de organização atuais. O cenário no qual se pode praticar a autogestão já existe, mas ele se encontra como uma máquina poderosa que nós devemos colocar em movimento: ou então que forças

⁹² A Guerra Civil Espanhola foi um conflito armado entre um setor do exército insurgente espanhol e os defensores da república. Após a tentativa de golpe militar contra o governo democrático da Segunda República Espanhola, a guerra civil estourou. Ela ocorreu entre 1936 e 1939, quando o líder fascista Francisco Franco assumiu o comando da Espanha e instaurou um governo ditatorial. Durante a guerra civil, nas regiões controladas pelos guerrilheiros anarquistas – Aragão e Catalunha -, os camponeses e operários estabeleceram conselhos operários paralelos ao governo central, tomando fábricas e terras e autogerindo a economia. O Partido Comunista soviético e os republicanos espanhóis se opuseram à iniciativa, enfraquecendo o movimento de resistência às forças do exército insurreto (Romero Salvadó, 2008).

contrárias ao movimento operário se esforcem por colocar em movimento” (Berthier, 1972:69)⁹³.

Santillán (1972) contesta o caráter anarco-sindicalista da experiência espanhola. Para ele, mesmo que tenha sido sugerido pelos socialistas libertários⁹⁴ que a economia do país fosse organizada por sindicatos e federações operárias industriais, não há porque ligar isso a rótulos. O que ele quer dizer é que o projeto de autogestão do socialismo libertário não deve ser visto como mutualista, coletivista, individualista, comunista ou sindicalista. Para ele, a organização da vida social espanhola se efetivou daquela maneira, porque essa forma se apresentou como a melhor solução naquele período histórico:

“A prova foi que a organização da produção tal como nós a havíamos previsto anteriormente se tornou realidade para o futuro a partir das exigências da guerra civil espanhola. Esta forneceu o testemunho de que essa modalidade (a posse dos instrumentos de produção e distribuição pelos trabalhadores) é viável e torna caduca a organização anterior” (Santillán, 1972:114)⁹⁵.

A observação de Santillán (1972) é importante porque repõe uma questão central: a da autogestão da luta dos trabalhadores, e a de como a

⁹³ No original: “L’un des buts essentiels que nous nous fixons, c’est de montrer aux travailleurs que les formes générales de l’autogestion peuvent être déduites de leurs formes d’action et d’organisation actuelles. Le cadre dans lequel peut se pratiquer l’autogestion existe déjà, mais il se trouve être comme une machine puissante qu’on fait tourner au ralenti: ou plutôt que des forces contraires au mouvement ouvrier s’efforcent de faire tourner au ralenti” (Berthier, 1972:69).

⁹⁴ Identificados na bibliografia como anarquistas.

⁹⁵ No original: “La preuve a été faite que l’organisation de la production telle que nous l’avions prévue la veille devenait réalité dès le lendemain du fait des exigences de la guerre civile espagnole. Celle-ci a fourni le témoignage que cette modalité (la possession des instruments de production et distribution par les travailleurs) était viable et rendait caduque l’organisation antérieure” (Santillán, 1972 :114).

história é produzida. No primeiro caso, autogestão da luta não implica, necessariamente, que os trabalhadores prescindam de uma organização ou de uma direção para o movimento. A questão que se coloca é a de que não se pode determinar, a priori, o organismo de luta que levará os trabalhadores a construir uma sociedade de tipo novo, baseada em relações não-capitalistas. Ou, da perspectiva revolucionária de Bourdet e Guillermin, que tipo de organização levará os trabalhadores a tomar o poder e a instaurar a ditadura do proletariado. Essa questão leva à segunda, trazida à luz por Santillán (1972): a prática da autogestão se conforma em relação à conjuntura sócio-econômica e política no qual ela se insere. Sua forma de ação, sua estratégia, vai depender do contexto histórico da qual ela emerge, o que quer dizer que a autogestão é uma categoria repleta de ambigüidade. Podemos concluir que essa ambigüidade existe porque a autogestão define experiências que já ocorreram, experiências que ainda estão ocorrendo e, ainda, experiências que se deseja que aconteçam.

Nesse sentido é que compreendo a autogestão como uma categoria anarquista, da maneira como David Graeber (2004) define o anarquismo: ela é mais vinculada a uma prática do que a um corpo teórico bem definido. Se essa prática é organizada a partir de sindicatos, grupos comunais ou cooperativas, isso vai depender da conjuntura histórica. Apesar das diferenças que essas práticas de autogestão implicam, o importante é observar seu núcleo comum: todas defendem o projeto de criar novas instituições que darão vida a um novo tipo de sociedade, dentro da sociedade antiga.

A exceção óbvia são os defensores da autogestão revolucionários, como Bourdet, que defendem que a autogestão global só é possível após a tomada

do poder do Estado pelo proletariado. A forma cooperativista da autogestão, por ele defendida, não é suficiente por si só para que uma mudança ocorra na sociedade.

O que se coloca em questão aqui, além de uma discussão sobre uma teoria marxista do Estado, claramente seguida por Bourdet e Guillermin (1976), é a questão dos meios e dos fins. Como bem destacou Graeber (2004), o anarquismo é uma prática e uma teoria em que os meios ganham importância central. Ser sempre conseqüente com relação aos fins desejados é o princípio de todo anarquista. Em suas palavras:

“... o anarquismo insiste, antes de qualquer coisa, que os meios devem ser condizentes com os fins; não se pode criar liberdade através de meios autoritários; na verdade, tanto quanto possível, as pessoas devem elas próprias incorporar a sociedade que desejam criar nas relações com amigos e aliados” (Graeber, 2004:6,7)⁹⁶.

Pudemos identificar, até aqui, alguns dos principais sentidos e significados que são atribuídos à autogestão: a) um projeto anarquista, de democracia direta ou de um federalismo estruturado via sindicatos; b) um projeto revolucionário, no qual a tomada do poder do Estado é condição para que a autogestão generalizada se efetive; e c) um projeto reformista, que pretende transformar as relações de trabalho, mas silencia sobre a superação do capitalismo. Reduzi as interpretações sobre a autogestão a esse três campos para seguir uma indicação de Lefebvre (1966), que acusa de falsa e

⁹⁶ No original: “... it insists [o anarquismo], before anything else, that one’s means must be consonant with one’s ends; one cannot create freedom through authoritarian means; in fact, as much as possible, one must oneself, in one’s relations with one’s friends and allies, embody the society one wishes to create” (Graeber, 2004:6,7).

tendenciosa a divisão que os ideólogos fazem do movimento operário em duas correntes: a reformista e revolucionária. Para ele, o movimento está dividido em três: a espontaneidade anarquista, a habilidade e a inteligência dos reformistas, e a vontade revolucionária. Com essa divisão que Lefebvre (1966) faz, fica mais fácil compreender as diferenças efetivas que uma e outra corrente possuíam na época do debate e o que isso tem a dizer para a definição da autogestão – seja como categoria, seja como estratégia de luta.

3.2.3) O Estado e a autogestão

Observamos até agora que a questão central que se coloca é a da transição: a diferença entre as formas de se pensar a autogestão estão atravessadas pela concepção que os seus defensores possuem acerca do Estado, da necessidade de ultrapassá-lo ou não para construir uma sociedade de outro tipo, e de como fazê-lo. Ou seja, um dos elementos centrais para a diferenciação das concepções da autogestão é a forma como concebem a transição para o socialismo.

A leitura de Lefebvre (1966) sobre as diferentes formas de se pensar a transição pode nos dar pistas para pensarmos sobre a concepção de Estado que cada corrente possui. Para o autor, enquanto Marx e Lênin teriam definido a transição com três aspectos “indissolúveis e indissociáveis”: o alargamento e aprofundamento da democracia, o desaparecimento do Estado e a ditadura do proletariado, cada uma dessas correntes teria elegido um ou outro aspecto

como prioritário e deixado outro de lado⁹⁷. Mas a diferenciação não é simples: tanto os reformistas quanto os revolucionários abrem mão, cada um à sua maneira, da abolição do Estado. E se os reformistas admitem a permanência do Estado nacional constituído, os revolucionários propõem a transformação do Estado burguês em Estado proletário.

Para Lefebvre (1966), a autogestão nasce espontaneamente, como apregoam os anarquistas, mas pede uma conjuntura própria. Carrega em si toda a generalização e radicalização possíveis para aquela conjuntura determinada. E, no momento em que ela se coloca no plano prático, revela e cristaliza todas as contradições da sociedade e de seu momento histórico. Nesse momento, ela entra em contradição com o Estado, o ameaça e este é o seu maior desafio: para se generalizar e se tornar um sistema que atinja o conjunto da sociedade, a autogestão não pode fugir de sua obrigação, que é a de se constituir em um poder não-estatal.

“Ela [a autogestão] deverá afrontar um Estado que, mesmo enfraquecido, mesmo abalado, mesmo em processo de desaparecimento no sentido anunciado por Marx, poderá sempre tentar se reafirmar, consolidar seu próprio aparelho, modificar a autogestão e torná-la ideologia do Estado para que este possa reprimi-la em sua prática. O Estado, burguês ou não, opõe por essência um princípio centralizador a um princípio de autogestão, descentralizador” (Lefebvre, 1966:67)⁹⁸.

⁹⁷ Para Lefebvre (1966), os anarquistas seguidores de Bakunin pensavam em abreviar o período de transição e até mesmo passar por cima dele. Os revolucionários destacariam a ditadura do proletariado como prioridade, deixando de lado o aprofundamento da democracia e o desaparecimento do Estado. Já os reformistas acentuariam a democracia e se esqueceriam da ditadura do proletariado e também, o desaparecimento do Estado (Lefebvre, 1966:60).

⁹⁸ No original : “Elle [l'autogestion] devra affronter un Etat qui, même affaibli, même ébranlé, même déprimant dans le sens annoncé par Marx, pourra toujours tenter de se raffermir, de consolider son appareil propre, de changer l'autogestion en idéologie de l'Etat pour la réprimer dans la pratique. L'Etat, bourgeois ou non, oppose par essence un principe centralisateur au principe de l'autogetsion, décentralisateur” (Lefebvre, 1966:67).

Por princípio, o Estado tenderia a limitar o princípio da autogestão. Daí a contradição de os dois caminharem juntos:

"O Estado não podendo coexistir pacificamente com a autogestão radical e generalizada, a autogestão deve submetê-lo ao controle democrático da base. O Estado da autogestão, ou seja, o Estado no interior do qual a autogestão chega ao poder, não pode ser nada mais do que um Estado em processo de desaparecimento. Em consequência, o partido da autogestão não pode ser outra coisa que não o partido que leva a política à termo e leva o fim da política, para além da democracia política" (Lefebvre, 1966:69)⁹⁹.

Mas, além de ter que enfrentar o problema do Estado, a autogestão teria que enfrentar o problema de organização do mercado: deve organizá-lo e planificá-lo de maneira democrática. Para Lefebvre, a autogestão reaviva, por princípio, a contradição entre valor de uso e valor de troca e dá primazia ao valor de uso. Em suas palavras, "o princípio da autogestão é o valor de uso dos seres humanos em suas relações práticas. Ele as valoriza contra o mundo da mercadoria" (Lefebvre, 1966:67)¹⁰⁰.

É neste sentido que o autor vai entender que o conceito de autogestão tem, em si mesmo, um alcance crítico. Para Lefebvre (1966), desde que alguém considere a autogestão como um projeto generalizado, esse alguém contesta o existente, o mundo da mercadoria e o poder do dinheiro e do

⁹⁹ No original: "L'Etat ne pouvant coexister pacifiquement avec l'autogestion radicalisée et généralisée, celle-ci doit le soumettre au contrôle démocratique « de la base ». L'Etat de l'autogestion, c'est-à-dire l'Etat au sein duquel l'autogestion s'élève au pouvoir, ne peut être qu'un Etat déperissant. Par conséquent, le parti de l'autogestion ne peut être que le parti qui mène la politique vers le terme et la fin de la politique, par-delà la démocratie politique" (Lefebvre, 1966:69).

¹⁰⁰ No original: Il [o princípio da autogestão] est valeur d'usage des êtres humains dans leurs rapports pratiques. Il les valorise contre le monde de la marchandise" (Lefebvre, 1966:67).

Estado. Ao criticar o mundo atual é que ela se coloca como um projeto e desenha um sistema que se deve estabelecer em seu lugar. Isso, para o autor, não é utopia nem apenas um ideal, pois cada vez que há uma ocasião favorável na história, esse princípio entra em ação. Ela se mostra como um processo, uma estratégia política, uma abertura ao possível. Mostra um caminho prático para mudar a vida e nasce a partir de uma conjuntura específica (Lefebvre, 1966:69).

O autor defende que a autogestão só acontece nos pontos fracos que se abrem na estrutura social. Os pontos fracos são as zonas em que a coerência e a coesão que o Estado define para o conjunto da sociedade não estão postas. A Paris de 1870 é um dos exemplos que ele utiliza para exemplificar sua tese: ela era o ponto fraco do império bonapartista e da França por causa da industrialização, do crescimento do proletariado, da atividade política, da guerra, da derrota, da proclamação da República, do armistício, e da segregação dos operários nos bairros periféricos. Foi a partir dessa conjuntura que os operários tomaram em suas mãos a gestão de seus bairros e, durante a Comuna, repetiram a experiência com as empresas abandonadas pela burguesia de Versallhes. Outro exemplo seria a Rússia de 1917. Lá, com a destruição do czarismo, o exército e as pequenas vilas, antes pontos forte do país, se tornaram pontos fracos. Foram lá que os soviets se constituíram. Na Argélia, a autogestão ocorreu em tudo o que foi abandonado pelos colonizadores.

Mas e hoje? Onde estariam esses pontos fracos? A questão que o autor coloca em 1966 é atual e fundamental.

Apesar de Sallon (1976) defender que nunca existiram experiências de autogestão se pensarmos nela em seu sentido pleno – para ele, um modelo global de democracia direta que ultrapassa as empresas e se localiza em todos os níveis da sociedade e do Estado – ele destaca que ocorreram experiências diversas de criação de comitês ou conselhos operários com vocação para a autogestão a cada crise do capitalismo ou do coletivismo burocrático. O que, em certa medida, confirma a tese de Lefebvre.

Bayat (1991) concorda com isso e acrescenta que as experiências de controle operário, apesar de distintas, têm em comum o fato de ocorrerem em um contexto no qual há uma estrutura autoritária de divisão do trabalho. Indica o que seriam quatro fases da luta dos trabalhadores europeus pelo controle operário: 1) século XIX: teve alguns esforços práticos, mas foi, majoritariamente, um período de campanha intelectual. Diversas correntes se desenvolveram na Inglaterra e na França nesta época: anarquistas, sindicalistas, anarco-sindicalistas e os socialistas utópicos; 2) final da I Guerra Mundial: o movimento da classe operária se espalha massivamente pela Europa por meio dos comitês de fábrica e dos conselhos operários na Rússia, Alemanha, Itália, Polônia e Hungria; 3) final da II Guerra Mundial: ocorrem lutas similares nos locais em que o antigo regime foi desmantelado com a conseqüente invasão do Exército Vermelho. A debilidade do poder ofereceu condições para que os movimentos operários reivindicassem e praticassem a autogestão. Foi o caso da Hungria, Polônia e Iugoslávia; 4) movimentos sociais da segunda metade da década de 1960, com as ocupações das fábricas na França e a Primavera de Praga na Tchecoslováquia.

Apesar de definir as experiências de autogestão apenas na esfera do trabalho, creio que Bayat (1991) nos aponte um elemento que é de fundamental importância para compreendermos as experiências de autogestão ao longo da história e o projeto de economia solidária posto por Singer hoje: o de que há “uma ligação entre a natureza da participação e as formas de Estado em que elas se desenvolvem” (Bayat, 1991:159). A partir dessa constatação, ele constrói uma tipologia das diferentes situações em que o controle operário acontece em diferentes formas de Estado. São cinco tipos-ideais:

- 1) Controle operário em situações de duplo poder e de exceção revolucionária: experiências que surgiram em um momento de luta política pela deposição de antigos regimes, com o objetivo de construir uma nova estrutura política. Os Estados pós-revolucionários deram apoio às iniciativas, mas, com o tempo, elas foram esmagadas ou incorporadas ao Estado e burocratizadas. São exemplos: a Rússia (1917), a Argélia (1962), o Chile (1970-1973), Portugal (1974-1975), e o Irã (1979-1982).
- 2) Controle operário em Estados socialistas: os Estados reivindicaram o controle operário como estratégia para a construção do socialismo. O que não significa, necessariamente, que a vontade não tenha partido das bases. A diferença destas experiências para as primeiras é que, aqui, os Estados não as suprimiram: as deixaram existir seguindo os critérios por eles estabelecidos. São exemplos: China (1956, 1967-1976, 1978-), Cuba (1965), Moçambique (1976), Nicarágua (1980).

- 3) Controle operário em governos populistas: a participação é incitada por governos populistas, de cima para baixo, para integrar capital (principalmente o capital doméstico), trabalho e Estado com o objetivo de obter paz industrial, aumento na produtividade e forjar uma unidade social para assegurar a integração nacional¹⁰¹. Apesar de as experiências terem sido incitadas a partir de cima, essas políticas populistas também podem ser vistas como respostas às demandas da base. São exemplos: Tanzânia (década de 1970), Peru (1968), Turquia (1978), Egito (1953).
- 4) Controle operário em condições normais do capitalismo periférico: o Estado fraco daria base para transformações sociais. Elenca 5 tipos de experiências: a) controle operário natural em empresas de pequena escala: o tamanho da empresa, sua organização e divisão do trabalho fornecem uma base objetiva para o controle dos produtores sobre o processo de produção e de administração. Essa estrutura é muito comum no mercado informal de trabalho; b) cooperativas: concentradas em países do 3º mundo, em atividades de agricultura, como enfrentamento às plantations e ao agrobusiness; e como forma de organizar as unidades familiares para que possam enfrentar o mercado competitivo com mais vitalidade. O estímulo pode vir do governo, como política econômica, ou pode partir das

¹⁰¹ Cabe questionar seu argumento de que o incentivo de práticas de autogestão a partir do Estado seria uma maneira de unir capital, Estado e trabalhadores para promover a paz industrial. Apesar de Bayat levantar o problema, ele não o associa ao que seria uma natureza do Estado capitalista, qual seja, a de ser justamente um meio de manter a luta de classes em equilíbrio de forma a defender, em longo prazo, a reprodução do capital.

bases; c) iniciativa de cima e controle de baixo¹⁰²: experiência iniciada pelo governo para resolver problemas econômicos com o apoio dos sindicatos; d) participação sindical: os sindicatos são chamados a participar do processo de desenvolvimento nacional e constrói-se um debate sobre a sua participação e seu papel¹⁰³. Há duas tendências: 1) gradualista = participação como instrumento de mudança social, mas sua viabilidade se dá pela estrutura sócio-política existente, com o apoio dos governantes e empregadores; 2) radical = participação como instrumento de luta dos trabalhadores em oposição ao Estado e aos empregadores; e) possibilidade de participação das bases: as estratégias locais e a solidariedade internacional da classe trabalhadora podem levar a conquistas na nova divisão internacional do trabalho.

Acredito que a maior contribuição do estudo de Bayat (1991) para esta pesquisa seja a centralidade que nele ocupam as experiências de autogestão ocorridas em países que ele denomina de periféricos. Sua preocupação com a forma pela qual se configurou a luta pela autogestão em países não-europeus é fundamental porque retira o caráter cultural como fator determinante das experiências. Abre espaço, assim, para pensarmos em outros elementos que

¹⁰² Baseia-se aqui em uma experiência de autogestão ocorrida em Malta. Ela é tida como bem sucedida por Bayat (1991) por três fatores: 1) os trabalhadores não entraram em confronto com o capital privado, pois as experiências de autogestão se circunscreveram às empresas estatais; 2) o papel que os trabalhadores tiveram na gestão foi meramente consultivo, não havendo choques entre as diretrizes do Estado e o desejo dos trabalhadores de controlar a produção; 3) não houve conflito entre a racionalidade burguesa do Estado e o desejo de autogestão dos trabalhadores.

¹⁰³ Para o autor, seria urgente pensar em sindicatos que ultrapassassem seu papel atual, que é o de lutar por melhorias econômicas, e assumissem a participação como função estratégica, como luta política em prol de mudança social.

possam contribuir para a explicação dos fenômenos de reivindicação e prática do controle operário e do controle de outras esferas da vida. Além disso, ao dedicar-se a olhar os países periféricos que não estão em situação revolucionária, ou sob as leis de um governo socialista ou populista creio que Bayat (1991) oferece uma grande contribuição à questão posta hoje pela autogestão: a de constituir-se como estratégia predominante no setor informal da economia.

O autor procura dar uma resposta sobre qual seria a melhor estratégia para que a autogestão se torne uma bandeira de luta comum aos trabalhadores. Ele aposta na possibilidade de participação das bases e vê possibilidades de mudança das estruturas industriais em nível global, a partir da ação local. As mudanças econômicas nos países que ele chama de países de terceiro mundo ofereceriam, no presente, as condições necessárias para que as lutas orientadas pelo controle operário aparecessem¹⁰⁴.

“(...) eu argumento que apesar do desenvolvimento industrial, e com ele o processo de trabalho no Terceiro Mundo, ser desigual, isso promove condições objetivas favoráveis para a democratização do trabalho. O que é preciso, no nível teórico, é a construção de uma visão, de uma perspectiva, da sociedade futura na qual a democratização do trabalho possa se operacionalizar: resumindo, uma utopia para um Terceiro Mundo pós-revolucionário” (Bayat, 1991:176)¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Cabe aqui, considerar que ele pensa a autogestão restrita ao mundo do trabalho. Mas a estratégia que ele oferece como saída para a construção da democracia no trabalho é de nosso interesse se considerarmos que, na concepção de Singer, é a partir da democratização das relações de trabalho que as outras esferas da vida se democratizam. Isso é possível se concordarmos com Dubar (1997) e considerarmos o trabalho como a segunda esfera de socialização da vida mais importante – a primeira é a escola -, e um local a partir do qual reverberaria a conduta humana.

¹⁰⁵ No original: “(...) I argue that although industrial development, and with it the work process in the Third World, is uneven, it does provide favorable objective conditions for the democratization of work. What is needed, at the theoretical level, is the construction of a vision,

Essa questão é de fundamental importância porque mostra como o fenômeno de desterritorialização, citado muitas vezes como implosor das organizações de luta dos trabalhadores, pode ser ressignificado como uma estratégia de luta. Além de retirar os trabalhadores da passividade perante a história, a experiência narrada por Bayat (1991) nos faz pensar com qual correlação de forças seria possível pensar na luta pela autogestão em um mundo em que a classe trabalhadora se encontra cada vez mais fragmentada. Com isso, Bayat repõe uma questão levantada por Lefebvre: a dos pontos fracos que estão abertos hoje na sociedade capitalista e que permitem o desenvolvimento da autogestão.

Acredito que essa questão fique mais bem resolvida se nos remetermos à visão de Graeber (2004) sobre a resistência de diferentes sociedades ao capitalismo. Ele entende que o contrapoder é latente em todas as sociedades porque as contradições que todo sistema social possui estão sempre em guerra entre si. Em sociedades desiguais, como as capitalistas, o contrapoder se coloca contra os aspectos de dominação e cria novas relações sociais, econômicas e políticas ou revaloriza e/ou modifica as antigas.

É assim que compreendo as iniciativas e experiências de autogestão: como o resultado de um equilíbrio de forças específico em que as contradições do capitalismo são expostas. Onde isso acontece, abre-se espaço para o desenvolvimento dessa prática e, sendo ela acompanhada de um discurso e de uma consciência política emancipadora, ou não, gera novas relações sociais,

of a perspective, of the future society in which democratization of work may be operational: in short, a utopia for a post-revolutionary Third World" (Bayat, 1991:176).

ainda que no plano local. No caso dos países chamados por Bayat (1991) de países do terceiro mundo, em que a autogestão apareceria no mercado de trabalho informal, a crise econômica e a busca por alternativas de geração de renda seriam os fatores que impulsionariam essas experiências. Não que elas não tenham existido antes, em outras conjunturas. Mas pensando nesses países hoje, à luz do capitalismo atual, acredito que seja dessa maneira que a autogestão se apresente enquanto iniciativa dos trabalhadores. O caso brasileiro é salutar. O surgimento da (categoria) economia solidária é de fundamental importância para compreendermos as iniciativas de cooperativismo e autogestão na década de 1990 e sua capitalização pelos sindicatos e partidos.

Do exposto, podemos pensar em algumas aproximações possíveis entre a proposta de Paul Singer e as discussões que perpassam as diferentes vertentes que pensam a autogestão. Em primeiro lugar, podemos dizer que Singer emprega a categoria em seu sentido ampliado. Isso quer dizer que o autor entende que a autogestão não se restringe à esfera do trabalho e deve, portanto, ser pensada em todas as esferas da vida. Apesar disso, como ficou claro na exposição de seus argumentos realizada no capítulo anterior, ele concentra sua análise da autogestão na esfera do trabalho.

Também podemos apontar que, mais uma vez, Singer não coloca a autogestão como proposta vinculada à superação do Estado. A autogestão que ele defende se aproxima, nesse sentido, à tradição reformista que a vincula

como prática de participação e que entende que é a partir da ampliação dessa prática no trabalho e nas demais esferas da vida que a autogestão se realiza. A proposta política de Singer também se aproxima da vertente revolucionária defendida por Bourdet e Guillermin, na medida em que ambos defendem o cooperativismo generalizado. Mas eles se distanciam na medida em que, na vertente revolucionária, o cooperativismo generalizado é proposto como inseparável da superação do Estado. Sem isso, para Bourdet e Guillermin, não é possível dizer que há uma transformação social em andamento. Singer se afasta, portanto, da vertente revolucionária que defende a autogestão.

Da tradição anarquista, poderíamos pensar em alguma similaridade com a corrente anarco-sindicalista, apesar de Singer não eleger nenhuma instituição como guia do desenvolvimento da economia solidária. A aproximação se dá mais pela organização federativa que os anarco-sindicalistas propõem e que se relaciona, em certa medida, com a proposta da construção de redes de cooperativas em Singer. A diferença, além da já exposta, é também a de que Singer, em nenhum momento, trata de maneira acabada o desenho desse seu projeto: não elenca esquemas de representação nem traça uma hierarquia entre representantes e representados. Esse cuidado é bem parecido com o postulado de Graeber sobre a tradição anarquista: os meios utilizados determinam os fins desejados.

Com um projeto portador de elementos anarquistas e reformistas de autogestão, Singer se assemelha, em muito, à definição de Lefebvre. Como uma prática latente, que está instalada nos pontos fracos da sociedade e do Estado e que compete com a hegemonia que está posta. A semelhança com o argumento de Lefebvre também aparece com a apresentação da autogestão

como uma categoria que invoca, por ela mesma, a crítica ao modo de produção vigente. A função pedagógica da autogestão é entrevista na economia solidária de Singer: o cooperativismo, enquanto prática, tem esse mesmo efeito, e a educação cooperativa visa justamente expandir a crítica às relações sociais estabelecidas no capitalismo e produzir outras ou provocar um projeto político diferenciado que estabeleça relações de maior igualdade e equidade entre os homens.

A diferença se dá, mais uma vez, quando Lefebvre trata da questão do Estado e diz que ele limitaria o desenvolvimento da autogestão e só seria possível pensar em uma sociedade autogerida se pensarmos que a resistência que ela coloca ao Estado, por existir em seus pontos fracos, é o que o leva a desaparecer e definir. Em nenhum momento Singer discute a questão do desaparecimento do Estado em seus textos. Nem mesmo quando diz que uma nova sociedade emergirá a partir das práticas da economia solidária e da autogestão. Apesar de ele estendê-las a todas as outras esferas da vida, de maneira genérica, ele não toca na questão que é de crucial importância para a tradição marxista. Mesmo quando ele trata da degeneração das cooperativas essa questão não aparece.

Acredito que só poderemos entender de maneira mais bem acabada a razão do silêncio do autor frente a uma questão tão central à tradição na qual ele busca se inserir, após a exposição das duas experiências históricas nas quais ele se baseia para auferir a possibilidade da existência da economia solidária como projeto político. Em que medida podemos dizer que a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale e o Complexo Cooperativo de Mondragón se

colocam como projetos alternativos ao capitalismo? E o que a concepção de socialismo de Singer tem a nos informar sobre essa percepção?

Capítulo 4 – A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale e o Complexo Cooperativo de Mondragón

O resgate que Singer faz do pensamento dos utópicos, ele também faz das experiências da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale e do Complexo Cooperativo de Mondragón: enquanto a primeira é a experiência fundadora da economia solidária, a segunda é a sua retomada na história contemporânea.

Além disso, as cooperativas de Rochdale e Mondragón tornam-se referências de como organizar as cooperativas e empresas autogeridas da economia solidária. No caso da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, Singer defende que, para que as cooperativas sejam um espaço de emancipação e de incitamento à revolução cultural e política, elas devem se adaptar às oito regras fundamentais da Sociedade dos Pioneiros¹⁰⁶. Quanto ao Complexo Cooperativo de Mondragón, ele é o modelo de cooperativas em rede proposto por Singer no seu artigo de 1996, publicado na “Folha de S.Paulo”, pois combina cooperativas de produção, de serviço, de crédito, de seguridade social, e, ainda, uma universidade cooperativa e cooperativas que desenvolvem pesquisa tecnológica (Singer, 2002:98).

Esse resgate de idéias, no caso dos utópicos, e de experiências historicamente localizadas sempre foi a parte da argumentação de Singer que mais me chamou a atenção. Primeiro, como já visto, pela omissão que ele faz às experiências nacionais. Segundo, e consequência direta dessa minha

¹⁰⁶ Ver nota 58.

primeira observação, por sua tentativa de fundar uma tradição¹⁰⁷ às cooperativas que se formaram na década de 1990 – e que, suponho, não lhes caiba.

Mas, antes de incorporar essas experiências ao discurso da continuidade e da ressignificação que Singer lhes imprime é necessário conhecê-las mais de perto. Começemos pelo contexto sócio-econômico e político da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale.

4.1) Revolução industrial e owenismo

Apesar de a revolução industrial ser constantemente associada à fundação do capitalismo, Mantoux (1988) defende que ele tem origens mais antigas e que “o que pertence propriamente ao regime da grande indústria, é a aplicação do capital no decorrer dessa produção: é a existência de uma classe capitalista que é, essencialmente, uma classe industrial” (Mantoux, 1988:369).

Esse destaque é importante no pensamento de Mantoux porque ele defende a construção do sistema capitalista como um movimento contínuo, que já dava sinais de surgimento nos séculos XIV e XV com os primeiros manufatureiros dos condados do norte e do oeste da Inglaterra. Ao invés de apenas revender os tecidos produzidos pelos tecelões, os mercadores dessas regiões montaram oficinas e acumularam riqueza. A produção de lã passou a se concentrar em suas mãos, mas isso não era bem visto pela classe política inglesa da época. Sem influência no Parlamento, esses pioneiros da

¹⁰⁷ Tanto é que o subtítulo de um dos capítulos do livro “Introdução à economia solidária” de Singer é: “A reinvenção da economia solidária no fim do século XX”.

manufatura não conseguiram impedir a intervenção do governo, que via na concentração da produção “uma ameaça à organização tradicional dos ofícios e uma concorrência esmagadora para a multidão de pequenos artesãos” (Mantoux, 1988: 11). A partir desse entendimento, o governo estabeleceu medidas protetoras aos tecelões.

Nesse início da manufatura, o capital era produto da acumulação pura e simples, ou da troca em seus diferentes graus. Havia três tipos de capital na época: fundiário, financeiro ou comercial. Mantoux (1988) explica que foi predominantemente este último que se converteu em capital industrial, o que, segundo o autor, deu origem a um novo tipo social, o manufatureiro. Ele precisava entender de negócios para ter sucesso; o conhecimento técnico não era primordial.

A tendência que Mantoux (1988) observa nesse período é a da passagem das oficinas de artesãos para a manufatura e desta para a grande indústria por meio da acumulação do capital. Como bem explica Marx no capítulo “Divisão do trabalho e manufatura”, de “O Capital”, a manufatura tem origem dupla: combina ofícios autônomos variados que se tornam parciais e passam a se complementar na produção de uma única mercadoria; e parte da cooperação de artesãos de um ofício específico, decompondo este ofício em operações particulares e tornando-as autônomas de maneira a ser especialidade de um único trabalhador.

“Por um lado a manufatura introduz, portanto, a divisão do trabalho em um processo de produção ou a desenvolve mais; por outro, ela combina ofícios anteriormente separados. Qualquer que seja seu ponto particular de partida,

sua figura final é a mesma – um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos” (Marx, 1988:255).

O mecanismo de produção da manufatura é o trabalhador coletivo combinado que realiza tarefas parciais. É esse parcelamento e especialização das tarefas o que vai diferenciar a manufatura das oficinas artesanais, além do fato que esse corpo de trabalhadores está submetido a um capitalista. A especialização das tarefas tem como efeito o aumento da produtividade, ou seja, tem como consequência, a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria. Outro efeito da especialização é que ela simplifica e diversifica os instrumentos de trabalho ao adaptá-los às tarefas parceladas. Marx (1988) avalia que isso cria “uma das condições materiais da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples” (Marx, 1988: 258).

A diminuição do tempo de trabalho empregado nas tarefas diminui também o valor do trabalho. Cria-se uma divisão entre trabalhadores qualificados e não-qualificados que faz desaparecer os custos da aprendizagem de um ofício tanto para um quanto para outro, já que, em comparação com o artesão, o trabalhador qualificado exercerá uma tarefa simplificada. Essa desvalorização do custo do trabalho e do custo da aprendizagem vai implicar, diz Marx, em uma valorização maior do capital, “pois tudo que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho amplia os domínios do mais-trabalho” (Marx, 1988: 263).

O capital acumulado a partir do trabalho cria a oportunidade de investimento no desenvolvimento técnico. Começa a surgir um maquinário que torna o trabalho ainda mais produtivo, baseado na energia a vapor ou no motor

hidráulico. E é esta passagem, que amplia o parcelamento das tarefas e a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, que vai diferenciar a manufatura da grande indústria¹⁰⁸. Mas os germes do regime social próprio que ela engendrou, marcado pelo acúmulo de capital e pela divisão dos produtores em duas classes, a que vende o seu trabalho e a que detém o capital, já estava posto na manufatura.

O problema maior que a classe nascente dos manufatureiros enfrentava era o recrutamento dos trabalhadores. Os que estavam acostumados com o trabalho a domicílio e nas oficinas recusavam o ingresso nas manufaturas. Os trabalhadores eram, então, buscados nas mais diversas classes sociais, de camponeses a indigentes a cargo das paróquias¹⁰⁹. Esses trabalhadores eram treinados e disciplinados pelo manufatureiro, pois, como vimos, o a manufatura aprofundou e generalizou a divisão do trabalho e a disciplina que já existia nas oficinas. A liberdade que reinava nelas foi substituída por regras inflexíveis. O manufatureiro deveria ter dois talentos: o de governar seus operários e o de comercializar os seus produtos. Preocupações que antes não existiam nas oficinas dos artesãos.

¹⁰⁸ Marx (1988) explica que a manufatura utilizava, ainda que esporadicamente, a utilização de máquinas de baixa tecnologia no processo produtivo. Essas máquinas eram os moinhos, e elas eram empregadas “sobretudo para certos processos iniciais simples que têm de ser executados massivamente e com grande emprego de força. Assim, por exemplo, logo se executa na manufatura de papel a trituração de trapos por meio de moinhos de papel e na metalurgia a fragmentação de minérios por meio dos assim chamados moinhos de pilões” (Marx, 1988:262).

¹⁰⁹ A Lei dos Pobres, criada em 1601, visava dar assistência de socorro e de trabalho aos necessitados por meio das paróquias locais da Igreja. Eram elas que lhes davam assistência social e os encaminhava para trabalhos. O dinheiro aplicado nessa assistência vinha da cobrança de impostos.

“Enfim, o fabricante enfrentou um problema com o qual os pequenos fabricantes¹¹⁰, seus predecessores, não tiveram muito que se preocupar: o do mercado. Não podia, como eles, limitar-se a vender seus produtos na cidade vizinha; para conseguir uma clientela cujo consumo correspondesse ao volume sempre crescente da produção, o mercado local era, obviamente, insuficiente, e o mercado nacional também” (Mantoux, 1988:382).

Apesar da diversidade de origens e da formação recente, a classe dos fabricantes tomou consciência de si. Eles se organizaram para exigir do Parlamento a suspensão de impostos e a promulgação ou revogação de leis que atrapalhassem o livre desenvolvimento de seus negócios. Essa organização, pautada em temas econômicos, era possível graças a uma tradição presente na política inglesa da época: a de peticionar. A liberdade do regime político inglês autorizava e incentivava seus cidadãos a fazer uso de seu direito de peticionar e isso dava alcance às reivindicações coletivas. Entre outros exemplos de petições, os fabricantes se organizaram para se contrapor à nova política de impostos de William Pitt, que queria taxar matérias-primas (tais como ferro, cobre e hulha¹¹¹) para melhorar a economia do país após a guerra de independência americana. Também se posicionaram contrariamente ao tratado de comércio anglo-irlandês (de 1785), que pretendia estabelecer um regime de reciprocidade entre os reinos, igualando os direitos sobre importações e objetos manufaturados.

Ao mesmo tempo em que os industriais se organizavam e formavam uma classe organizada e reivindicativa, eles se opunham à organização dos

¹¹⁰ Acredito que haja, aqui, um problema na tradução do texto de Mantoux. Os “pequenos fabricantes” deve ser referência às oficinas dos artesãos.

¹¹¹ Carvão mineral responsável pela energia que as indústrias utilizavam no século XIX. É substituída, mais tarde, pelo petróleo.

trabalhadores. Fizeram uma petição, aprovada pelo Parlamento, proibindo as coalizões operárias, sob a pena de multa e de prisão. A petição tinha uma razão de ser. Assustados com a oposição dos operários à grande indústria em formação, o que se manifestava nas revoltas luddistas do final do século XVIII, é que eles levaram ao Parlamento petições se opondo à organização dos operários e propostas de medidas punitivas às ações por eles empreendidas. Em 1769, por exemplo, apareceu a primeira lei que reprimia a quebra das máquinas pelos trabalhadores¹¹².

A lei não impediu as revoltas e em 1779 o movimento adquiriu “proporções alarmantes”. Além da ação direta, os trabalhadores também apresentaram petições ao Parlamento: queriam obter a proibição do uso da máquina de fiar. Baseavam-se em precedentes legais, pois em 1552 o governo proibiu o uso do moinho mecânico, e em 1623, foi proibido, por decreto real, o uso das máquinas para a fabricação de agulhas.

Mas, nesses dois casos, o que o governo pretendia não era preservar o trabalho ou proteger a produção dos artesãos. O que eles queriam com essas leis era preservar a qualidade da produção que as máquinas, pouco desenvolvidas tecnicamente, ameaçavam. Por esse motivo, a petição não causou impacto: com o avanço tecnológico da maquinaria, não havia mais motivo para preservar a produção de uma perda qualitativa. Além do que, com o maquinário moderno produzia-se muito mais, com a mesma qualidade ou com qualidade superior.

¹¹² “Pouco tempo antes, uma serraria mecânica situada em Limehouse, e construída conforme o modelo das holandesas, fora atacada e demolida pela multidão. A lei foi votada sob o impacto desse incidente, ocorrida às portas de Londres” (Mantoux, 1988:409).

Nem mesmo quando os trabalhadores apelaram para o argumento do desemprego generalizado causado pela mecanização da indústria têxtil o Parlamento aceitou a petição. Tornou-se consenso entre a classe política as vantagens da indústria, e o Parlamento explicava os problemas sociais e econômicos e a depressão generalizada do país como conseqüências da guerra de independência norte-americana¹¹³. Neste contexto, buscava-se difundir a idéia de que a indústria era benéfica. Os trabalhadores compraram esse discurso e a hostilidade com as máquinas diminuiu. Acreditavam que o processo de industrialização traria desenvolvimento econômico e faria a crise passar. Mas a guerra com a França e os entraves aos negócios imposto pelo Bloqueio Continental (1810) aumentou a crise social¹¹⁴ e gerou um retorno das revoltas contra as máquinas¹¹⁵. Assim que os piores problemas pós-guerra napoleônica cessaram, os economistas deram início ao convencimento dos pobres de que a indústria era benéfica:

“Nesses trabalhos instrutivos [os livros e tratados escritos pelos economistas] era explicado à população que, ao invés de mera aparência, a maquinaria traria benefícios abundantes à população, e que os interesses dos

¹¹³ A Guerra de Independência dos Estados Unidos da América teve início em 1775 e fim em 1783 (apesar de a independência ter sido declarada em 4 de julho de 1776). Novos conflitos ocorreram mais tarde, entre 1812 e 1815.

¹¹⁴ Mantoux (1988) explica que apesar de os salários das indústrias serem maiores que ganhos com o trabalho agrícola, o poder de compra da população caiu muito ao longo do processo de industrialização: havia abundância de mão de obra e isso causava sua depreciação. Além disso, as guerras geraram inflação: a Inglaterra importava grande parte de sua comida (principalmente os cereais) já em 1770. Com o início da guerra franco-inglesa, em 1773 (até 1815), os preços se multiplicam. Além do acesso restrito aos bens alimentares fazer seu preço aumentar, a colheita interna sofreu graves baixas nos anos da guerra. Durante a guerra, todos os gêneros de primeira necessidade encarecem e “sobrecarregaram os pobres de maneira intolerável” (Mantoux, 1988:439).

¹¹⁵ Após a Guerra com a França, os preços dispararam na grã-bretanha. Em 1814, os preços eram o dobro do que tinham sido em 1790, no início da guerra (Cole and Postgate, 1981).

capitalistas e dos trabalhadores, apesar do que os agitadores vinham dizendo, eram fundamentalmente os mesmos” (Cole e Postgate, 1981: 193)¹¹⁶.

Concomitante a esse discurso, os socialistas ricardianos defendiam que os pobres nunca conseguiriam sair de sua posição social, não importava o quanto a indústria se desenvolvesse. A partir desse argumento, pregavam às famílias de trabalhadores o controle de natalidade, pois acreditavam que esta era a única maneira possível de aumentar os seus salários. A negociação via sindicatos era legada a um segundo plano e era tida como ineficaz.

Foi também no imediato pós-guerra¹¹⁷, explicam Cole e Postgate, que Owen apareceu no cenário político reivindicando um “Factory Act”. A nova legislação industrial defendida por Owen visava: proibir as crianças abaixo de dez anos de trabalhar; limitar as horas de trabalho para dez e meia (incluindo as refeições) para todos os trabalhadores abaixo de dezoito anos; e introduzir inspetores de fábrica para garantir o bom cumprimento desses decretos. Os “Factory Acts” foram aprovados em 1802 e reformados em 1819, mas apenas para os moinhos de algodão e não conforme o modelo proposto por Owen: limitou as horas de trabalho para doze e apenas para os menores de dezesseis anos; a idade mínima para o trabalho era de nove anos ao invés de dez; e não havia obrigatoriedade de inspeção.

Mas Owen não queria apenas uma aprovação de decretos que regulamentassem de melhor maneira o trabalho nas indústrias. Ele acreditava que toda a base do sistema industrial estava errado: “... competição para gerar

¹¹⁶ No original: “In these instructives works [os livros e tratados escritos pelos economistas] it was explained to the people that, in spite of appearances, machinery was in process of conferring upon them abundant benefits, and that the interest of capitalists and laborers were, whatever misguided agitators might say, fundamentally the same” (Cole e Postgate, 1981: 193).

¹¹⁷ Refiro-me aqui, à guerra contra a França.

lucros resultava, necessariamente, em miséria para grande parte da população, e era a solução para isso era substituir esse sistema por um outros, de cooperação universal”(Cole and Postgate, 1981:195)¹¹⁸. Ele defendia que a pobreza podia ser superada se todos trabalhassem juntos ao invés de disputarem entre si as maiores fatias da riqueza. Também defendia que as idéias morais dos homens estavam erradas e que era o meio que as fazia assim. Para conquistar virtudes e felicidade era necessário oferecer a eles um ambiente em que suas boas qualidades tivessem oportunidade e espaço para se desenvolver. É a partir dessa sua posição, segundo a qual os homens não seriam responsáveis pelos seus atos, que ele se afasta das religiões ortodoxas.

Owen era contrário a assistência dada aos pobres¹¹⁹ e defendia que eles vivessem em Vilas de Cooperação, onde poderiam prover sua própria subsistência. Este era o seu plano, que iria conquistar a Inglaterra após a reforma política de 1832¹²⁰. Thompson (2002) defende que o Plano de Owen ganhou adeptos entre os fidalgos e filantropos porque, à época, a situação dos pobres era estarrecedora, e a situação de desemprego e miséria preocupavam pela índole insurrecional. “Os pobres eram feios de se ver, constituíam uma fonte de sentimento de culpa, uma carga pesada para o país – e um perigo” (Thompson, 2002:383). É preciso lembrar que tudo isso se passava enquanto se desenrolava uma fervorosa discussão sobre a Lei dos Pobres¹²¹ na opinião

¹¹⁸ No original: “... competition in profit-making necessarily involved misery for the mass of the people, and that the remedy was to substitute for it a system of universal co-operation” (Cole and Postgate, 1981:195).

¹¹⁹ Robert Owen era contrário à Lei dos Pobres (Poor Laws), assim como a burguesia industrial da época, mas por razões distintas, porque a lei era a responsável por uma tributação elevada, que, no entanto, não dava conta de resolver os problemas sociais.

¹²⁰ A Reforma ampliou o poder de voto à burguesia, mas não às classes trabalhadoras, que apoiou a burguesia industrial em sua luta, mas não foi por ela apoiada.

¹²¹ Em consequência da cobrança dos impostos para a assistência.

pública. Nesse contexto o Plano que Owen propõe não poderia ser mais bem-vindo:

“Propunha colocar os pobres em “Aldeias de Cooperação”, onde – depois de um subsídio de capital a partir dos impostos – eles poderiam *pagar por conta própria*, e se tornariam “úteis”, “industriosos”, “racionais”, autodisciplinados e também moderados” (Thompson, 2002: 383, grifo do autor).

Cobbett, um líder radical contemporâneo a Owen, criticava seu Plano por este lhe parecer como “paralelogramas de indigentes”. Segundo Thompson (2002) a oposição dos trabalhadores mais radicais a este projeto se dava porque ele reafirmava o sistema do patronato e da caridade. Além disso, Cobbett entendia que se o sistema de Owen tivesse sido aplicado em 1817, ele teria “gerado uma ampliação do “emprego produtivo” dentro do sistema de asilo” (Thompson, 2002:384).

Mas, Cole e Postgate (1981) defendem que o plano de Owen não era apenas para acabar com o desemprego e a pobreza que ele gerava. Era também o germe de uma doutrina econômica que se opunha a dos economistas ortodoxos da época:

“Em seu “Report to the County of Lanark”, de 1820, sobre seu esquema, ele propôs uma nova doutrina do valor e da troca e estabeleceu a substituição do dinheiro por uma nova moeda baseada no tempo do trabalho – o tempo de trabalho socialmente necessário, como Marx o chamaria depois – gasto pelo trabalhador na produção” (Cole and Postgate, 1981: 196)¹²².

¹²² No original: “For in his *Report to the County of Lanark (1820)* upon his scheme, he propounded a new doctrine of value and exchange, and set out to replace money by a new currency based upon the “labour-time” – the “socially necessary” labour-time, as Marx would have called it – spent by the worker in production” (Cole and Postgate, 1981: 196).

Foi essa idéia do tempo de trabalho que ele aplicou em seu “Labour Exchanges”, como veremos mais a frente, e que, segundo Cole e Postgate (1981), tornou-se o germe da idéia anti-capitalista do valor que teve aceitação entre os trabalhadores mais bem educados do século XVIII.

Após o fim da guerra napoleônica também retomou fôlego o movimento pela reforma política¹²³: demandava-se representantes reais no Parlamento, isto é, eleitos por sufrágio ampliado, e uma reforma no sistema de impostos. Os reformadores, dizem Cole e Postgate, não se adaptaram à nova realidade da revolução industrial, não compreenderam que as mudanças políticas deveriam seguir a nova realidade encetada pela mudança econômica (Cole and Postgate, 1981:215). Owen e seus seguidores criticavam justamente isso.

Segundo Mantoux (1988), as idéias humanitárias surgidas na época, das quais Owen era um dos representantes, tiveram influência das revoluções francesa e americana e de John Wesley, um apóstolo da igreja metodista. Essas idéias ecoaram no plano teórico, com Paine, Godwin e Spencer; e no prático, com as associações filantrópicas. Também reverberaram na elite dos manufatureiros. Boulton e Wedgwood, manufatureiros influentes, instituíram caixas de auxílio para seus operários doentes e abriram escolas e dispensários¹²⁴. Apesar de essas ações terem sido atos isolados, o autor considera que elas foram o ponto de partida para “esforços mais sistemáticos”. É nesse sentido que o socialismo de Robert Owen teria derivado da filantropia

¹²³ Alcançada em 1832, conforme a nota 129.

¹²⁴ “Instituição beneficente voltada para o atendimento a pacientes pobres, oferecendo-lhes consultas médicas, medicamentos, dando-lhes vacinas, alimentos etc.” (Dicionário eletrônico Houaiss).

de David Dale¹²⁵, pois foi dele a iniciativa da experiência de New Lanark, que Owen herdará pela falta de tempo que Dale tinha para se dedicar ao seu projeto:

“Infelizmente, ele [Dale] não morava em New-Lanark: absorvido pela direção de suas múltiplas empresas, limitava-se a ir lá, de Glasgow, três ou quatro vezes por ano. Isso não bastava para exercer uma vigilância efetiva e avaliar bem os resultados. E, 1797, Robert Owen foi colocado à frente do estabelecimento na qualidade de gerente: pôde ver as coisas mais de perto e ficou descontente” (Mantoux, 1988:483).

New Lanark não nasceu, no entanto, como filantropia. Mantoux (1988) conta que David Dale instalou uma fiação em New-Lanark, em 1784, mas não conseguiu atrair operários. Para convencer os camponeses locais a trabalhar em sua indústria, ele criou um povoado-modelo ao lado da fiação e alugou as casas a um preço muito baixo. O plano funcionou e Dale pediu às paróquias locais¹²⁶, crianças para serem aprendizes¹²⁷ em sua fiação. O empreendimento ganhou destaque quando, mesmo após um incêndio na fiação, os trabalhadores continuaram a receber salário. Além disso, os aprendizes tinham um tratamento diferenciado em comparação às outras indústrias:

¹²⁵ “David Dale era um não-conformista, membro muito zeloso da austera seita dos Independentes, que pregava todos os domingos no templo de sua comunidade, em Glasgow. Além disso, era um ativo homem de negócios, experiente, que fundara e fizera prosperar uma das empresas industriais mais importantes de toda a Grã-Bretanha. Sua religião e seu espírito prático não se opunham, em absoluto, e aliava a beneficência ao lucro” (Montoux, 1988:481).

¹²⁶ Conforme já vimos, a igreja, pela Lei dos pobres, era a responsável pela assistência social.

¹²⁷ A revolução industrial foi particularmente perversa com as crianças. Estas eram colocadas nos postos de aprendizes e trabalhavam como os adultos antes da regulamentação do seu trabalho. Como os salários pagos aos aprendizes eram mais baixos do que o dos trabalhadores especializados, elas eram convocadas em massa para o trabalho nas fábricas. Tal situação era possibilitada pela pobreza disseminada pelas duas guerras e acabava por gerar ainda mais problemas sociais na Inglaterra: sua presença nas indústrias puxava os salários dos trabalhadores especializados para baixo.

“Dale proibiu taxativamente que seus contramestres os mantivessem na oficina após as sete da noite; tinha grande cuidado com sua alimentação e vestuário, alojava-os em dormitórios espaçosos e limpos e lhes proporcionava recreações ao ar livre, nos campos vizinhos. Encarregou dez professores de sua instrução: a religião, nem é preciso dizer, ocupava grande espaço em sua aprendizagem” (Mantoux, 1988:482).

New Lanark se tornou uma indústria modelo, mas ainda assim, quando Owen a assumiu, encontrou uma série de irregularidades que buscou solucionar. Entre elas estavam: a pesada carga de trabalho das crianças – apesar de o tratamento ser mais humano que em outras fábricas – e a degradação moral dos adultos. A partir desses problemas, Owen reorganizou o sistema escolar, estabeleceu normas de conduta e de trabalho e distribuiu gêneros de primeira necessidade a preço de custo para os trabalhadores. O que o filantropo fazia, segundo Mantoux (1988), era aplicar, na ordem social, os princípios religiosos aprendidos com David Dale. Mas a partir dessa experiência, Owen desenvolveu sua teoria sobre a formação do caráter, segundo a qual os homens não são responsáveis por seus vícios e crimes, ignorância ou miséria porque são produto do meio social. Dessa sua teoria deriva a profilaxia que será a base de sua defesa do cooperativismo: para que os homens mudem, é preciso que o meio em que eles se inserem se modifique.

“Quando, mais tarde, Owen lançou o plano de uma sociedade melhor, inspirou-se na obra em que colaborara e que, pouco a pouco, se tornara sua própria obra. As comunidades industriais e agrícolas que deveriam servir de modelo à humanidade regenerada eram New-Lanarks ideais; o New-Lanark

real, que era sua cópia imperfeita, fornecera o original, a princípio” (Montoux, 1988:484).

Cole e Postgate (1981) defendem que foi em New Lanark que Owen desenvolveu uma nova teoria econômica, oposta ao que propagavam os ortodoxos de sua época. Lá, dizem, ele demonstrou que os lucros podiam ser obtidos sem que houvesse a necessidade de submissão dos trabalhadores a uma exploração insuportável. Isso porque Owen pagava bons salários regularmente, apesar da guerra e do fechamento temporário do moinho. Além disso, ele reduziu as horas de trabalho e se recusou a empregar crianças com menos de dez anos, apesar de elas começarem a trabalhar com seis em outros moinhos. Ofereceu a elas escola e construiu casas com melhores condições sanitárias para seus empregados. Também construiu centros de lazer e mercados a preço de custo e, com isso, tornou-se o empregador modelo de seu tempo. Mas ele queria mais do que ser um capitalista modelo. Acreditava que a base do sistema social estava errada e contra o princípio da competição, elaborou o da cooperação:

“... Ele acreditava que, se os homens cooperassem ao invés de competirem na produção das riquezas, seria mais fácil alcançar a abundância necessária a todos, dar um fim às guerras e às rivalidades nacionais e individuais, instituir uma ordem mundial pacífica e o bem-estar universal” (Cole and Postgate, 1981: 216)¹²⁸.

¹²⁸ No original: “He believed that if men would but co-operate instead of competing in the production of wealth, it would be easy to achieve reasonable abundance for all, to make an end of wars and of national as well as individual rivalries, and to institute a world order of peace and universal well-being” (Cole and Postgate, 1981: 216).

Owen defendia que, às crianças, deveria ser dada a oportunidade de se desenvolver da melhor forma possível, em um ambiente que lhes proporcionasse idéias morais e sociais diferenciadas. Se a elas fosse ensinada a virtude da cooperação e do coletivismo ao invés da salvação pessoal propagada pela igreja metodista e da organização individual, a sociedade adquiriria um caráter diferente e os homens passariam a trabalhar para usar os produtos deste trabalho em benefício comum (Cole and Postgate, 1981).

Para atingir esses fins, Owen pensava ser necessária uma comunidade modelo, onde ele seria responsável por tudo. Foi aí que nasceu sua idéia de Vilas de Cooperação, diferente do que havia em New Lanark. Nessas vilas, as indústrias trocariam seus produtos em termos justos e equânimes e, assim, toda exploração capitalista e governo predatório desapareceriam (Cole and Postgate, 1981:217). Foi essa concepção que embasou sua propaganda socialista e cooperativa nos anos que se seguiram.

As idéias de Owen sobre as falsas bases em que se constituía a sociedade apareceram pela primeira vez em “New view of society”, que foi publicado em 1813-14. Mas dois aspectos da sua doutrina, apesar de implícitas, não estavam desenvolvidas ali. Uma era a hostilidade a todas as religiões existentes e a defesa da Religião Racional baseada na idéia do companheirismo e cooperação. E a outra era o seu ataque ao sistema de lucros do capitalismo. Até o fim da guerra napoleônica, ele aplicava suas idéias em seus próprios empreendimentos. Com a miséria e a fome que assolaram o país no pós-guerra, ele ampliou sua zona de atuação. Foi aí que passou a defender o “Factory Act”, conforme já vimos, e tentou criar as Vilas de Cooperação. Na época, seu apelo era para os ricos e para o governo. Ele não

acreditava que os pobres fossem capazes de se autogovernar e de instituir uma nova ordem social porque viviam em ambientes insalubres e eram, portanto, amorais. Acreditava que a mudança se daria após a realização de uma mudança legislativa. Em outras palavras, para que os pobres fossem capazes de se autogovernar era necessário que eles fossem educados e, para isso, era necessário convencer as classes dominantes a se ocupar desse projeto (Cole and Postgate, 1981).

Após o fracasso de sua interação com o governo com os “Factory Acts”, Owen dirigiu críticas mais contundentes à igreja e ao sistema capitalista. Isso fica claro, destacam Cole e Postgate (1981), em “Report to the County For New Lanark”, de 1820, onde ele desenvolveu sua doutrina atacando o sistema monetário e demandando um novo sistema de valor, baseado em trabalho ao invés de ouro. Nessa época, ele perdeu o contato e a admiração da classe governante sem ainda ter conquistado seguidores articulados entre os trabalhadores. Sua insistência em que a revolução deveria ser econômica, e não política, e que a educação é que mudaria o ambiente e levaria as massas a se autogovernar antagonizava com a posição dos radicais, que o tinham como reacionário e oponente da reforma. Mas, mesmo assim, já havia os que admiravam e seguiam as idéias de Owen entre os trabalhadores. E foi em 1821 que a primeira sociedade owenista foi fundada, por George Mudie, um impressor (Cole and Postgate: 1981). Mas foi apenas anos depois, a partir de 1824, que o owenismo ganhou espaço e importância entre os trabalhadores¹²⁹, no mesmo ano, portanto, em que Owen partiu para a América do Norte para

¹²⁹ Surgiram as primeiras sociedades owenistas e os jornais operários que divulgavam sua doutrina, como o “Economist”.

difundir seus ideais em um ambiente que considerava puro e não contaminado. Nessa nova empreitada, que também se mostrou fracassada, construiu a vila cooperativa de New Harmony, nos EUA.

Thompson (2002) defende que as idéias de Owen ganharam espaço entre os trabalhadores porque a generalidade de seu pensamento permitia que ele fosse adaptado às diferentes vertentes de pensamento político que se formavam na classe trabalhadora. Apesar de os anos de 1820 serem apresentados pelos historiadores como uma década de tranquilidade,

“... esses anos calmos foram os anos de luta de Richard Carlile pela liberdade de imprensa; do aumento da força sindical e da revogação das Leis de Associação; do crescimento do livre pensamento, da experiência cooperativa e da teoria owenista” (Thompson, 2002: 303).

Foi nesta época, a mesma em que o owenismo cresceu e ganhou destaque, que grupos e indivíduos passaram a refletir e a teorizar sobre a experiência da Revolução Industrial.

Prova disso seria o grande número¹³⁰ de jornais operários que circulavam pela Inglaterra na época. Thompson (2002) destaca também que havia uma consciência autodidata que conformava a consciência política dos trabalhadores. As reuniões públicas e os debates políticos cresciam, e isso se

¹³⁰ “A circulação da imprensa radical variava enormemente. O *Register* de Cobbett, a 2 penies, no seu auge entre outubro de 1816 e fevereiro de 1817, rodava uma edição semanal de 40.000 a 60.000 exemplares, quantidade muitas vezes superior a qualquer tipo de concorrente. O *Black Dwarf* rodou cerca de 122.000 exemplares em 1819, embora essa quantia provavelmente tenha sido superada depois de Peterloo (...) o *Voice of the People* de Doherty e *The Pioneer* tinham uma edição superior a 10.000 exemplares, assim como o *Gauntlet* de Carlile e o *Poor Man's Guardian* de Hetherington, ao passo que uma dúzia de periódicos menores, como o *Destructive*, rodavam alguns milhares” (Thompson, 2002:312,313).

dava mesmo entre os que eram analfabetos¹³¹. Apesar dessas dificuldades, foi a partir de sua própria experiência que os trabalhadores formaram, segundo o autor, “um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade” e que “de 1830 em diante, veio a amadurecer uma consciência de classe, no sentido marxista tradicional, mais claramente definida, com a qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas” (Thompson, 2002:304).

A conjuntura que favorece o crescimento do owenismo tem relação, também, com a liberação da existência dos sindicatos pelo governo. Antes proibida por um conjunto de leis chamado “Combination Acts”, a organização dos trabalhadores é liberada em um contexto de instabilidade política e arrefecimento do poder repressivo do governo: a coroação do rei George IV e suas tentativas de divórcio de sua esposa Caroline para evitar que ela assumisse a posição de rainha geraram uma série de disputas no campo político que favoreceu a organização dos radicais e abriu campo para a supressão dos “Combination Acts”. Após sua revogação, explode um sem número de greves pelo país, com demandas que se limitavam ao plano econômico e eram impulsionadas pelo aumento dos salários (Cole and Postgate: 1981).

Nesta época, Doherty, um owenista, defendia que os sindicatos não eram apenas um meio de proteger as condições de vida da classe trabalhadora, mas também uma maneira de mudar a base econômica da

¹³¹ “... aqui e ali, líderes radicais locais, tecelãos, livreiros, alfaiates reuniram pilhas de periódicos radicais e aprenderiam a usar as publicações oficiais do Parlamento; diaristas analfabetos nem por isso deixavam de ir, todas as semanas, a um bar onde lia-se em voz alta e discutia-se o editorial de Cobbett” (Thompson, 2002:304).

sociedade. Para cumprir essa função, ele fundou a União Geral de Sindicatos e o jornal “United Trades Co-operative Journal” que divulgava o ideário owenista. Junto ao movimento sindical crescia o movimento cooperativista, que ganhava espaço entre os trabalhadores sob as bases das idéias socialistas associadas ao ideário owenista:

“Eles [os sindicalistas], como Owen, estavam em guerra contra os males da sociedade capitalista competitiva; eles, como ele, estavam em busca de uma nova ordem social baseada na idéia de uma irmandade. Eles começaram a interpretar o owenismo em seus próprios termos, transformando suas “Vilas de Cooperação”, de presentes a serem oferecidos pelas classes governantes aos pobres, em associações autogovernadas de trabalhadores criadas por seus próprios esforços” (Cole and Postgate, 1981: 242)¹³².

Espalharam-se as sociedades owenistas e jornais de propaganda cooperativista. As sociedades começaram a se formar a partir da iniciativa dos trabalhadores e de membros da classe média. Algumas delas eram meramente propagandistas, mas outras se dedicavam a levantar fundos para construir o Plano da Vila de Cooperação de Owen por meio da criação de lojas e fábricas autogeridas. Essas associações também se ligavam aos sindicatos tornando-os agências de venda de seus produtos. O crescimento desse movimento se intensificou a partir de 1827¹³³. Neste ano, William King fundou a “Brighton Co-

¹³² No original: “They [the trade-unionists], like Owen, were in revolt against the evils of capitalist, competitive society; they, like him were in search of a new social order based on the idea of a human brotherhood. They began to interpret Owenism in their own terms, turning his proposed “Villages of Co-operation” from gifts to be offered by the governing classes to the poor into self-governing workers’ associations to be created by the efforts of the workers themselves” (Cole and Postgate, 1981: 242).

¹³³ Entre 1826 e 1828 dúzias de Sociedades Cooperativas se formaram na Grã-Bretanha. A partir daí, houve um salto gigantesco no número de cooperativas formadas: “We know the names over sixty Societies formed in 1829, and nearly fifty more in 1830, besides a great

operative Society” e, no ano seguinte, o jornal “The Co-operator”, que se tornou o carro chefe do movimento cooperativista. Em 1830 havia mais de 300 sociedades cooperativas de vários tipos (Cole and Postgate: 1981).

E é importante lembrar que, na década de 1820, Owen já se valia de um discurso milenarista para a construção de seu projeto cooperativista. Cole (1944) atribui ao milenarismo a base histórica do movimento cooperativista, pois ele é abraçado com veemência pelos trabalhadores em um período da história inglesa conhecida como “The Hungry Forties”:

“Os problemas dos anos de 1830 e 1840 incitaram a maioria da classe trabalhadora a um sentimento de revolta sem paralelo até recentemente. Foi uma revolta de desespero baseada no sentimento de que nada poderia ser pior do que aquilo que eles estavam vivenciando – esse desespero foi convertido em imaginários milenaristas de uma nova ordem social na qual os homens poderiam viver felizes em comunidade usando os produtos da nova maestria que desenvolveram sobre a natureza para o desfrute de todos. O movimento cooperativista, como veremos, tem suas origens históricas nessas aspirações milenaristas” (Cole, 1944:I)¹³⁴.

O destaque ao milenarismo também é dado por Thompson (2002), mas ele refuta a tese de que ele teria sido uma das principais pontes entre a teoria owenista e a prática dos trabalhadores. Thompson defende que o milenarismo

number formed about that time for which an exact year of origin cannot be given. Another dozen are known to date from 1831, and another thirty from 1832; and there must have been many more of which no mention has survived” (Cole, 1944:25).

¹³⁴ No original: “The main body of the working classes was, however, stirred by the troubles of the ‘thirties and ‘forties to a mood of revolt to which there is no more recent parallel. It was a revolt of despair based on a sense that nothing could well be worse than what men were actually experiencing – of despair converting itself now and then into millennial imaginings of a new social order in which men could live in happy comradeship, using the fruits of new-found mastery over nature for the common enjoyment of all. The Co-operative movement, as we shall see, has its historic beginnings in such millennial aspirations” (Cole, 1944:I).

é a parte da doutrina owenista que compensa o vácuo geracional causado por seu projeto de educação cooperativa: para Owen, se o caráter das pessoas era moldado pelo meio em que elas viviam, era necessário que as crianças recebessem uma educação cooperativa para que as bases do mundo fossem modificadas. Mas até que isso acontecesse haveria o “gap” de uma geração. Para compensá-lo, nada mais conveniente que associar o cooperativismo a um projeto milenarista. Só assim, para Owen, é que os trabalhadores que foram educados e viveram em um meio abjeto poderiam lutar pelos objetivos de seu Plano. O milenarismo era a resposta necessária para que a conformação do mundo mudasse no presente e não apenas no futuro.

Mas, conforme afirmei, Thompson (2002) afastava a construção do movimento cooperativista de uma “paranóia coletiva” encetada pelo milenarismo. O autor defende que o movimento tinha bases materiais sólidas. Em suas palavras:

“... se observarmos com maior atenção, descobriremos que não foi algum frenesi psíquico ou “paranóia coletiva” que permitiu a rápida expansão do owenismo. Em primeiro lugar, o owenismo, do final dos anos vinte em diante, foi algo muito diferente dos textos e declarações de Robert Owen. Foi a própria imprecisão de suas teorias que ofereceu, porém, uma imagem de um sistema alternativo de sociedade, e fê-las adaptáveis a diferentes grupos entre os trabalhadores. Dos textos dos owenistas, artesãos tecelãos e trabalhadores qualificados escolhiam aquelas partes mais intimamente relacionadas com sua situação própria e modificavam-nas pela discussão e pela prática. Se os textos de Cobbett podem ser vistos como uma relação com seus leitores, os de Owen podem ser vistos como uma matéria-prima ideológica difusa entre os trabalhadores, por eles processada em diferentes produtos” (Thompson, 2002:391).

Além disso, os trabalhadores se organizavam em cooperativas já na década de 1820 se contrapondo às idéias de Owen, que defendia, na época, que o governo e os filantropos é que deveriam financiar as cooperativas dos trabalhadores. Isto porque não acreditava na capacidade de iniciativa das massas. Os trabalhadores não esperaram por essa ajuda para dar início ao seu Plano.

Em 1821, o periódico “Economist” noticia uma experiência de cooperação de um grupo de artesãos que fundaram uma “Sociedade Cooperativa e Econômica” em Londres oferecendo serviços diversos. Em uma carta publicada no periódico dizem que não precisam solicitar a ajuda de outra classe para sobreviver porque têm em si “recursos superabundantes”. Apesar desse distanciamento, à época, da teoria owenista, há pontos de sua doutrina que são defendidos por esses artesãos: a não necessidade do lucro, e a idéia do capitalista como parasita¹³⁵. O germe das idéias de Owen, segundo Thompson (2002),

“... pode ser visto em práticas que antecipam ou ocorrem independentemente de seus textos. Não só as sociedades beneficentes ocasionalmente ampliaram suas atividades com a construção de clubes sociais ou casas de caridade; existe também uma série de exemplos de sindicatos pré-owenistas que, quando em greve, empregavam seus próprios membros e comerciavam um produto” (Thompson, 2002: 392, 393).

Cole e Postgate (1981) destacam ainda iniciativas cooperativistas pré-owenistas. Eles demonstram que experiências cooperativistas já existiam

¹³⁵ Esta idéia estava presente também na teoria de outros socialistas, como Cobbett e Hodgskin.

desde o século XVIII. Exemplos seriam os trabalhadores das docas de Woolwich e Catham que, em 1760, formaram uma cooperativa de moinho de milho devido ao aumento do preço do pão. Esse tipo de experiência se espalhou pela Grã-Bretanha durante a guerra napoleônica. Na Escócia, por exemplo, havia lojas cooperativas em Fenwick e Ayrshire, em 1769, e em Govan, perto de Glasgow, em 1777. Houve também algumas cooperativas no início do século XIX, mas, como destacam os autores, essas eram apenas experiências isoladas antes do owenismo:

“Mas nenhuma das experiências de cooperação anteriores a Owen pareciam ter sido mais do que uma empresa isolada ou animada por uma filosofia social consciente. A Owen pertence o crédito de ter iniciado a Cooperação como um movimento social, com anseios anti-capitalistas verdadeiros e a esperança de construir um novo sistema social” (Cole and Postgate, 1981:243)¹³⁶.

Esse senso de unidade programática parece ser o que Singer pretende dar às experiências cooperativas que explodem em número a partir da década de 1990 no Brasil. Sua economia solidária parece pretender unificar os diferentes tipos de experiências de autogestão que aparecem no país no ápice da crise do desemprego e dotá-las de um conteúdo programático revolucionário. Mas se aqui e agora essas experiências aparecem em um contexto de falta de perspectiva de empregabilidade e em um momento em que

¹³⁶ No original: “But none of the experiments in Co-operation before Owen seems to have been more than an isolated venture, or to have been animated by any conscious social philosophy. To Owen belongs the credit for starting Co-operation as a social movement, with definite anti-capitalist aims and the hope of instituting a new “Social System”” (Cole and Postgate, 1981: 243).

o movimento operário aparece refreado pelo advento do neoliberalismo e o socialismo é substituído pela idéia da terceira via, na época de Owen as experiências também nascem da necessidade¹³⁷, mas a construção de um movimento cooperativista como braço forte do movimento operário se vinculava a um contexto político em que o socialismo ganhava força e era uma perspectiva visada por um movimento combativo dos trabalhadores.

4.2) A mudança programática de Owen e os Pioneiros de Rochdale

A tradição sindical e de ajuda mútua era predominante nas cidades do norte da Inglaterra. Essa cultura de organização contribuiu para que a cooperação florescesse naquela região¹³⁸ (Thompson, 2002). Foi em uma dessas cidades do Norte, Rochdale, que teve origem uma experiência de cooperativismo cujos princípios inspiram até hoje as diretrizes de cooperação da ACI (Aliança Cooperativa Internacional)¹³⁹. Essa experiência é também a

¹³⁷ O owenismo foi, afirma Thompson (2002), uma das soluções que os trabalhadores que foram mais prejudicados pela revolução industrial encontraram para superar sua situação de desemprego e desamparo: “o apelo da Casa de Câmbio do Trabalho não foi tão imediato nas vizinhanças de Huddersfield ou Burnley, pela razão óbvia de que, em distritos onde o produto básico era a tecelagem, e onde centenas estavam semi-empregados ou empregados a salários de fome nessa mesma produção, não existia nenhum mercado evidente. Portanto, os habitantes do norte, desde o princípio, foram levados a pensar num plano nacional de cooperação” (Thompson, 2002: 394).

¹³⁸ Segundo Cole (1944), apesar de espalhada geograficamente, a experiência do cooperativismo se concentrava basicamente nos condados de Londres, Lancashire, Yorkshire, Birmingham e East Midlands. Com a exceção de Londres – que pode ser explicada porque a cidade é a capital do país – as outras cidades/condados/regiões se localizam na região centro-norte da Inglaterra, o que confirma a tese de Thompson.

¹³⁹ São eles: 1) associação voluntária e aberta; 2) controle democrático dos membros; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, treinamento e informação; 6) cooperação entre cooperativas; 7) preocupação com a comunidade (PINHO, 2007).

referência central de Singer para construção de sua categoria de economia solidária enquanto projeto de transição para o socialismo.

A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale foi fundada em 1844, dez anos após o ápice do owenismo. Segundo Cole (1944), tal ápice ocorreu nas décadas de 1820 e 1830, quando houve um crescimento exponencial no número de sociedades cooperativas¹⁴⁰ e o movimento sindical renasceu com inspiração nos ideais socialista e cooperativista. Conforme já vimos, a popularidade crescente das idéias owenistas a partir da década de 1830 levou os sindicalistas a unir forças com eles (Thompson, 2002).

A aliança entre os dois movimentos levou os sindicatos a financiar as sociedades cooperativas. Tornou-se senso comum para os sindicalistas que, ao invés de confrontar os patrões com greves e ação armada, eles lançariam as sociedades cooperativas e competiriam com os capitalistas. A primeira sociedade cooperativa de que se tem notícia formada em Rochdale, em 1830, tinha justamente esse objetivo: “It was a society of flannel weavers arising out of the strikes of 1829 and offering to the public the products of the hand-loom weavers who had brought it into being with the aid of a few Owenite enthusiasts” (Cole, 1944: 24).

Essas cooperativas formadas nas décadas do ápice do owenismo não partiam da prerrogativa de filantropos ou de governistas. Eram iniciativas dos próprios trabalhadores. Quando Owen retornou dos Estados Unidos, em 1829, encontrou essa eferverscência e reviu suas posições acerca da incapacidade dos trabalhadores em iniciar um projeto cooperativo. No Congresso Cooperativo de Londres, em outubro de 1833, ele propôs a criação do “Grand

¹⁴⁰ Ver nota 142.

National Moral Union of the Productive Classes of the United Kingdom”, que foi transformado no “Grand National Consolidated Trades Union”. A partir daí, sindicalismo e cooperação iniciaram uma separação programática. Owen passou a se dedicar à luta sindical e ao movimento pela jornada de trabalho de 8 horas diárias. A derrota desse movimento, com os lock-outs generalizados realizados pelos patrões e a prisão dos líderes, levou Owen a formar, junto com William King, o “National Equitable Labour Exchange”, em 1834. Tratava-se de:

“... um estabelecimento em Gray’s Inn Road, com lojas em Londres e outras províncias, onde “pessoas industriais” ou sociedades depositavam os produtos de suas indústrias – roupas, batatas, portas, trabalho em metal, e qualquer coisa – que eram avaliadas pelo seu valor em tempo de trabalho (seis pences por hora; trabalho qualificado com maior taxa; material a preço de custo) e os colocava a venda após uma comissão os colocarem à disposição do Exchange. O produtor recebia notas de uma hora, duas horas e assim por diante e essas eram usadas para comprar outros bens no Exchange. O sucesso foi enorme” (Cole and Postgate, 1981: 263,264).

A experiência de trocar de produtos pelo tempo de trabalho estimado para sua produção durou pouco tempo - terminou no mesmo ano em que começou. O fracasso é explicado por Cole (1944) pelo fechamento das agências dos sindicatos e das cooperativas, pois eram elas que forneciam tanto os clientes quanto os bens para a troca ao “Labour Exchange”. Em um livro posterior, escrito com Postgate, Cole acrescentou outros fatores, alguns deles acidentais, para explicar o fechamento do “Labour Exchanges”: disputas com o dono da terra onde ficava o Exchange os obrigou a sair de sua sede e a consequência disso foi a perda de clientela; as visões religiosas de Owen não eram bem aceitas pelas esposas dos produtores e eram elas que controlavam

as compras; e a proporção de objetos que demoravam para ser vendidos era enorme.

Apesar do fechamento do experimento, Cole e Postgate (1981) avaliam que a experiência aproximou Owen das classes trabalhadoras e permitiu a ele vê-las em ação:

“Até então ele tinha inconscientemente tomado como verdade que a classe trabalhadora deveria ser ajudada e ensinada, isto é, eles eram mais um material para se ter piedade e para ser melhorado do que um número de indivíduos ativos que poderiam, eles mesmos, se ajudar. Uma vez que ele viu o “Exchange” funcionando, seus discursos e cartas foram tomados de uma surpresa feliz com a inteligência, energia e competência dessas ordens inferiores” (Cole and Postgate, 1981: 264)¹⁴¹.

A partir de 1834 o owenismo perde sua posição de principal influência sobre o pensamento da classe trabalhadora e Owen parece não mais se interessar pelas sociedades cooperativas ou pelo movimento sindical. É a partir de meados dos anos de 1830 que ele retoma seu interesse na construção de comunidades cooperativas e que o owenismo se desloca do movimento de massas e passa a ser identificado a uma seita religiosa. Tal inversão ocorre porque Owen passa a professar a religião racional, cuja idéia principal era a da vida em comunidades isolada do mundo amoral (Cole, 1944:32). Os owenistas passam a se identificar como socialistas e estes financiam a construção de

¹⁴¹ No original: “Till then he had unconsciously assumed that the working class was to be helped and enlightened, that it was a material to be pitied and improved rather than a number of active individuals who might help themselves. Once he had seen the Exchange at work, his speeches and letters became full of happy surprise at the intelligence, energy and competence of the lower orders” (Cole and Postgate, 1981: 264).

novas comunidades¹⁴². Os secularistas se afastam do owenismo e de sua defesa do comunitarismo e é este grupo que vai ajudar na fundação da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale.

Os seguidores de Owen não eram os únicos a acreditar em suas profecias. As classes médias estavam agitadas e assustadas. Teve início uma nova onda de greves a partir de 1834 e o cartismo¹⁴³, que buscava a ampliação dos direitos políticos não conquistados na reforma de 1832¹⁴⁴, tornou-se a luta predominante no movimento operário. O movimento operário cartista acreditava que os trabalhadores só conseguiriam ter melhores condições de vida caso ocupassem espaço no governo e tivessem peso na escolha dos parlamentares.

Os esquemas de Owen passam a ser vistos como utópicos e os líderes do movimento operário passam a ver as experiências comunitárias de Owen como uma perda de energia para a luta. As repressões e a demora em obter resultados do cartismo acabam por atrair os trabalhadores para os ideais reformistas¹⁴⁵ e é nessa *mélange* de ideais e lutas que os Pioneiros de Rochdale abrem sua primeira loja, em 1844.

¹⁴² Entre elas a “Manea Fen Colony”, em 1838 e a “Harmony Hall”, em 1839 (Cole, 1944: 34,35).

¹⁴³ O cartismo é uma tradução livre da palavra “chartism”. O movimento, que ocorreu entre os anos de 1838 e 1848, visava uma reforma política e social na Grã-Bretanha. Seus principais pontos eram: a extensão do sufrágio para todos os homens acima de 21 anos; voto secreto; o fim da necessária qualificação para ocupar as cadeiras do Parlamento; eleição anual para o Parlamento; distritos eleitorais de tamanhos iguais e profissionalização dos membros do Parlamento (com pagamento de salários).

¹⁴⁴ Nessa reforma, os burgueses conseguiram assento e direito de voto no Parlamento, mas o sufrágio não foi estendido às classes trabalhadoras.

¹⁴⁵ “Espalhado, como o movimento era, ele não podia se colocar contra a fome em massa; e há muito os grevistas estavam voltando ao trabalho se conquistar suas demandas. O Cartismo enfrentou problemas dos quais nunca conseguiria se recuperar – nem mesmo no ano das revoluções européias, em 1848. Os defensores pelo fim das “corn laws” e pela reforma fabril, oferecendo objetivos menos ambiciosos, mas mais aplicáveis, roubou os adeptos menos

Rochdale, que abrigou o nascimento do cooperativismo moderno, era uma cidade típica da Revolução Industrial. A base de sua economia eram as minas de carvão e a indústria têxtil. Com a maquinaria substituindo o trabalho manual dos tecelões, formou-se um exército de reserva substancial na cidade, rebaixando os salários e levando os trabalhadores a uma situação de miséria e fome generalizada. Por esses motivos, a cidade foi um dos epicentros do movimento sindicalista e cartista, assim como pela diminuição da jornada de trabalho. Desse caldo de lutas formaram-se três grupos políticos principais na cidade: os owenistas ou socialistas, os do cartismo e os reformadores. Cole (1944) explica que o pertencimento a um grupo não implicava na exclusão da participação em outro: “... muitos owenistas também eram cartistas e reformadores radicais, e muitos cartistas queriam que as “Corn Laws” fossem abolidas” (Cole, 1944: 44)¹⁴⁶. Outra característica importante da cidade é que ela atraía muitos imigrantes. Tanto trabalhadores quanto capitalistas. Com eles, vinham as mais diversas seitas, inclusive o socialismo owenista, baseado na religião racional. A primeira loja da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, a Toad Lane, instalou-se no primeiro piso de um prédio cujos outros andares eram ocupados por uma dessas seitas religiosas.

devotos e mais tímidos da causa cartista. E o fim das “corn laws” em 1846 pareceu provar que aqueles que demandavam tudo ou nada desperdiçavam energia frente aos que demandavam moderação e tinham objetivos limitados”. No original: “Widespread, however, as the movement was, it could not stand out against mass starvation; and before long the strikers were drifting wretchedly back to work with their demands unmet. Chartism had sustained a blow from which it was never able to recover – not even in the year of European Revolutions, 1848. The advocates of Corn Law Repeal and Factory Reform, offering less ambitious but more practicable objectives, stole away the less devoted or more timid adherents of the Chartist cause; and the repeal of the Corn Laws in 1846 seemed to prove that moderation and limited objectives paid, whereas those who demanded all or nothing merely frittered their energies away” (Cole, 1944:37).

¹⁴⁶ No original: “... many Owenites were also Chartists and Radical Reformers, and many Chartists wanted the Corn Laws repealed” (Cole, 1944: 44).

Cole (1944) conta que dos 28 homens que formaram inicialmente a Sociedade, metade eram socialistas owenistas envolvidos nas disputas ideológicas do programa owenista. As dissidências internas do grupo se davam em torno de três pontos fundamentais: 1) a concepção de comunidade a ser construída (dividindo igualmente os frutos do trabalho coletivo ou a retirada do mundo amoral sem a perda do padrão de vida anterior); 2) a falta de credibilidade que Owen dava ao autogoverno das massas; 3) a atitude religiosa de Owen (que levou a uma disputa entre os secularistas e os missionários da religião racional). Enquanto essas disputas ainda ocorriam, a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale se formava. Apesar das divergências, eles não romperam com a sociedade racional, pois acreditavam que isso enfraqueceria o Plano owenista. Defendiam o apoio às outras sociedades cooperativas, à construção de vilas cooperativas, e ao autogoverno dos trabalhadores.

O impulso inicial à criação da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale foi a greve dos tecelões, que compunham, em sua maioria, a sociedade. Cole (1944) procura deixar claro que, no entanto, não foi a greve por si só quem definiu a fundação da sociedade. “As necessidades imediatas dos tecelões sem dúvida levaram à tomada de uma atitude concreta, mas não podemos relacionar o surgimento da Sociedade dos Pioneiros e a greve dos tecelões com um elemento que não esse” (Cole, 1944: 63)¹⁴⁷. Para resolver as necessidades imediatas dos tecelões em greve, a cooperativa fez uma compra coletiva de alimentos e os dividiu igualmente entre os seus membros. Até aqui, diz o autor, não há nada que diferencie a sociedade de Rochdale das

¹⁴⁷ No original: “The immediate necessities of the weavers no doubt gave urgency to the taking of some practical step, but beyond this it cannot be said that the Pioneers’ Society arose out of the weavers strike” (Cole, 1944: 63).

cooperativas anteriores, mas o que fez com que ela fosse tida como fundadora do cooperativismo moderno foi a combinação de uma série de elementos que já existiam em outras experiências, mas que, juntas, formavam um corpo essencialmente novo.

De todos os princípios que davam forma à Sociedade dos Pioneiros, Cole (1944) elenca oito principais: 1) Controle democrático: um homem, um voto; 2) associação livre e aberta; 3) investimento fixo ou limitado de uma quantia de capital na sociedade; 4) distribuição dos lucros proporcional às compras realizadas; 5) compra se dava pela troca, sem crédito; 6) venda de produtos puros e inalterados; 7) educação para os membros; 8) neutralidade política e religiosa (Cole, 1944:64).

Cada um desses princípios pode ser explicado pelo contexto em que a sociedade se constituiu. No caso do primeiro, a influência do cartismo era evidente; o segundo princípio é vinculado ao primeiro porque era uma maneira de impedir que os membros controlassem a entrada de outros sócios pela prerrogativa da superioridade de direitos que os membros mais velhos teriam sobre os mais novos; o terceiro princípio havia sido formulado por Owen em sua teoria e a idéia era a de evitar a falência pela poupança de uma parcela do capital da cooperativa, já que nas experiências anteriores, as sociedades cooperativas faliram por ausência de um fundo de investimento; ao terceiro princípio, combinava-se o quarto:

“... do ponto de vista do movimento cooperativista de consumo, o grande mérito desse dividendo era que ele tinha tornado possível aos cooperadores tanto comer quanto possuir seu próprio bolo. Foi dado a cada membro uma fonte de capital e, em combinação com o pagamento do

rendimento do capital, os encorajou a deixar suas economias nas mãos do movimento, e foi isso o que providenciou às sociedades locais, o capital necessário para o seu crescimento” (Cole, 1944:69)¹⁴⁸.

Com o quinto, também buscavam evitar a falência, já que as cooperativas anteriores haviam falido porque ofereciam crédito aos seus membros; o sexto princípio era uma antecipação da lei de direito do consumidor atual e era um princípio mais importante naquela época do que hoje em dia, mas seu problema era que esse princípio afastava os realmente necessitados da sociedade, pois eles não conseguiam pagar por alimentos de boa qualidade:

“Os cooperadores nunca conseguiram incluir os trabalhadores com as menores rendas, e o seu sucesso teria sido muito mais limitado do que foi se não tivesse havido um aumento substancial nas rendas para a maior parte dos trabalhadores industriais após a metade do século XIX” (Cole, 1944: 71)¹⁴⁹.

O sétimo princípio era um dos fundamentos centrais do owenismo, que considerava a educação o pré-requisito para o sucesso do novo mundo moral. Entre os Pioneiros cumpria a função de fazer os membros compreender os outros princípios e a ter uma participação mais ativa na discussão dos

¹⁴⁸ No original: “... from the standpoint of the Consumers’ Co-operative Movement the great merit of the dividend has been that it has made it possible for Co-operators both to eat their cake and to have it. It has given members a source of capital savings and, in conjunction with the payment of interest on capital, has encouraged them to leave their savings in the hands of the Movement, and thus has invaluablely provided the local Societies with the capital needed for their growth” (Cole, 1944: 69).

¹⁴⁹ No original: “The Co-operators never succeeded in reaching down to the lower levels of working-class income, and their success would have been much more limited that it actually was had there not been a substantial rise in wages for the main body of the industrial workers after the middle of the nineteenth century” (Cole, 1944:71).

problemas da sociedade de uma maneira geral; o oitavo princípio cumpria duas funções: a de dissociar a imagem da Sociedade dos Pioneiros das seitas owenistas e a de impedir brigas entre os diferentes grupos socialistas que co-existiam na Sociedade (a neutralidade política não significava que os conservadores fossem bem-vindos ou esperados na Sociedade) (Cole, 1944:64-74).

O primeiro passo dos pioneiros foi abrir uma loja de artigos de primeira necessidade, como maneira de ajudar os tecelões em greve. Após a abertura da loja, estabeleceram alguns objetivos a alcançar com a sociedade cooperativa: a construção de casas que alugariam para ampliar a renda da cooperativa; a abertura de pequenas manufaturas que contratariam seus membros desempregados ou os que estivessem em disputas com seus patrões por melhores salários; e a compra e o arrendamento de terras com o objetivo duplo de empregar alguns de seus membros e produzir alimentos para vender na loja e o de criar as bases para a vida comunitária almejada pelos ideais owenistas. Esses objetivos formavam a sua utopia, que era a vida comunitária e para a qual a loja e as outras atividades seriam a preparação (Cole, 1944:75-77).

Com o tempo e o sucesso que a loja dos pioneiros alcançou, eles foram, aos poucos, desenvolvendo seus projetos. Criaram, em 1854, a “Rochdale Co-operative Manufacturing Society”, que se tornou um projeto independente da Sociedade dos Pioneiros por questões legais. Para não separar a produção do consumo, empregavam os membros da sociedade na manufatura.

Com o tempo, isso leva a uma separação formal das duas cooperativas e o ano de 1854 fica marcado pelo início de uma espécie de realismo de

negócios que toma conta dos pioneiros: eles deixaram de lado o desejo de construir uma vida comunitária e a distinção entre produtores e consumidores, que Owen negava, tornou-se explícita. A manufatura tornou-se um experimento de co-gestão ao se transformar em uma sociedade acionária, e os investidores passaram a receber mais do que os operários da cooperativa.

No final dos anos de 1860, após uma série de disputas entre os trabalhadores e os acionistas, a cooperativa de produção se desfez e os membros da sociedade dos pioneiros e ex-produtores com ações na manufatura cooperativa escolheram investir o dinheiro em outras cooperativas de produção espalhadas pelo território da Grã-Bretanha:

“... trabalhadores que investiam dinheiro em moinhos de algodão preferiam não investi-lo nos moinhos em que estavam empregados porque, se eles o fizessem, corriam um grande risco de perder tanto os seus salários quanto as suas ações caso o moinho enfrentasse dificuldades financeiras. Gradualmente, esses moinhos que tiveram início com o capital da classe trabalhadora estavam sob o seu controle, abandonaram tanto as recompensas de trabalho quanto a noção de que seus trabalhadores deveriam ser acionistas, transformando-se em empresas de ação conjunta que visava apenas o lucro. A Sociedade de Rochdale desde cedo corria esse risco de fracasso e sua falência foi mais retumbante que as demais porque ela havia começado com mais idealismo e sob os auspícios dos Pioneiros, a quem todo o mundo cooperativo tomava como liderança” (Cole, 1944: 90,91)¹⁵⁰.

¹⁵⁰ No original: “... workers who invested Money in cotton Mills preferred not to invest it in the Mills in which they were employed; for if they did this they ran a big risk of losing both their wages and their dividends if their particular mill fell on bad times, whereas there was no more chance of avoiding the double loss by placing their savings elsewhere. Gradually those mills which had been started largely with working-class capital and under working-class control abandoned both the “bounty of labour” and the notion that their workers ought to be shareholders, and turned into ordinary profit-making joint stock concerns. The Rochdale Society was early in the list of these failures, and its fall was more resounding than the rest because it had been started with more idealism and under the auspices of the Pioneers, to whom the entire Co-operative world looked for leadership” (Cole, 1944: 90,91).

Aos poucos o cartismo e o owenismo se diluíram e a prática da Sociedade dos Pioneiros passou a se identificar com o liberalismo comercial da época. O empreendimento cooperativo modelo dos socialistas owenistas decepcionou o movimento por não ter alcançado seu objetivo último e ter dele se distanciado. Ao mesmo tempo, o movimento socialista ganhava força teórica. No mesmo ano em que a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale foi fundada, Karl Marx escreveu “Os Manuscritos Econômicos Filosóficos”. Quatro anos depois, em 1848, foi a vez de “O Manifesto do Partido Comunista”. A efervescência política vivenciada pelos trabalhadores ganhava um arsenal teórico que cada vez mais se afastava da utopia desenhada por Owen, o que se comprova pela separação que Marx e Engels desenharam, nesse texto, entre o socialismo utópico e o socialismo científico.

Como já vimos, nesse contexto de crescimento do movimento sindical, da mobilização dos trabalhadores e de teorização da doutrina socialista, o owenismo se distancia da preferência dos trabalhadores e passa a ser visto cada vez mais como uma seita. É importante destacar que, no século XVIII, as igrejas rejeitavam o movimento da classe trabalhadora e isso os levava a construir sua própria religião ou igreja (Cole, 1944: 73). Isso explica, em parte, o apego de uma parcela dos trabalhadores ao milenarismo owenista. Outra explicação nos é oferecida por Thompson:

“Retrospectivamente, é fácil considerar esse estado de espírito como ingênuo ou “utópico”. Mas não existe nada nele que nos autorize a encará-lo com superioridade acadêmica. Os pobres eram desesperadamente pobres, e

as perspectivas de uma comunidade onde poderiam não só mesclar a cultura intelectual com as atividades atléticas da Grécia e Roma, mas também comer, eram atraentes. Além disso, existia uma diferença importante entre o owenismo e os credos anteriores que concentravam o impulso milenarista. Com os owenistas, o Milênio não estava por vir, estava por ser *feito* por seus próprios esforços.

E é aqui onde podemos reunir todas as linhas do owenismo: os artesãos, com seus sonhos de curto-circuitar a economia de mercado; os trabalhadores qualificados, com seu impulso para o sindicalismo geral; a fidalguia filantrópica, com seu desejo de uma sociedade racional e planejada; os pobres, com seu sonho de terras e todos aqueles com suas imagens de uma comunidade fraterna justa, onde a ajuda mútua substituiria a agressão e a concorrência” (Thompson, 2002: 407).

Em um momento em que o socialismo se construía enquanto teoria e enquanto movimento, a generalidade das propostas de Owen atendia às demandas das mais diversas tendências ideológicas que o socialismo possuía na época. O grande salto dos owenistas nas décadas de 1820 e 1830, que culminou na experiência de Rochdale, é fruto dessa conjuntura. O movimento cooperativista congregava as forças políticas do movimento dos trabalhadores e era a maneira que eles encontraram de enfrentar os capitalistas à altura. Em um período em que o confronto direto e as greves não surtiam mais resultado, por conta do poder repressivo do Estado e dos lock-outs generalizados organizados pelos empregadores, a sociedade cooperativa tornou-se um lugar de resistência e sobrevivência da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que era o espaço que reunia suas diferentes tendências ideológicas.

Apesar do contexto específico em que a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale se constituiu, os princípios que lhe dão forma tornaram-se uma espécie de modelo a ser seguido pelo verdadeiro cooperativismo. Singer, como

vimos, os elencou para definir o que é uma cooperativa que pode ser considerada como um empreendimento de economia solidária. Ele considera que essa experiência fundou o cooperativismo moderno e percebe uma continuidade entre ela e o cooperativismo que é feito hoje. Essa continuidade permite a Singer mostrar a relação entre a experiência do século XIX e a do final do século XX: o Complexo Cooperativo de Mondragón é tido por Singer como a experiência responsável pelo ressurgimento do movimento cooperativista na história contemporânea. É indispensável, portanto, que conheçamos mais detalhadamente a experiência do Complexo Cooperativo de Mondragón. Assim como vimos mais de perto a experiência dos Pioneiros de Rochdale, essa aproximação é importante para acompanharmos e compreendermos melhor os argumentos do autor e buscarmos, na história, elementos para embasar a crítica a eles.

4.3) O Complexo Cooperativo de Mondragón: história e estrutura organizacional

Atualmente nomeada Mondragón Corporación Cooperativa (MCC), o complexo teve início em 1956 a partir da iniciativa do padre José María Arizmendiarieta de comprar uma fábrica em processo falimentar que deu origem à atual Fagor Electrodomésticos, a principal indústria cooperativa do grupo. O padre, do grupo Ação Católica que era vinculado ao PNV (Partido

Nacionalista Basco), buscava gerar trabalho e renda em uma região empobrecida pelos anos da Guerra Civil Espanhola¹⁵¹.

Dois anos após sua chegada à região de Mondragón, em 1941, Arizmendiarieta iniciou a formação da Escola Profissional, que visava qualificar tecnicamente os jovens da região. São os alunos dessa escola que vão formar a primeira cooperativa que deu origem ao complexo cooperativo. Em 1959, é formada a Caja Laboral, uma espécie de banco cooperativo que vai ter um papel fundamental para o sucesso dos empreendimentos. Até 1970, o complexo formado contava com 40 cooperativas (Hacker e Elcorobairuta, 1987; Johnson and Whyte, 1977; Taylor, 1994, Kasmir, 1996; Mondragón Corporación Cooperativa, 2007).

Na década de 1970, período que coincide com a crise do choque do petróleo, a crise do modelo fordista de produção e a difusão do modo de acumulação flexível, o complexo cooperativo chama a atenção dos empresários do mundo por conseguir sobreviver à crise sem demitir ou deixar sem retirada nenhum trabalhador-sócio das cooperativas: os fundos de reserva das cooperativas que eram depositados na Caja Laboral ajudavam a segurar os efeitos econômicos da crise, e, no caso de fechamento de alguma cooperativa, os cooperados eram transferidos para outra do complexo, de maneira a não ficarem sem trabalho.

Além disso, durante a crise, criaram mais empregos que outras indústrias da Espanha. Vinte anos depois, em 1990, o número de cooperativas havia crescido para 109. É nessa década que Mondragón dá início ao processo de internacionalização de seus negócios a partir das adaptações da Espanha

¹⁵¹ Ver nota 101.

para se vincular à União Européia (Kasimir, 1996; Mondragón Corporación Cooperativa, 2007)

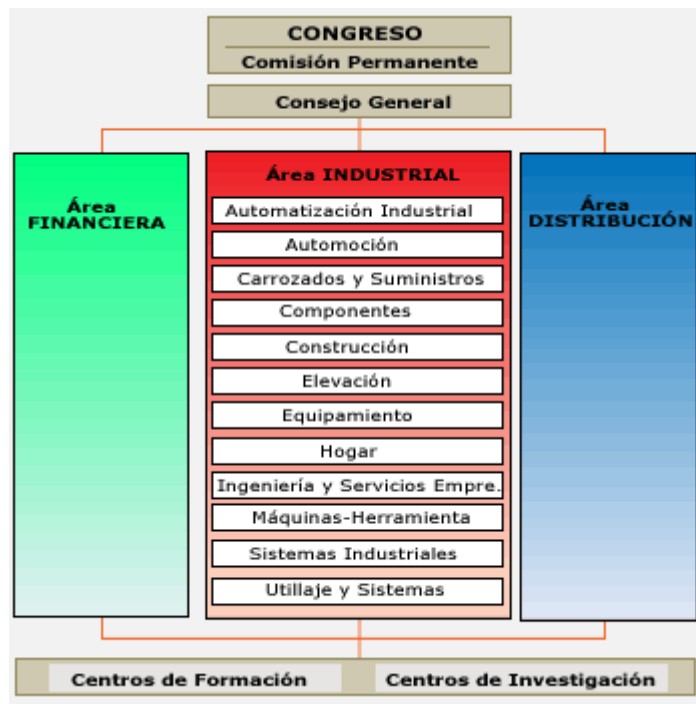
Atualmente, a Mondragón Corporación Cooperativa é formada por 260 empresas e entidades, sendo que aproximadamente a metade delas são cooperativas¹⁵². Até o final de 2007, contavam com 103.731 trabalhadores em seus quadros¹⁵³. Destes, 37% trabalhavam nas cooperativas do país basco, 47% exerciam atividades em empresas da MCC espalhadas pela Espanha e 16% trabalham nas empresas instaladas mundo afora. Atualmente, apenas 1/3 dos trabalhadores são sócios da corporação. Os empreendimentos que estão fora do país basco são geridas como empresas capitalistas comuns, não funcionando como cooperativas¹⁵⁴.

¹⁵² Os dados apresentados neste parágrafo estão no site do MCC: <http://www.mcc.es>.

¹⁵³ O número de trabalhadores cresceu 309,65% em 15 anos: de 25.322 trabalhadores em 1992 passaram a 103.731 em 2007.

¹⁵⁴ Eles têm um plano de cooperativização para essas empresas e esperam que até 2010 o número de sócios-trabalhadores nas cooperativas fora do país basco seja significativamente incrementado. A estimativa é que de cerca de 50%, as cooperativas passem a ocupar entre 70% e 75% do total de empreendimentos do MCC.

Sua estrutura empresarial atual é a seguinte:

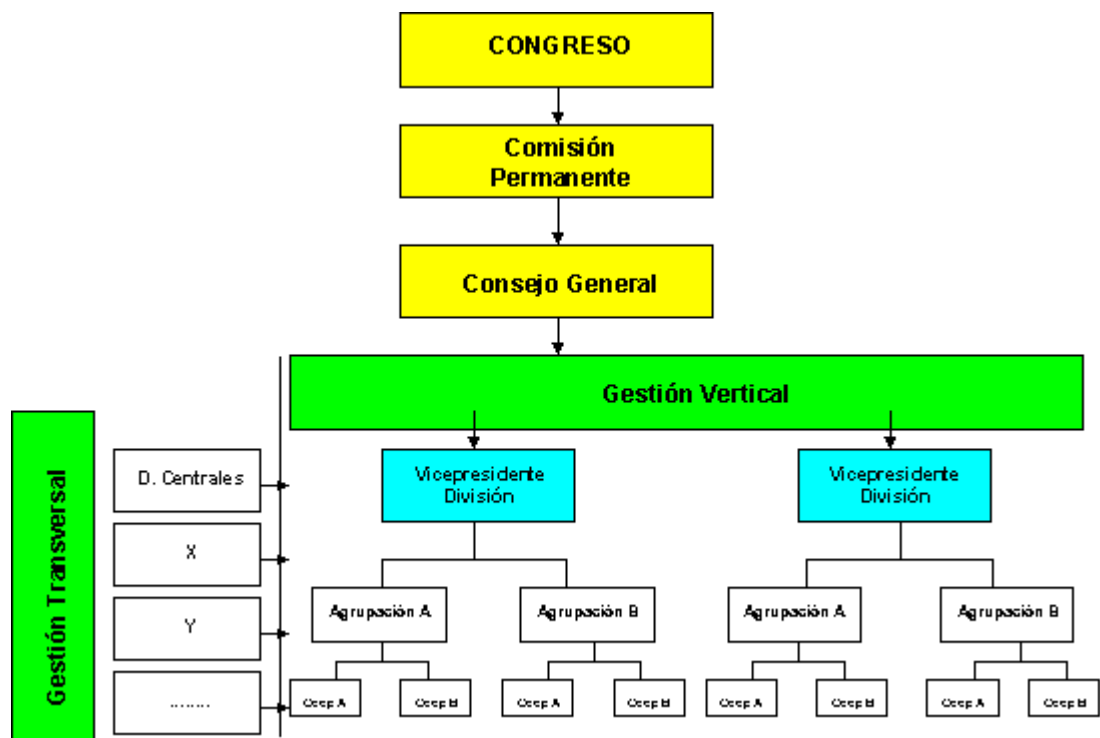


Fonte: <http://www.mcc.es/esp/estructura/estructura.html>

Empresarialmente, a Mondragón Corporación Cooperativa funciona com quatro áreas: financeira, industrial, distribuição e de conhecimento. Essas quatro áreas funcionariam autonomamente, mas coordenadas estrategicamente pelo Conselho Geral. O grupo financeiro exerce a atividade de banco, previdência social e venda de seguros. O Industrial agrupa oito divisões dedicadas à produção de bens e serviços. O de distribuição aglutina os negócios de distribuição comercial e a atividade agroalimentar. O de conhecimento inclui os Centros de Pesquisa, uma Universidade que tem 4.000 alunos e vários Centros de Formação Profissional e de Ensino¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Fonte: <http://www.mcc.es/esp/contacto/faqs1.html>

A estrutura organizacional do Complexo (MCC) é esta:



Fonte: http://www.mcc.es/esp/quienessomos/historiaMCC_esp.pdf

As cooperativas são o núcleo básico da estrutura organizacional do MCC: possuem uma Assembléia Geral, onde as decisões são tomadas – cada sócio, um voto -, e um Conselho, órgão de gestão e representação responsável pela eleição do Diretor Gerente. As cooperativas que atuam no mesmo ramo formam uma Agrupação Setorial e essas Agrupações vão fazer parte da divisão a que correspondem. Em cada divisão, há um vice-presidente da Corporação. Estes somam um total de 14 e formam junto com o Presidente do Conselho Geral e com os diretores de departamento do centro corporativo os órgãos diretivos da corporação. O Conselho Geral é o órgão responsável pela elaboração, coordenação e aplicação das estratégias e objetivos corporativos.

A Comissão Permanente do Congresso Cooperativo é o órgão responsável por incentivar e controlar a execução das decisões do Conselho. Ela é formada por 18 representantes eleitos nas diferentes divisões da Corporação. Finalmente, o Congresso Cooperativo é o órgão soberano do MCC - equivalente à Assembléia Geral. É formado por 650 representantes de todas as cooperativas do complexo¹⁵⁶.

4.4) Cooperativa ou empresa?

Como já vimos, Singer cita o Complexo Cooperativo de Mondragón como um modelo de cooperação que devemos ter como referência para a autogestão. Nos chama a atenção o fato desse complexo cooperativo funcionar no formato de rede proposto por ele já em seu primeiro artigo: uma série de empreendimentos ligados entre si realizando atividades complementares. Vale lembrar que, para o autor, somente assim a economia solidária seria um modelo alternativo viável ao capitalismo: para resistir à competitividade das empresas capitalistas é preciso que as empresas solidárias se protejam realizando atividades econômicas apenas entre si. Esta é a fórmula que Singer (1996) propõe¹⁵⁷.

Mondragón não é uma referência de como a economia solidária poderia ser apenas para Singer. O complexo cooperativo povoa o imaginário do senso

¹⁵⁶ Fonte: idem.

¹⁵⁷ Neste artigo de 1996 ele define a solidariedade da economia com as seguintes medidas: 1) proteção deste novo mercado: cada empresário compra produtos de empresários deste novo setor da economia; 2) diversidade de produção e de serviços, para que o primeiro princípio possa funcionar; 3) livre competição, para que as empresas solidárias ofereçam produtos de qualidade e em conta; 4) criação de moeda própria, para garantir o aumento dos investimentos no setor; 5) apoio do Estado.

comum, além da de outros acadêmicos¹⁵⁸. Prova disso é sua citação em reportagem do jornal “Folha de S.Paulo”, que toma o Complexo como uma experiência de economia solidária bem-sucedida¹⁵⁹. Contudo, o MCC também é tido como modelo de gestão para os capitalistas que buscam aprimorar a produtividade de suas empresas e indústrias. O episódio que Kasmir (1996) narra quando da sua pesquisa de campo nas cooperativas de Mondragón é salutar para exemplificar:

“Enquanto eu estava em Mondragón, um time de gestores da Polaroid chegou para fazer uma visita guiada às cooperativas. A Polaroid estava considerando oferecer um plano de participação acionária para seus empregados. O guia desses visitantes, um gerente de alta posição no sistema cooperativo de Mondragón, me disse que a missão do time de gestores da Polaroid era o de descobrir se eles poderiam transferir a propriedade sem transferir poderes aos trabalhadores. Os gerentes da Polaroid esperavam encontrar em Mondragón a fórmula certa para manipular os trabalhadores por meio da propriedade acionária” (Kasmir, 1996:8)¹⁶⁰.

Mesmo tomando o Complexo Cooperativo de Mondragón como exemplo, os autores consultados não deixam de criticá-lo. O próprio Singer (2000a) alertou para as suas dificuldades em um seminário sobre a economia dos setores populares realizado em 1999 na UCSAL. Em sua fala, ele problematizou o modelo apontando para o que seria um momento de crise:

¹⁵⁸ Como Johnson e Whyte (1997) e Taylor (1994), por exemplo.

¹⁵⁹ MOREIRA, Marcelo. “Sistema tem força em países da Europa”. IN: Folha de São Paulo, editoria de Dinheiro, 20 de novembro de 1999.

¹⁶⁰ No original: “While I was in Mondragón, a management team from Polaroid arrived to tour the co-ops. Polaroid was considering offering an employee stock option plan to its employees. Their guide, a high-level manager in the Mondragón cooperative system, told me that the team’s mission was to determine if they could transfer ownership without yielding power. The Polaroid managers hoped to find in Mondragón a formula for using ownership to manipulate workers”.

apesar do êxito econômico conquistado pela competência dos gerentes, os trabalhadores estariam “largando mão” do complexo cooperativo. O problema de Mondragón, segundo Singer (2000a), seria o mesmo vivido pela URSS de Lênin: o uso de método tayloristas para aumentar a produtividade e sobreviver em um mundo competitivo. Com uma ressalva: nas cooperativas de Mondragón isso não aconteceria por quaisquer “qualidades diabólicas” da direção ou da gerência, mas por exigência dos próprios trabalhadores, que temem ter seus ganhos rebaixados ou até mesmo ficar sem eles: “A degenerescência – pelo pouco que eu sei sobre esse assunto: precisamos, todos, conhecer muito mais – acontece, quase sempre, mais pela apatia da base do que pela má-fé, ou o que seja, das elites” (Singer, 2000a:158).

Apesar dessas ressalvas, mais à frente, no texto em que Singer vai definir com mais clareza o que é a economia solidária¹⁶¹, ele toma Mondragón como local onde a autogestão ocorreria da melhor maneira na atualidade:

“O que torna Mondragón ainda mais notável é a aplicação coerente dos princípios do cooperativismo a todas estas sociedades: elas não empregam assalariados, a não ser em caráter excepcional¹⁶². Sem ignorar as dificuldades que o cooperativismo de Mondragón enfrenta, é inegável que ele procura realizar a autogestão numa medida que hoje, infelizmente, é difícil de encontrar nas grandes organizações cooperativas” (Singer, 2002b:98).

Mas faz a ressalva:

¹⁶¹ “Introdução à economia solidária”.

¹⁶² Como vimos no início do item 4.3, essa afirmação não é real. Atualmente, apenas 1/3 dos trabalhadores do Complexo Cooperativo de Mondragón são cooperados.

“Os dados disponíveis indicam que a MCC [Mondragón Corporación Cooperativa] está em constante processo de transformação e que a prática autogestionária se encontra sob pressões que se originam do gigantismo e do burocratismo, que se manifestam cada vez mais no funcionamento do grupo. Não obstante, a cultura da economia solidária persiste e possivelmente se enriquece em Mondragón, que se tornou paradigma para cooperadores e estudiosos do mundo inteiro. O exemplo de Mondragón vem inspirando outras iniciativas em outras partes da Espanha e nos Estados Unidos” (Singer, 2002b:105).

O gigantismo e o burocratismo como corruptores do bom funcionamento democrático do Complexo Cooperativo de Mondragón também aparece em Johnson e Whyte (1977): “Tamanho e crescimento, juntos, tornaram impossível manter as relações informais, face-a-face, que podem prevalecer em organizações pequenas” (Johnson and Whyte, 1977:25)¹⁶³.

A preocupação é dividida por Taylor (1994) que atribui as dúvidas sobre a viabilidade de Mondragón enquanto sistema gerido pelos trabalhadores à tensão entre a competitividade e a democracia. É em decorrência dessa dualidade, na qual as cooperativas se inserem no mundo capitalista, que as dificuldades em estabelecer a autogestão de maneira aprofundada aparecem.

O esforço de tornar as cooperativas de Mondragón economicamente viáveis e competitivas teria levado a retórica empresarial a prevalecer, segundo Taylor (1994). Essa estratégia, ao mesmo tempo que tornou as cooperativas mais competitivas:

“... facilitou o deslocamento de objetivos organizacionais coletivamente orientados, tais quais a relativa equidade, a segurança no trabalho, e condições

¹⁶³ No original: “Size and growth together had made it impossible to maintain the informal, face-to-face relations that can prevail in small organizations” (Johnson and Whyte, 1977:25).

de trabalho favoráveis, em troca de objetivos que favorecessem os interesses institucionais de lucratividade e de estabilidade. Mais importante, ajudou a desencadear importantes mudanças no processo político das cooperativas, limitando o escopo de participação legítima e enfraquecendo o controle das bases sobre a identificação de objetivos e meios apropriados” (Taylor, 1994: 460)¹⁶⁴.

A preocupação com o tamanho, com a burocratização e o desvio do projeto original de Mondragón, não é a única a aparecer na bibliografia. Hacker e Elcoribairutia (1987) apontam para outro desafio a ser enfrentado para tornar as cooperativas do complexo mais democráticas e equitativas: a questão de gênero. O estudo das autoras mostra como as mulheres ocupam cargos nas cooperativas que são referentes às pessoas com menos habilidades técnicas. Como os pagamentos têm relação direta com o escalonamento que as cooperativas fazem do nível de habilidade¹⁶⁵ empreendida no trabalho, as mulheres acabam recebendo menos do que os homens. Outra consequência disso é que as mulheres acabam se concentrando nas cooperativas em que o nível de habilidade técnica é menor. É o caso da Fagorelectronica, que produz os componentes eletrônicos que serão usados na fabricação de outros bens manufaturados. Nessa cooperativa, dos 580 trabalhadores, 70% são mulheres. Dessas, 96% atuam em trabalhos avaliados em até 1,5 na escala de habilidade (Hacker e Elcoribairutia, 1987: 365).

¹⁶⁴ No original: “it has also facilitated a gradual displacement of collectively oriented organizational objectives, such as relative equality, job security, and favorable work conditions, for ones that privilege institutional interests of profitability and stability. More importantly, it has helped usher in important changes in the policy-making process itself, limiting the range of legitimate participation and weakening broad-based control over the identification of appropriate objectives and means. Consequently, the future ability of the Mondragón cooperatives to pursue their original vision of developing a viable system of worker management has been placed in doubt” (Taylor, 1994:460).

¹⁶⁵ O nível de habilidade vai de 1 (o menor) a 3 (maior).

O mesmo acontece na Ulgor, responsável pela manufatura de bens da indústria de linha branca. Nela, um quinto dos 2000 membros são mulheres. Dessas, 86% ocupam cargos graduados abaixo de 1,5 na escala de habilidades (Hacker e Elcoribairutia, 1987: 364,365).

As autoras destacam outro problema com relação à eqüidade das mulheres com relação aos homens: na Ulgor, apenas uma mulher, até aquele ano, havia ocupado o cargo de direção da cooperativa; na Fagor, tinha havido um tímido crescimento da participação das mulheres nos cargos de gerência a partir de 1980: três ocuparam esses cargos e duas tomaram parte do Conselho Social, formado por um total de nove membros.

A única cooperativa formada exclusivamente por mulheres em 1969 tinha uma característica peculiar: era a cooperativa das mulheres casadas¹⁶⁶ de Mondragón. A Auzo Lagun, como é chamada, presta serviços de limpeza e prepara refeições para as outras cooperativas do complexo e da região. O único homem que participava dessa cooperativa ocupava, na época da pesquisa das autoras, o cargo de direção.

Apesar de esses dados estarem desatualizados (não encontrei nenhum estudo mais recente dedicado às mulheres em Mondragón), eles apontam para um problema: o da reprodução da mentalidade das empresas capitalistas nas cooperativas mais de trinta anos após seu surgimento. Mesmo após uma geração ter sido formada no complexo cooperativo, o mesmo descrédito é dado pelas empresas e pelas cooperativas à capacidade das mulheres em realizar tarefas de maior nível de complexidade. Também aparece em Mondragón, o

¹⁶⁶ Hacker e Elcoribairutia (1987) explicam que as mulheres casadas de Mondragón tendem a ocupar cargos com nível de habilidade e ganhos menores do que as mulheres solteiras. O contrário aconteceria com os homens.

mesmo problema enfrentado por mães de família nas empresas e na sociedade capitalista: à mulher é atribuída a função do cuidado na família e o compartilhamento das responsabilidades sobre os filhos é praticamente inexistente, legando-as, muitas vezes, ao espaço do lar.

Hacker e Elcoribairutia (1987) concluem, com sua pesquisa sobre a condição das mulheres nas cooperativas de Mondragón, que “a ideologia da democracia do local de trabalho nas cooperativas é ofuscada pela estratificação ocupacional baseada no acesso ao conhecimento tecnológico e às habilidades e por uma divisão tradicional do trabalho baseada no gênero” (Hacker e Elcoribairutia, 1987:364)¹⁶⁷.

Cabe aqui, uma nota: ainda que a primeira cooperativa do complexo de Mondragón tenha sido formada por 24 homens e 2 mulheres, a primeira escola técnica aceitava apenas homens em suas salas de aula. Além disso, a maior parte das mulheres bascas se forma nos campos tradicionais de saúde e educação (Hacker e Elcoribairutia, 1987:361-363), as áreas que podemos relacionar ao cuidado.

Apesar das críticas pontuais e dos desvios democráticos que apontam, os autores não colocam em xeque o caráter autogestionário do Complexo. O único autor da bibliografia consultada que não vê Mondragón como uma experiência de autogestão é Hindmoor (1999). Ele chega até mesmo a contestar o cooperativismo do complexo. Para ele “Mondragón, na verdade, não pode nos dizer muito sobre a viabilidade das cooperativas. Isso, porque

¹⁶⁷ No original: “A democratic workplace ideology in cooperatives is offset by occupational stratification based on Access to technological knowledge and skills and by a traditional gendered division of labour” (Hacker e Elcoribairutia, 1987:364).

Mondragón depende dos resultados da economia capitalista da qual faz parte” (Hindmoor, 1999:218).

Hindmoor (1999), mesmo duvidando do caráter cooperativo do complexo de Mondragón, atribui o sucesso de suas empresas à cultura basca. Essa visão é consensual na bibliografia que trata do tema¹⁶⁸. Johnson e Whyte (1977) vão destacar três características culturais do povo basco como fundamentos do sucesso das cooperativas: o espírito empreendedor, a dedicação ao trabalho e o espírito associativo. Dizem os autores que, enquanto no restante da Espanha o trabalho manual era mal visto e havia distinções sociais bem marcadas, os bascos teriam orgulho do trabalho manual e se considerariam, todos, pertencentes à mesma classe social. O fato de serem todos de nacionalidade basca já atribuiria a todos, um caráter de nobreza. Os autores apontam, também, para um sentimento de solidariedade e de confiança que os bascos teriam uns para com os outros e diz que esses sentimentos foram reforçados pelas instituições criadas pelo Complexo Cooperativo de Mondragón.

Hindmoor (1999) aposta em mais um fator para o sucesso das cooperativas bascas: o estabelecimento do princípio da não-retirada dos fundos individuais dos cooperados. Explico. Além da retirada mensal, os cooperados e cooperadas acumulam um fundo individual. Este fundo é parte dos rendimentos totais obtidos pela cooperativa, mas ele só poderá ser resgatado por um de seus membros no momento da aposentadoria. A vigência dessa regra faz com que os cooperados passem a considerar a sua presença na cooperativa a longo prazo e elimina os riscos de haver, em Mondragón, alta

¹⁶⁸ Johnson and Whyte (1977), Taylor (1994), Hacker e Elcoribairutia (1987) e Itçaina (2002), por exemplo.

rotatividade e insegurança na viabilidade da empresa – já que, sem essa regra, os membros da cooperativa poderiam resgatar seus fundos quando bem entendessem deixando-a descoberta para manutenção, investimentos etc.

Outros fatores, como o apoio do governo franquista ao projeto do padre Arizmendieta, o projeto de industrialização nacional que adota políticas protecionistas na Espanha e a internacionalização dos negócios, podem ser apontados como responsáveis pelo sucesso econômico das cooperativas de Mondragón (Kasmir, 1996).

Além disso, Kasmir (1996, 1999) acredita que um dos principais fatores de sucesso de Mondragón seja sua integração ao processo de reestruturação produtiva: a autora defende que, a partir de 1973 houve uma “promoção sistemática e internacional da cooperação” (Kasmir, 1996: 4). Coincidência ou não, foi em 1973 que as cooperativas de Mondragón foram apresentadas pela primeira vez para uma audiência internacional: Kasmir (1996) conta que foi o sociólogo britânico Robert Oakeshott's, com o artigo “Mondragón: Spain's Oasis of Democracy”, de 1973, que fez as cooperativas de Mondragón ganharem a atenção do mundo.

Apesar de não negar o sucesso econômico dessas cooperativas, a autora contesta o seu caráter democrático e desconstrói o que ela diz serem mitos fundadores do complexo. Ela critica, principalmente, as visões que defendem o caráter apolítico do MCC e da ação fundadora do padre Arizmendiarieta. As cooperativas de Mondragón, para Kasmir (1996), são retratadas pela bibliografia como tendo superado o conflito entre trabalho e gerência e como livres de envolvimento político e ideológico. É essa visão sobre o complexo que permite ver essa experiência como transportável para

outros lugares do mundo, pois, por meio da descontextualização da experiência cria-se um mito a partir do qual se abre a possibilidade para que todos possam alcançar o mesmo sucesso de Mondragón, a despeito das especificidades locais.

Todo o problema é que Kasmir (1996) não encontrou na bibliografia que investiga a experiência de Mondragón, discussões que levem em consideração o envolvimento do ETA (Euskadi Ta Askatasuna)¹⁶⁹ e dos sindicatos locais com o complexo cooperativo e com a comunidade. Também considera importante a ausência da ligação do grupo Ação Católica, ao qual pertencia o padre Arizmendiarieta, ao Partido Nacionalista Basco, atual opositor do ETA e, à época, funcionando com o aval de Franco. É por esses silenciamentos que a bibliografia transformaria Mondragón em uma utopia: para a autora, isso tudo levaria a uma concepção de autogestão em que as cooperativas gerariam por elas mesmas o socialismo, sem haver interferência do Estado ou ação da classe operária.

A visão de Kasmir (1996, 1999) fica mais clara quando entendemos o contexto da fundação da primeira cooperativa, no qual ela tanto insiste: Mondragón era uma região formada por operários e de tradição socialista¹⁷⁰. Para gerar estabilidade na região, após a Guerra Civil Espanhola, a igreja católica, que, vale lembrar, apoiava o regime franquista, vai construir um

¹⁶⁹ Euskadi Ta Askatasuna é o nome em Euskera de uma das facções do movimento autonomista basco formado nos anos de 1960. O ETA tem como objetivo recuperar, via luta armada, a autonomia e a independência perdida pelos bascos na Guerra Civil espanhola (1936-1939). A tradução para o português é “Pátria basca e liberdade”.

¹⁷⁰ “The Basque proletariat became self-conscious in this way at the end of the nineteenth century, after the development of a modern steel industry, when workers formed social and cultural clubs and joined syndicates and political parties. They also began to bridge class and national identities, especially in Mondragón, where the socialist and nationalist party Acción Nacionalista Vasca was strong” (Kasmir, 1996:91).

projeto de ação política e social com o objetivo de amenizar o problema da luta de classes. Esse projeto político é compartilhado pelo PNV, o Partido Nacionalista Basco, que buscava construir um discurso sobre o caráter igualitário da nação basca como maneira de forjar a identidade nacional sem, com isso, se aproximar do discurso socialista (Kasmir, 1996:70).

A cidade de Mondragón tinha orientação socialista e era intenção do padre e do PNV transformar a composição social da região: de uma área composta basicamente por operários ativistas, em uma cidade de pequenos proprietários que evitariam o conflito de classes. Ambos vão apostar no empreendedorismo como meio de atingir o progresso nacional. Seus empresários eram os cooperados e logo eles passaram a se diferenciar do restante da classe trabalhadora local (Kasmir, 1996:73). A autora comprova isto mostrando que, em 1974, em uma greve da empresa Unión Cerrajera em reação à crise econômica, os cooperados não manifestaram seu apoio aos trabalhadores.

Kasmir (1996) entende que os cooperados não se vêem enquanto parte da classe trabalhadora de uma maneira geral porque não compartilharam das mesmas experiências: os cooperados não enfrentaram os mesmos problemas materiais, derivados da crise econômica, que os operários regulares. Não passaram por essas e outras experiências de insegurança e incerteza – por causa do sucesso que tiveram em enfrentar a crise, como já foi dito acima - e, por isso, não construíram, com eles, um sentimento de pertencimento a uma mesma classe.

Isto posto, cabem aqui algumas considerações sobre o projeto autogestionário de Mondragón. Pela bibliografia consultada, o que podemos

perceber é que o movimento cooperativista de Mondragón é o inverso ao proposto pelo projeto de economia solidária de Singer, por questões culturais. Não quero reafirmar nem refutar a análise culturalista dos autores que entendem que as práticas locais são homogêneas e conformam uma espécie de estrutura de sentimentos por meio da qual todos os indivíduos agem da mesma maneira. Esta é uma discussão dentro da Antropologia cuja profundidade este trabalho não pretende alcançar. O que quero, ao destacar essa questão, é chamar a atenção para a construção do argumento: enquanto na experiência de Mondragón é a cultura participacionista e solidária do povo basco que conforma as cooperativas, na proposta de economia solidária de Singer, o caminho é inverso. Ou seja, para esse autor, é o trabalho autogerido que criaria os germes para a formação de uma cultura democrática capaz de extrapolar o espaço do trabalho.

Essa observação implica em outra: a democratização de outras esferas da vida que não a do trabalho, não está posta para Complexo Cooperativo de Mondragón, a não ser na questão da equidade de gênero. A autogestão é discutida, portanto, no sentido restrito porque não engloba um projeto mais amplo de transformação das outras esferas da sociedade. A questão central é que, no caso de Mondragón, a autogestão se dá enquanto um projeto de sustentação de um Estado autônomo e independente, o Estado Basco. É essa a transformação de ordem política pela qual eles lutam na atualidade. Nesse sentido a pergunta que se coloca é: é possível construir um projeto de autogestão, ainda que restrito ao universo do trabalho, sem que ele envolva um projeto político e identitário diferente do da transição para o socialismo?

Outro ponto que podemos destacar, relacionado com esse, é que quando Kasmir (1996) mostra a diferenciação que se construiu entre os operários de empresas regulares e os cooperados, acredito que ela queria salientar o fato de que a trajetória, ou seja, a experiência vivida individual e coletivamente é definidora de uma determinada visão de mundo, que vai conformar as ações e o imaginário político de um determinado grupo.

Isso é importante para pensarmos, no caso brasileiro, nas diferentes experiências de autogestão e em sua viabilidade: esse fator influencia ou faz alguma diferença no caso das cooperativas construídas pelo Movimento dos Sem-Terra em relação às cooperativas construídas a partir de políticas públicas – muitas vezes a partir de um grupo em que as pessoas não se conheciam? Em que medida o fator identidade¹⁷¹, que não é levantado por Singer, deveria ser colocado em questão para a construção de um projeto político que englobe a totalidade dos trabalhadores, em um momento em que a classe trabalhadora se encontra organizacional e ideologicamente fragmentada?

Neste capítulo, apresentei as experiências dos Pioneiros de Rochdale e do Complexo Cooperativo de Mondragón para que pudéssemos entender em que medida elas podem ser tomadas como exemplos da construção histórica do projeto de economia solidária proposto por Singer.

Um primeiro problema da continuidade histórica que pode ser identificado é a diferença de contexto em que se localizam cada uma dessas

¹⁷¹ Aqui refiro-me à identidade como identificação e não no sentido antropológico da palavra.

experiências. No caso da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, ela é fruto de uma conjuntura em que o movimento operário se constituía e o socialismo ganhava força e se desenhava. A experiência do século XIX aparece em um cenário de fome e miséria generalizados e quando o embate entre trabalhadores e capitalistas era pouco regulado. A forte repressão aos movimentos de ação direta, como o ludita, e depois aos sindicatos, encurralou o movimento operário e o levou a buscar alternativas de luta por melhores condições de vida embasadas em um viés reformista. O cooperativismo ganhou força, nesse período, por uma combinação de elementos em que a repressão e o cartismo tiveram um papel importante. A luta do cartismo por direitos políticos e por maior participação nas tomadas de decisões se cristalizou como possibilidade real nas cooperativas. Por meio delas, ao menos no plano da produção, era possível ter controle sobre a tomada das decisões.

Ao mesmo tempo, a organização do trabalho em cooperativas era uma maneira viável de combater a fome e a miséria, na medida em que criava oportunidades aos trabalhadores que formavam o exército industrial de reserva. Mas, naquele contexto, o que predominava eram as cooperativas de consumo. Eram clubes de troca solidária que se formavam entre os pequenos produtores (artesãos ou agricultores) para possibilitar o acesso a produtos com menos custo e, ao mesmo tempo, manter essas pequenas produções ativas. O que quer dizer que não necessariamente a organização do trabalho tornou-se mais democrática. A própria Sociedade dos Pioneiros se constitui dessa forma e, quando deu início a uma experiência com cooperativas de produção, teve uma série de problemas e foi criticada pelo movimento cooperativista por se

afastar de seus princípios. Vale lembrar que, o movimento organizado que apoiava o cooperativismo, o sindicalismo, se afastou dessa luta.

Ao contrário da Sociedade dos Pioneiros, o Complexo Cooperativo de Mondragón começou por iniciativa do movimento organizado da Igreja católica e sem a repressão do Estado. O objetivo também era o de gerar trabalho e renda aos miseráveis – agora, em uma região da Espanha -, mas a experiência se constituiu como um projeto de arrefecimento da luta de classes na região e uma maneira de promover a estabilidade e o equilíbrio de forças entre capitalistas e trabalhadores. A retórica socialista parece ter sido incorporada com o tempo, por meio da luta pela independência do país basco.

Apesar de o MCC ser uma experiência mais próxima, temporalmente, do projeto de economia solidária, pudemos notar como o contexto espacial dota-o de uma especificidade que nos leva a questionar em que medida ele é uma experiência que pode ser replicada. A constituição de uma base industrial e de uma economia sólidas parecem se tornar elementos que justificam a autonomia basca frente à Espanha. O Complexo, em Mondragón, mais do que conformar uma nova sociedade, é, para eles, símbolo de uma sociedade que já se organiza de maneira diferenciada. É um elemento de afirmação da identidade basca.

Para além disso, o que se questiona é em que medida podemos dizer que o MCC reproduz práticas de autogestão e se coloca como exemplo para o projeto de Singer se, como vimos, apenas 1/3 dos trabalhadores vinculados ao ele são cooperados e, a partir da década de 1990, deram início a um processo agressivo de internacionalização dos negócios. Singer, assim como outros

autores, como vimos, resolvem o problema da degeneração do MCC com a crítica ao seu gigantismo. Mas não seria este um falso problema?

Considerações finais

O percurso percorrido até aqui teve o intuito de mostrar como se deu a elaboração do projeto de economia solidária de Paul Singer, recuperando as principais teorias e práticas que o influenciaram. Neste espaço, sintetizo e problematizo os elementos apontados ao longo do texto que considero serem fundamentais para o entendimento do processo de concepção e desenvolvimento desse projeto no pensamento do autor.

Para melhor entender a visão de Singer sobre a economia solidária, busquei apresentar seus principais argumentos em uma ordem cronológico-temática. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que seus argumentos foram expostos seguindo uma linha temporal de ordem crescente, eles foram organizados a partir de um recorte temático por mim elaborado. Apesar de arbitrária, essa divisão em temas traz a vantagem de dar destaque às principais preocupações do autor e de mostrar a partir de quais elementos ele construiu seus argumentos.

Foram cinco os temas que extraí dos textos de Singer para reorganizar seus argumentos: 1) luta contra o desemprego; 2) continuidade histórica da luta dos trabalhadores; 3) formas de organização e riscos de degeneração dos empreendimentos econômicos solidários; 4) novo modo de produção; 5) autogestão.

Foi somente a partir dessa organização que pude compreender que as nuances que apareciam nos argumentos do autor decorriam do fato de a economia solidária, em seus primeiros textos, se apresentar mais como prática do que como objeto de discussão teórica. Apesar de Singer tê-la defendido,

desde o início, como um projeto político, a categoria economia solidária ganha força e consistência à medida que o autor a associa a uma discussão teórica, a partir do socialismo utópico e da autogestão, e a uma prática histórica, tomando como exemplos a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale e o Complexo Cooperativo de Mondragón.

Quero dizer, com isso, que em seus dois primeiros textos, Singer pensa um projeto de economia solidária que é uma política de Estado de enfrentamento ao desemprego, ao passo que, nos textos seguintes, esse projeto ganha uma concepção política ampliada.

No caso dos dois primeiros textos, a produção autônoma em micro-empresendimentos foi apresentada como a saída ideal para aqueles que não encontram trabalho. Para que a iniciativa desse certo, além do apoio do Estado no que diz respeito ao financiamento do negócio, esses novos produtores autônomos deveriam formar uma rede de solidariedade, só comprando e vendendo entre si. Essa, para Singer, seria a única maneira de sobreviver em meio ao mercado competitivo. A solidariedade aparece, aqui, como uma estratégia racional de sobrevivência.

Mas, a partir do momento que Singer introduz a discussão sobre o movimento operário do século XIX e defende a continuidade histórica entre o cooperativismo daquela época e o realizado no final do século XX, no Brasil, o seu projeto ganha uma nova dimensão política. De um projeto reativo, que visava amenizar ou superar – ainda que a longo prazo – os altos índices de desemprego, o desenvolvimento da economia solidária passa a um ser um projeto político combativo, vinculado a uma tradição de luta operária fortemente inspirada nos ideais utópicos e socialistas.

Singer estabelece a economia solidária como uma estratégia de luta em um contexto em que a alternativa socialista se encontra enfraquecida pela ideologia neoliberal e pela fragmentação da classe trabalhadora. Quando o autor passa a defender que a economia solidária é uma continuidade do movimento operário do século XIX, ele coloca, no plano discursivo, a luta pelo socialismo no presente histórico. Oferece, assim, um projeto político para toda a classe trabalhadora e não mais apenas para os desempregados.

A economia solidária passa a ser, em seus textos, um projeto que unifica as demandas da classe trabalhadora na luta pela emancipação de toda e qualquer forma de dominação e autoritarismo, a começar pela esfera do trabalho. É assim que, em seu pensamento, a economia solidária atualiza a luta socialista e se coloca como um caminho para empreendê-la.

O resgate do movimento cooperativista do século XIX em sua argumentação faz sentido quando nos lembramos que o Brasil não teve um movimento cooperativo forte vinculado a uma plataforma de resistência e de contestação ao capitalismo. Como vimos no primeiro capítulo deste texto, pelo contrário, o cooperativismo do país, até o final da década de 1980 – quando, em meio à crise, teve início a transformação de fábricas em processo falimentar em cooperativas -, tinha um caráter conservador e era predominantemente rural. Não servia como exemplo, portanto, a um projeto político que tem como preocupação central a transformação social e no qual o cooperativismo torna-se protagonista. Pois da definição genérica de que a economia solidária seria formada por micro-produtores, presente em seus dois primeiros textos, chegamos à afirmação de que a cooperativa de produção é o empreendimento ideal da economia solidária.

A passagem não se dá de maneira automática. Ela é construída por meio da percepção da continuidade histórica entre o movimento cooperativista do século XIX e as cooperativas atuais, e é um dos elementos que Singer vai inserir em sua argumentação para dar solidez ao seu projeto. Quando Singer toma conhecimento das iniciativas dos sindicatos e da sociedade civil, como nos casos apresentados na “Introdução” desta dissertação, ele entrevê a possibilidade da construção de um movimento de economia solidária puxado pela experiência das fábricas-cooperativas e das cooperativas populares.

À medida que a economia solidária passa a ganhar novos contornos, Singer realiza um esforço de imersão em uma discussão teórica sobre o socialismo para fundamentar o argumento de que a economia solidária é um novo modo de produção que levará à superação do capitalismo.

As mudanças na sua argumentação vão ser construídas no período que vai de 1998 a 2000, com base nos seguintes elementos: o resgate do movimento operário do século XIX; autogestão como sinônimo de uma organização democrática e igualitária do trabalho; preocupação com a degeneração das cooperativas; o cooperativismo como modo de produção inserido no capitalismo.

Nesse percurso, que resulta na definição da economia solidária como um novo modo de produção, da cooperativa de produção como seu empreendimento solidário ideal e da autogestão como princípio organizador, as experiências da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale e do Complexo Cooperativo de Mondragón vão aparecer como exemplos do projeto de economia solidária e dar seguimento à idéia segundo a qual ela é a continuidade das lutas dos trabalhadores do século XIX. Os dois exemplos, um

relativo ao século XIX e outro contemporâneo, vão cumprir o papel de comprovar a viabilidade do projeto de Singer.

No caso da Sociedade dos Pioneiros, Singer elenca os princípios cooperativos que guiavam a experiência para indicar qual seria a forma ideal de gestão de um empreendimento solidário. Para que ele tenha sucesso, é necessário que siga esses princípios. O autor realiza essa transposição apesar de: 1) esses princípios emergirem de um contexto específico e serem relativos a práticas sociais, econômicas e políticas próprias de uma conjuntura também específica e; 2) terem sido pensados para uma cooperativa de consumo, e não de produção ou de trabalho, além de, não terem sido pensados para o campo da divisão do trabalho e da produção nem para a quebra das hierarquias na organização da produção.

Cabe questionar se esses princípios dos Pioneiros de Rochdale, que inspiraram os princípios do cooperativismo contemporâneo, não se restringem à uma prática democrática que não toca, a fundo, a questão da relação de dominação que o capital exerce sobre os trabalhadores. Afinal, o princípio “um sócio, um voto” era reflexo da luta por maior participação política no governo.

A Sociedade dos Pioneiros foi organizada a despeito da organização social do trabalho nas indústrias, e dizia respeito aos artesãos excluídos ou resistentes à entrada nas fábricas. O clube de troca tinha a função de tornar seus produtos vendáveis já que, com a produção em massa e a diminuição do tempo e dos custos da produção, a competição com os produtos industrializados deixava esses produtores cada vez mais excluídos do mercado.

Acredito que esse pode ter sido um dos fatores que levou o movimento sindicalista a se afastar do movimento cooperativista. Ambos nasceram em meio à Revolução Industrial - processo no qual os artesãos perderam a propriedade dos instrumentos de produção e dos produtos de seu trabalho, além da habilidade técnica e do conhecimento para produzir um produto -, e, com o tempo e o desenvolvimento do socialismo teórico, as demandas de um e de outro movimento se diferenciaram.

Passado o intervalo geracional entre o início da manufatura e a consolidação da grande indústria, os antes aprendizes de artesãos tornaram-se operários, especializaram-se em uma função e perderam o conhecimento do processo geral de produção. Suas reivindicações são, nesse período, pela melhoria das condições de trabalho, diminuição da jornada e aumento dos salários. Lutavam, também, como parte do movimento socialista nascente, pela emancipação da subordinação a que estavam submetidos, pelo fim do capitalismo e pela superação das classes.

É nesse momento que os ideais de autonomia do movimento sindicalista e cooperativista se encontram e unem forças. Mas só o fazem por tempo suficiente para que as experiências cooperativas mostrassem não serem capazes de incluir todos em seu projeto. Como espero ter demonstrado no Capítulo 4, as cooperativas do século XIX não eram acessíveis a todos os trabalhadores. Apenas os pequenos produtores ou detentores de algum capital podiam participar como sócios.

Assim como Singer destacou o problema enfrentado pelas cooperativas atuais formadas pelas ITCP's - que não possuem capital acumulado e se transformam, por isso, em potenciais cooperativas que se degeneram -, no

caso do cooperativismo do século XIX, como vimos, aqueles que não tivessem a posse dos meios de produção ou um pedaço de terra, dificilmente se tornavam sócios de uma cooperativa de consumo¹⁷².

Com essas ponderações, procuro mostrar como é problemática a apropriação que Singer faz dos elementos de uma experiência que tem quase dois séculos de diferença em relação ao seu projeto de economia solidária. A continuidade que o autor atribui às duas experiências acaba por deixar de lado as especificidades históricas de cada período.

Com a narrativa que ele cria para justificar seu projeto de economia solidária, ele torna menores aspectos que considero fundamentais para pensarmos na transformação da sociedade. Dispensa, por exemplo, a análise da disputa do poder e de sua composição no universo capitalista. A relação de dominação de classes que se realiza no Estado capitalista não aparecem em sua discussão. É assim, por exemplo, que o neoliberalismo, materializado em decisões políticas ou como ideologia incorporada no discurso e na prática dos indivíduos, some de cena na discussão da economia solidária. Esse projeto aparece, em seu discurso, em um cenário de crise econômica e em que a esquerda buscava uma nova alternativa ao capitalismo.

Também foi em meio a uma crise econômica e à construção de um projeto alternativo ao capitalismo que o movimento cooperativista inglês surgiu em meados do século XIX. As crises, sem as especificidades históricas que as definem e explicam, formam um modelo que permite o transporte das experiências do passado para o presente sem que haja a necessária

¹⁷² Com raras exceções de cooperativas-fábricas, de produção, portanto, como as citadas apenas por Marx em seu artigo “Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores”, de 1864” – mas que não foram citadas na bibliografia consultada.

contextualização histórica. Esse mesmo expediente de transposição, Singer realiza com a experiência de Mondragón (Espanha), quando a toma como exemplo da vigência da economia solidária em um contexto atual.

Nesse caso, o tratamento dado pelos teóricos ao Complexo Cooperativo de Mondragón como uma experiência descontextualizada, como avalia Kasmir, a despeito de suas especificidades históricas e locais. Não permite, portanto, a compreensão dos principais elementos que, em combinação, permitiram a constituição e desenvolvimento dessa experiência.

A avaliação de Kasmir, com a qual concordo, nos mostra como elementos de análise importantes para compreendermos o complexo e sua história ficam de fora quando não os relacionamos, por exemplo, com a luta pela autonomia do povo basco e com a ligação da primeira cooperativa formada em Mondragón com o Partido Nacionalista Basco, apoiado pela Igreja católica espanhola e pela ditadura franquista – o que para a autora explica, em grande parte, porque o projeto cooperativista não foi combatido pelo governo central.

Assim, não fica claro que a primeira cooperativa que dá origem ao complexo fazia parte do projeto do grupo “Ação Católica”, de arrefecer a luta de classes em uma região da Espanha que era conhecida pela resistência operária. Também não fica claro que, o sucesso da primeira cooperativa e sua transformação em complexo combinados ao recrudescimento da luta pela independência do país Basco tornam essa experiência um componente da construção da identidade basca e um pilar estratégico da autonomia econômica da região até os dias de hoje.

A ausência da discussão sobre o Estado e os mecanismos de poder que compõem a sociedade é, como vimos no Capítulo 3, o elemento que aproxima Singer do pensamento dos socialistas utópicos. Apesar de serem críticos da sociedade capitalista em formação, Saint-Simon, Fourier e Owen não desenvolveram uma teoria que desse conta de entender o jogo de forças posto em cena na sociedade capitalista. Engels atribuiu essa falha no pensamento dos autores, ao fato de estarem vivenciando a maturação do capitalismo e da classe trabalhadora e não terem elementos suficientes, portanto, para compreendê-la em sua plenitude.

Além da ausência da discussão sobre o Estado, outros dois elementos aproximam o pensamento de Singer ao dos utópicos: a idéia de que a transformação se dá por uma dinâmica que tem origem na sociedade, sem tocar na relação entre as classes, e a ausência do partido ou de outra instituição como mecanismo de direção de um movimento de mudança.

Acredito que esses dois elementos sejam os responsáveis, inclusive, pela ausência da discussão sobre o Estado em Singer. Ao adotar a perspectiva utópica de que a transformação social se dá de maneira gradual e espontânea através da organização da sociedade - como faziam os utópicos ao pensar nas sociedades cooperativas ou nos falanstérios e, em particular, Owen, com sua concepção sobre o papel transformador da educação, bastante semelhante à de Singer -, o autor realiza o mesmo movimento que Barbosa de Castro (2003) atribui ao projeto cutista a partir do momento em que adota a economia solidária como bandeira de luta: deixa de lado a perspectiva classista que embasava seus debates e ações e assume o discurso neoliberal segundo o

qual o Estado é ineficiente e a sociedade civil também deve assumir a responsabilidade de gerar trabalho e renda.

Barbosa de Castro (2003) avalia que a CUT e os autores que defendem a economia solidária como um projeto político de transformação social – entre eles, Singer -, acabam por se afastar da perspectiva classista do movimento operário, formada pelo que ele chama de “utopia política do trabalho”. Para ele, essa corrente do movimento operário, que se tornou hegemônica a partir do final do século XIX, atribuía à classe trabalhadora o estatuto de sujeito social e político emancipador, entendendo o conflito entre as classes como o mecanismo propulsor que levaria a classe trabalhadora a lutar pela conquista do Estado. O controle do Estado pelos trabalhadores seria, assim, o meio necessário para modificar a ordem vigente e construir a sociedade socialista (Barbosa de Castro, 2003:13).

Para o autor, a diferença entre a “utopia política do trabalho” e a perspectiva da CUT e dos autores que entendem a economia solidária como um projeto transformador reside:

“(i) na negação da política (ou pelo menos da grande política) e, portanto, da luta de classes enquanto meio central da transformação social; (ii) na negação da centralidade do Estado, enquanto agente transformador; e, (iii) na negação da solidariedade e identidade de classe dos trabalhadores, enquanto principal mecanismo de constituição dos sujeitos da transformação” (Barbosa de Castro, 2003: 92).

Esse autor nos chama a atenção, portanto, para o fato de que as iniciativas de associativismo que tiveram início no Brasil na década de 1970 com a CEB's, já adotavam uma perspectiva que considerava a sociedade civil

como instância promotora da emancipação social. É essa mesma representação da sociedade civil, que para o autor oculta as diferenças de classes existentes e a luta entre elas, que a CUT teria passado a adotar, a partir do 6º CONCUT, realizado em agosto de 1997, quando passou a defender que outros atores sociais deveriam assumir a responsabilidade sobre a elaboração, implementação e eficácia das políticas públicas do país (Barbosa de Castro, 2003: 119). A partir dessa perspectiva, entendo que o projeto político de economia solidária de Singer defende que a sociedade civil organizada em cooperativas levará à transformação gradual da sociedade, sem a necessidade de direção por um partido e sem a necessidade de uma ruptura política.

São esses elementos, a discordância com a tese da ditadura do proletariado e a negação da revolução política, somados ao silêncio sobre a luta de classes na sociedade civil (que atravessa o Estado, como veremos), que leva Singer a não realizar uma discussão sobre o papel do Estado na sociedade capitalista.

É a partir dessa perspectiva que a defesa da autogestão ganha um destaque especial nos textos de Singer. É ela quem vai ditar a forma de organização da sociedade e que vai se colocar como a única forma de realização, a longo prazo, de uma revolução social que leve ao socialismo. A partir do momento em que o autor assume a economia solidária como um novo modo de produção, ele apresenta a autogestão como elemento explicativo para a transição que ela teria em germe.

Sua defesa da democracia, da igualdade e contra as formas de autoritarismo pode também ser compreendida por sua história de vida marcada

pelo Holocausto, pela participação em um movimento sionista socialista e pela militância no PSB, que se posicionava contrário ao stalinismo e aos comunistas, como vimos no Capítulo 2. Em sua militância política, Singer sempre se aproximou de grupos políticos que defendiam esses valores. E esse compromisso se traduziu em sua proposta socialista.

Assim, são os princípios da autonomia e da autodeterminação que parecem atrair o autor nessa discussão, pois, a autogestão generalizada permitiria a existência de uma sociedade em que não houvesse dominantes e dominados em todas as esferas da vida.

Mas, como vimos na Capítulo 3, há três correntes principais que disputam o significado teórico e prático da autogestão: 1) a reformista, que defende a prática da participação como condição suficiente para a formação de uma sociedade autogerida; 2) a anarquista, para a qual os meios utilizados para alcançar a sociedade socialista devem ser adequados aos princípios que essa sociedade deve possuir – os da igualdade, solidariedade e autodeterminação, por exemplo -, o que quer dizer que os métodos pensados para alcançar a sociedade socialista devem ser embasados por esses princípios; 3) a revolucionária, defensora da idéia de que a sociedade socialista deve ser autogerida e, portanto, autodeterminada, o que só será possível, no entanto, com a tomada do poder político pela classe trabalhadora.

O projeto de economia solidária de Singer se assemelha, portanto, às duas primeiras vertentes que propõem a autogestão: a reformista e a anarquista. No primeiro caso, porque defende a autogestão como uma maneira de ampliar a participação dos trabalhadores nos processos de decisão: primeiro na esfera do trabalho e, depois, na sociedade, mas, vale lembrar, não

é dado destaque à participação dos trabalhadores na esfera política. No segundo caso, porque, para Singer, a autogestão se dá de maneira espontânea, sem a direção de um partido ou sindicato para as lutas dos trabalhadores. Essas instituições aparecem como colaboradoras do projeto, da mesma maneira que o Estado se coloca como seu financiador. A aproximação com a vertente anarquista da autogestão também pode ser percebida pela preocupação que o autor demonstra com os princípios de liberdade e autonomia, que são tanto frutos de sua história pessoal, quanto de sua formação política, nas quais a postura contra o autoritarismo sempre esteve presente.

Ao mesmo tempo em que se aproxima das vertentes reformista e anarquista, Singer se afasta da terceira vertente, a revolucionária. Esta última defende que a autogestão, por si só, não sustenta uma transformação sendo necessário que o Estado capitalista seja modificado. Esta leitura da autogestão é a que mais se aproxima da concepção de Marx sobre o cooperativismo.

Ao avaliar o movimento cooperativista como um dos dois aspectos compensadores que ele vê no movimento operário após as Revoluções de 1848¹⁷³, no “Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores”, escrito em 1864, Marx alerta para que “o valor dessas grandes experiências sociais” não seja “superestimado” (Marx, 198-:319).

¹⁷³ Marx (198-?) diz que após a derrota das revoluções de 1848, as organizações e publicações do movimento operário foram esmagadas na Europa e seus elementos mais esclarecidos ou fugiram para a nova República formada na América, ou foram levados a trabalhar nas novas minas de ouro na Austrália e na Califórnia com a promessa de ganhar mais e trabalhar menos. “Todos os esforços feitos no sentido de manter, ou de remodelar, o movimento cartista, fracassaram notoriamente; os órgãos da imprensa operária desapareceram um atrás do outro diante da apatia das massas, e, efetivamente, nunca o operariado inglês parecera aceitar tão completamente um estado de nulidade política” (Marx, 198-?:318). Mas houve dois momentos compensadores para o movimento operário após as revoluções. O primeiro foi a aprovação da jornada de trabalho de 10h, o segundo, o movimento cooperativista.

Assim, apesar dos elogios que tece ao movimento cooperativista¹⁷⁴, avalia que ele não levará à transformação alguma se continuar sendo fruto de manifestações isoladas. Para ele, a única maneira de o cooperativismo "salvar" os trabalhadores é desenvolvê-lo em dimensões nacionais e fazê-lo ser incorporado e incrementado por meios nacionais. Mas Marx entende que isso só seria possível após a conquista do poder político pela classe operária, sendo esta, a sua tarefa principal. Enquanto ela não fosse realizada:

"... os senhores da terra e os senhores do capital usarão sempre seus privilégios políticos para a defesa e perpetuação de seus monopólios econômicos. Em vez de a promoverem, continuarão a colocar todos os obstáculos possíveis no caminho da emancipação do operariado" (Marx, 198-: 320).

O elemento da luta política, essencial para Marx pensar a transição, é o elemento que desaparece em Singer. Como vimos no Capítulo 2, ao definir sua concepção de socialismo, o autor se afasta da revolução política e coloca a revolução social como o processo que, por si só, levará à passagem do modo de produção capitalista para o socialista, ou à dominância do modo de produção socialista sobre o capitalista. Cabe retomar os argumentos de Singer

¹⁷⁴ Atribui a Owen ter lançado as sementes do cooperativismo na Inglaterra e diz que o movimento foi resultado da teoria que, apesar de não ter sido descoberta até então, foi proclamada em altas vozes em 1848. "Pela ação, ao invés de pôr palavras, [os trabalhadores] demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria" (Marx, 198-?:319).

a esse respeito, que, entendemos ser a base para a construção da economia solidária como novo modo de produção, para que possamos indicar as possibilidades de crítica à sua formulação de socialismo e à sua proposta de economia solidária.

Singer entende que o modo de produção socialista já existe desde que o capitalismo se confirmou como modo de produção dominante. O autor defende que vários modos de produção coexistem e disputam, entre si, a dominância sobre os outros. Foi assim com o capitalismo, quando existia nos interstícios do feudalismo e se impôs como modo de produção dominante e será assim com o socialismo, tão logo a prática da economia solidária, baseada na autogestão, demonstre aos trabalhadores sua superioridade qualitativa frente ao modelo atual de regulação da economia, da política e da sociedade, modificando as relações sociais por meio da mudança da organização do trabalho na esfera da produção.

Uma primeira crítica que podemos fazer a esta visão de Singer vem de uma discussão da marxista Maria Turchetto (2005), que vai contestar as similaridades entre a transição do feudalismo para o capitalismo e do capitalismo para o socialismo e mostrar as incongruências teóricas geradas por aqueles que baseiam seu pensamento nesse modelo.

A autora explica que o modelo de convivência entre diferentes modos de produção que disputam a dominância, como defende Singer, é nomeado na literatura marxista de “formação social”. Esse conceito busca mostrar que não há modo de produção em estado puro e que, nas sociedades historicamente concretas, há “uma combinação, uma articulação de modos de produção

diversos organizados em torno de uma determinada forma dominante de relações sociais de produção” (Turchetto, 2005:48).

O modo de produção dominante decidiria a posição e a influência dos outros modos de produção, adequando para si suas relações sociais. Dessa forma, o modo de produção dominante conviveria tanto com elementos que constituíam formas produtivas anteriores quanto com elementos que constituiriam futuras formas produtivas. Turchetto (2005) explica que essa análise se aplica para a explicação da transição do feudalismo para o capitalismo por que:

“Junto a este modo de produção dominante, ‘distribuído’ em várias ‘comunidades produtivas’ relativamente fechadas e autosuficientes, os ‘feudos’, podem coexistir e desenvolver-se – nos interstícios de tais ‘comunidades’ e nas produções ‘marginais’ em relação à produção preponderante (agrícola) – várias formas econômicas subordinadas, como o comércio, o artesanato, etc., baseados em diversas relações de produção” (Turchetto, 2005:49).

A autora entende que essa convivência era possível porque se tratavam de duas formas de dominação distintas: enquanto o feudalismo se baseava na exploração extra-econômica dos servos pelos proprietários da terra, o capitalismo se baseava na exploração econômica dos trabalhadores. A passagem de uma forma de produção para a outra se deu justamente porque o capitalismo rompeu com a necessidade da exploração extra-econômica típica do feudalismo.

Isso ocorreu na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas e de novas formas de organização do trabalho expropriou os trabalhadores do domínio sobre a técnica da produção e eles se tornaram incapazes de realizar

sozinhos todas as tarefas necessárias para a produção de um produto. É a partir da subsunção real do trabalho ao capital, portanto, que a passagem do feudalismo para o capitalismo se concretiza.

É justamente a ruptura com a subsunção real que Singer propõe que seja realizada por meio da economia solidária: com a autogestão, os trabalhadores retomariam o conhecimento de todo o processo de trabalho e aboliriam a subsunção real do trabalho ao capital. A subsunção formal, aboliriam no momento em que a propriedade privada dos meios de produção desaparecesse sob a forma da propriedade coletiva da cooperativa ou da empresa autogerida.

Acontece que a transição do feudalismo para o capitalismo, na condição da passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital, é também o que determina a formação de uma divisão social do trabalho tipicamente capitalista. E é a partir do conjunto desses elementos que as relações sociais capitalistas se estabelecem. Cria-se, assim, uma formação social específica, com instituições próprias e um aparato jurídico-legal construídos para que o processo de valorização, central na reprodução do capitalismo, continue em vigor. A valorização, que permite ao capital se auto-reproduzir, é, segundo Turchetto (2005), o diferencial do modo de produção capitalista em relação a outros modos de produção.

É nesse sentido que Turchetto (2005) critica os teóricos da transição que a pensam sem a necessidade do “salto revolucionário”, que ela entende pela tomada do poder estatal por parte de proletariado. Ao ignorar esse passo, tais teóricos defenderiam um processo gradual de mudança, sem marcos de ruptura precisos, e considerariam o socialismo como um modo de produção

estável, que só precisaria se aperfeiçoar para se tornar dominante. Para a autora, o socialismo é a sociedade de transição, e o comunismo, a sociedade em que a mudança estaria consolidada.

Turchetto (2005) defende, a partir do entendimento de que o gradualismo não define marcos de ruptura, que os novos modos de produzir que aparecem no capitalismo são, na verdade, novas formas de consumir, distribuir e de promover a circulação de bens. Essas novas formas, no entanto, “não afetam a estrutura das relações de produção capitalistas, como também (...) não são, de modo algum ‘alternativas’ à sociedade burguesa” (Turchetto, 2005: 26). Isso porque novas relações de circulação, distribuição e consumo só podem ser determinadas por novas relações de produção, ou seja, para ela, o movimento de transformação é contrário ao estabelecido pelas teorias gradualistas.

A permanência da relação de produção capitalista leva à continuidade da divisão social do trabalho capitalista que, por sua vez, reproduz as relações sociais próprias da sociedade burguesa. Isso leva a crer que a transição não pode ser configurada como uma fase de coexistência de modos de produção nem como uma fase de adequação das forças produtivas às relações de produção comunistas¹⁷⁵ já instaladas:

“... a instauração de relações de produção de tipo comunista não é algo que possa de forma alguma preceder à transformação da estrutura material, técnico-organizativa da produção, mas algo que *coincide imediatamente com tal transformação*, está diretamente implicada nela” (Turchetto, 2005: 31).

¹⁷⁵ Como vimos, a autora defende que o comunismo é a sociedade em que a mudança está posta em sua plenitude, e o socialismo é a fase de transição entre o capitalismo e o comunismo.

Trata-se, portanto, de um processo histórico de longa duração, pois, a passagem do capitalismo para o comunismo não se resume à substituição de uma exploração por outra - a extra-econômica pela econômica -, como ocorreu na passagem do feudalismo para o capitalismo. Trata-se, segundo Turchetto (2005) de abolir toda forma de exploração e de divisão em classes. E “o processo de instauração dessas novas formas de sociedade não pode correr ‘ao lado’ do modo de produção capitalista, na medida em que coincide com a eliminação deste último” (Turchetto, 2005:53).

Com isso, o que Turchetto quer demonstrar é que assim como cada modo de produção tem suas especificidades, também a transição de um modo de produção a outro deve ser pensada como diferente da anterior. Nesse sentido, a autora destaca que a dominância do modo de produção capitalista não permite que relações de produção diferentes coexistam com ela. Sua dominância – ela admite que o modo de produção capitalista não existe em estado puro -, é derivada dessa sua característica de auto-reprodução e de resistência à influência dos outros modos de produção. Ao contrário do modo de produção feudal, o modo de produção capitalista não permitiria a existência de interstícios nos quais um novo modo de produção possa se desenvolver, coexistir e disputar a dominância (Turchetto, 2005:53).

Podemos discordar da avaliação de Turchetto de que a tomada do poder do Estado é condição necessária para a passagem de um modo de produção ao outro, assim como do tratamento que ela dá ao socialismo e ao comunismo. Mas sua análise nos traz a possibilidade de questionar a proposta de transição de Singer na medida em que demonstra que a passagem de um modo de

produção a outro não obedece a uma estrutura pré-determinada, e que a dinâmica do processo de transição muda conforme mudam as especificidades do modo de produção dominante.

O modo de produção capitalista coexistiu com o feudal e o superou porque existiam elementos políticos, sociais e econômicos que permitiram essa coexistência e essa passagem. Como Turchetto (2005) nos faz entender, o capitalismo se constituiu, em certa medida, com a ajuda do feudalismo e só se tornou viável porque não disputava, com ele, a mesma forma de dominação. Tornou-se viável, nesse sentido, política, econômica e socialmente, porque a base mercantil, na qual ele se apoiava, necessitava de uma formação social que lhe desse espaço para se consolidar. A burguesia nascente, excluída do universo de obrigações feudais, foi ganhando espaço. E, à medida que novas técnicas de produção e novas formas de organizar o trabalho foram aparecendo, na forma da manufatura e da grande indústria, a produção de mercadorias e as novas relações sociais que ela encetou, tornaram o capitalismo o modo de produção dominante.

Nesse sentido, podemos dizer que sem a presença dessas mesmas condições, não é possível pensar em uma transição que obedeça a mesma lógica da passagem do feudalismo para o capitalismo. Portanto, não é possível afirmar, antes de apresentar uma análise aprofundada, que o capitalismo dá espaço para que outro modo de produção se consolide, coexista e compita com ele. Sua lógica de auto-reprodução, pautada pelo processo de valorização, é o fator que leva o modo de produção capitalista a ocupar todos os espaços e até a incorporar em sua dinâmica formas alternativas de organização da produção, o que pode ser visto no próprio cooperativismo atual, que se insere

no mercado capitalista. O maior exemplo disso é o Complexo Cooperativo de Mondragón, que chegou a constituir empresas multinacionais e reproduz, em outros países, relações de assalariamento típicas do capitalismo, reproduzindo a relação entre proprietários (os cooperados que têm a propriedade coletiva da empresa e de seus lucros) e os trabalhadores assalariados.

Para melhor compreender essa afirmação, é necessário apresentar a discussão que Gaiger (2005) se propôs a fazer sobre a categoria marxista de modo de produção que vai, em um certo sentido, se opor à interpretação de Turchetto (2005). Nessa discussão, Gaiger vai dizer que o espaço para a coexistência de outros modos de produção não existe no capitalismo – ao contrário do que afirmou Turchetto, para quem a convivência existe, mas em uma relação que é subordinada. Essa concepção de Gaiger (2005) nos dá elementos para embasarmos uma segunda crítica ao projeto de Singer.

Gaiger (2005) retoma a definição, proposta por Godelier, entre modo de produção e modo material de produção. O modo de produção só existe se um modo material de produção que lhe seja apropriado estiver consolidado. Com isso, ele quer dizer que para que um modo de produção exista é necessário que haja uma composição dos elementos e das formas materiais de trabalho necessários para a reprodução das condições materiais da existência.

“Esses elementos materiais compreendem as matérias-primas, os meios de trabalho utilizados, as capacidades físicas e intelectuais requeridas, as operações e procedimentos, bem como as combinações entre esses elementos, do que resultam variadas formas de apropriação da natureza” (Gaiger, 2005:2).

Gaiger (2005) explica que modos materiais que produzem bens semelhantes podem se valer de bases técnicas distintas, o que demonstra que “um modo material de produção não existe jamais isolado dos arranjos sociais do processo de trabalho” (Gaiger, 2005:2). Com isso, busca dizer que um modo de produção engendra uma totalidade que agrega as relações sociais ao processo de produção, distribuição, circulação e consumo de bens de produção.

O autor defende que o capitalismo transforma continuamente sua base técnica e realiza, com isso, “o que mais importa num modo de produção: instaura o processo que vem a repor a sua própria realidade, a reproduzi-la historicamente”. Nesse sentido ele entende que não podemos chamar de modo de produção as formas econômicas que não possuam uma estrutura político-econômica como a capitalista, que é capaz de reconstruir, com autonomia, suas relações de exploração e dominação a partir de novas formas de organização do trabalho e da produção.

É isso o que aconteceu, por exemplo, com o fordismo e a acumulação flexível no capitalismo: formaram estratégias distintas de repor o processo de valorização do capital. No caso da acumulação flexível, que interessa a este trabalho por ser um dos fatores que levaram à formação da economia solidária, como vimos no Capítulo 1, ela é composta de formas variadas de organização do trabalho. Em cada uma dessas formas, as relações de produção ganham uma aparência diversa e essa aparência pode nos levar a concluir que se tratam de modos de produção diferentes. Mas a despeito da aparência, essas formas distintas de organizar o trabalho participam de uma mesma estratégia de acumulação capitalista.

O que existe dentro do capitalismo não são, a partir dessa perspectiva, outros modos de produção, mas sim formas sociais de produção atípicas. Gaiger dá como exemplo, a economia camponesa, que apesar de ter uma organização do trabalho própria, mantém contato com a ordem externa das coisas. Em suas palavras:

“O campesinato reproduz-se a si mesmo, mas não a sociedade inteira. Além disso, os sistemas externos de exploração do excedente, com os quais se relaciona, são via de regra mais significativos do que os mecanismos próprios ao seu modo de vida. Não é possível compreender o funcionamento das unidades de produção camponesa sem o seu contexto societário” (Gaiger, 2005:4).

O mesmo princípio vale para a economia solidária. Pois, apesar de ela se basear em relações sociais de produção distintas da economia capitalista, suas inovações se concentram nas relações e práticas internas dos empreendimentos solidários.

Um exemplo que Gaiger (2005) utiliza, são as cooperativas dos assentamentos rurais, que funcionam com uma lógica própria, baseada na propriedade coletiva da terra, mas cuja base técnica não se altera, é a mesma do capitalismo. Além do que, é com os agentes desse modo de produção que eles negociam sua produção. O mesmo vale para as cooperativas de produção que estão vinculadas a cadeias produtivas ou atuam como terceirizadas. Essa falta de autonomia leva Gaiger (2005) a concluir que a emancipação do trabalho proposto pela economia solidária torna-se incompleta.

É nesse sentido, diz ele, que não podemos pensá-la como um novo modo de produção, pois ela não se coloca como alternativa ao capitalismo. A

isso, acrescento: mais do que não se colocar como alternativa ao capitalismo, ela atua como uma das formas de organização de trabalho diferenciadas que contribuem para a sua reprodução. Em tempos de acumulação flexível do trabalho, cooperativas ou empreendimentos econômicos solidários podem ser funcionais ao atuar como terceiras ou se inserirem em uma cadeia produtiva. Participam ativamente, portanto, do processo de reprodução do capital.

Ou ainda, como avalia Gaiger (2005), sofrem uma “subsunção formal inversa”¹⁷⁶ do trabalho ao capital, porque a única maneira dessas formas sociais atípicas sobreviverem, é adotar a base material do capitalismo. Ao fazerem isso, essas formas sociais atípicas são apropriadas, portanto, subsumidas, pelo modo de produção capitalista. É isso o que acontece com a economia solidária:

“Nas condições atuais, os empreendimentos cooperativos autogestionários experimentam uma dupla subsunção à economia capitalista: de um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos, de conteúdo eminentemente utilitário; de outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, os processos materiais de produção por ele introduzidos continuamente, configurando-se com isso uma subsunção formal *inversa*, de uma *base* sobre uma *forma* (...). Essas coerções, naturalmente, cerceiam a lógica econômica solidária, pois a obrigam a conviver com tensionamentos e a

¹⁷⁶ “... do que temos um exemplo cabal nos pequenos produtores rurais integrados à agroindústria. Nesse caso, a forma de produção familiar se reproduz sobre uma base nova, que ela não consegue desenvolver por si própria, sendo então por essa base subsumida, ao contrário do acontecido nos primórdios do capitalismo. Trata-se de uma *subsunção formal inversa*, que deixa as formas sociais atípicas em situação de instabilidade, mas não as descredencia de todo a sobreviverem no interior do modo de produção capitalista” (Gaiger, 2005:7).

conceder em seus princípios; se fossem adotadas sem restrição, terminariam por descaracterizar o que há de específico no solidarismo econômico” (Gaiger, 2005:8, grifos do autor).

Aqui, Gaiger (2005) nos oferece uma explicação mais plausível do que as oferecidas por Singer para entendermos a tendência de degeneração das cooperativas. Se para Singer as cooperativas degeneram por causa do tamanho que alcançam – o que as burocratiza -, ou por que seus sócios se preocupam em efetuar retiradas maiores - e por isso contratam trabalhadores especializados assalariados, responsáveis pelas decisões -, o texto de Gaiger (2005) nos encaminha para concluirmos que essas são falsas questões.

Quero dizer com isso que ao demonstrar que as iniciativas de economia solidária, no presente, continuam integradas ao modo de produção capitalista e são por ele apropriadas, Gaiger (2005) nos aponta para o real problema que leva as cooperativas e os empreendimentos econômicos solidários à degeneração. Sem se constituir como um novo modo de produção, resta a elas, para sobreviver, adotar a base técnica do capitalismo, se tornar parte de seu circuito produtivo e refém de sua lógica de acumulação.

Foi isso que aconteceu com as cooperativas de produção que a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale tentou lançar e é isso o que acontece com o Complexo Cooperativo de Mondragón. Se no primeiro caso a experiência se encerrou porque passou a contrariar os princípios do cooperativismo ao impedir que seus trabalhadores se tornassem sócios do empreendimento, no segundo caso o sucesso do empreendimento se deu por meio da internacionalização dos negócios e da incorporação do assalariamento.

Como vimos no Capítulo 4, o CCM conta hoje com apenas 1/3 do total de seus trabalhadores como sócios do complexo. A grande maioria, 2/3, são assalariados. Empregados, portanto, do complexo e submetidos à ordem e às decisões de uma minoria. Quando se coloca a culpa do desrespeito às regras do cooperativismo no tamanho do CCM, esquece-se de que foi justamente esse tamanho que garantiu a sua sobrevivência. E quando Singer relaciona os problemas relativos à democracia, eqüidade e igualdade que degeneraram as cooperativas à ambição de seus membros, adota uma visão voluntarista do processo histórico que acaba por simplificá-lo.

Como já nos havia chamado a atenção Gaiger (2005), quando ele problematiza a economia solidária como novo modo de produção:

“O risco, teórico e prático, está em supervalorizar o peso da vontade política, a ponto de recair numa visão voluntarista, como aliás se verificou, em boa medida, nas malogradas tentativas de construção do socialismo no séc. XX. Vale a respeito recordar o critério proposto por Morin & Kern (1995), ao apontarem a necessidade de identificarmos, a cada momento histórico, as coerções intransponíveis, que descartam certas possibilidades, dos fatores cujo efeito coagente depende do protagonismo dos atores sociais” (Gaiger, 2005:6).

O voluntarismo presente na proposta de Singer não deriva apenas de sua preocupação com a liberdade e a autodeterminação dos indivíduos, explicada por sua história militante e de vida. Essa concepção deriva da ausência da discussão sobre o papel do Estado na sociedade capitalista e, com essa discussão, me encaminho para o encerramento deste texto.

Ao deixar de lado a discussão sobre o Estado, Singer deixa de lado, também, a discussão sobre o poder e a forma como ele se distribui na

sociedade capitalista. Compartilho com Poulantzas (1980) sua concepção sobre o caráter relacional do Estado.

O autor explica, por meio de seu conceito de “bloco no poder”, que o Estado representa e organiza, a longo prazo, o interesse político das classes e frações de classe burguesas. Por meio de seu conjunto de aparelhos ideológicos e repressivos é que o Estado cumpre a função de promover a unidade conflituosa presente na aliança e no equilíbrio de compromissos entre essas classes e frações de classes dominantes.

Isso só se torna possível porque uma das classes dominantes, ou uma de suas frações de classe, exerce a direção e a hegemonia. O Estado se estrutura como unidade política das classes dominantes porque detém uma autonomia relativa em relação às frações e interesses que compõem a classe dominante. Para evitar que a disputa de interesses entre essas diversas frações prejudique os interesses da classe dominante como um todo, é que o Estado forja sua unidade.

Mas, além de forjar a unidade entre as frações de classe dominantes, o Estado também organiza as relações de força entre as classes no poder e as classes dominadas. Os aparelhos do Estado estabelecem um “jogo de compromissos provisórios” entre classes dominantes e dominadas, desorganizando e dividindo as classes dominadas, sabotando suas organizações políticas e aproximando-as ideologicamente do bloco no poder. Esse jogo, no entanto, pode ser percebido quando compreendemos que, para Poulantzas (1980), as lutas de classes perpassam os aparelhos do Estado.

Para o autor, o Estado é a “condensação *material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classes” (Poulantzas, 1980:148).

Com isso, ele buscava dizer que as contradições de classe constituem o Estado e são responsáveis por suas ações e políticas. É nesse sentido que ele o compreende como:

“... um campo e um processo estratégicos, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros. Emanam daí táticas movediças e contraditórias, cujo objetivo geral ou cristalização institucional se corporificam nos aparelhos estatais” (Poulantzas, 1980:157).

É a partir desse entendimento que o autor defende que as transformações nas relações de produção e na divisão social do trabalho têm conseqüências na transformação do Estado. As transformações na forma de reprodução do capitalismo levam à modificação na formação e reprodução das classes sociais e nas suas formas de luta. Do mesmo modo também é modificada a forma de dominação política.

Nesse sentido, o caráter relacional do Estado deriva do fato de que a burguesia pode deslocar o seu poder de um aparelho do Estado a outro, de forma a sempre exercer o poder real e deixar o poder formal até nas mãos de grupos ou partidos que não são seus representantes diretos. O mesmo se passa dentro de um setor do Estado: não é quem ocupa o ápice da hierarquia que terá o poder real.

Apesar de não concordar inteiramente com a tese defendida por Poulantzas (1980) no que se refere à concentração do poder no Estado, acredito que o autor esteja certo quando defende que ele possui um caráter estratégico para a reprodução do capital e que essa sua característica é

derivada do fato de nele estarem em disputa perspectivas de classe diversas sem que isso, no entanto, altere a dominação da classe capitalista que ele expressa. O Estado reproduz, nesse sentido, as relações de poder presentes na sociedade capitalista.

Como defende Artous (1999) o conceito de cidadania que o Estado capitalista propõe aos indivíduos, por exemplo, nasce em um momento em que se forja uma igualdade entre trabalhadores e capitalistas, enquanto cidadãos, à luz dos direitos políticos e civis por ele formalizados. Essa igualdade formal não corresponde, no entanto, uma igualdade real entre esses dois grupos, mas, assim como a mercadoria e o conceito de valor escondem a extração de mais-valia do trabalhador pelo capitalista, a cidadania construída pelo Estado capitalista, fetichiza as relações sociais e faz os indivíduos acreditarem que estão submetidos aos mesmos pesos e medidas.

É nesse sentido que acredito que a socialização dos meios de produção, a educação autogestionária e o autogoverno generalizado, como propostos por Singer via propriedade coletiva dos associados de uma cooperativa, não sejam suficientes para pensarmos, à luz das reflexões apresentadas, na passagem para uma sociedade não-capitalista. Entendo que os mecanismos de auto-reprodução do capital estejam garantidos por sua materialidade no plano jurídico-formal do Estado. É por isso que a mudança na forma de acumulação do capital iniciada na década de 1970 foi acompanhada de uma mudança nas políticas implementadas pelos Estados nacionais e de uma série de modificações em suas legislações.

O Brasil dos anos de 1980 e 1990 é um exemplo de como a acumulação flexível é acompanhada da retórica neoliberal e de uma série de reformas

econômicas e legais que permitem a reestruturação produtiva ganhar corpo e se espalhar pelas empresas, fábricas e todos os setores econômicos do país.

Sem a compreensão da lógica pela qual atua a auto-reprodução do capital, que é amparada por um Estado atravessado pelos interesses da classe capitalista, que assegura suas demandas em termos de políticas governamentais e em um corpo jurídico-formal, não podemos pensar em uma transformação social possível.

Singer, ao deixar de lado essa discussão, acaba por atribuir apenas aos indivíduos e à sua ação política, a capacidade de transformação. Mas, como alerta Gaiger (2005), é preciso identificar as “coerções intransponíveis, que descartam certas possibilidades” em cada momento histórico. Não que a transformação social não seja possível, mas para que ela se torne concreta é preciso que levemos a sério os mecanismos de coerção a que estamos submetidos e construamos propostas que visem enfrentá-los e modificá-los. Nos marcos do capitalismo, acredito que sem a transformação do Estado, de seus aparelhos e de sua materialização jurídico-legal, não é possível pensar em uma sociedade que não priorize a valorização do capital.

A economia solidária, no presente histórico, é coagida a se submeter à ordem do capital às custas de não se tornar viável economicamente. É nesse sentido que defendo que a economia solidária como proposta por Singer, apesar de ser importante para minorar as mazelas do desemprego, não tem se constituído de fato em uma alternativa ao capitalismo.

Por mais que as cooperativas e os empreendimentos econômicos solidários exercitem, internamente, valores democráticos, igualitários e eqüitativos, para sobreviver eles se submetem à cadeia produtiva capitalista,

seja na venda de seus produtos ou serviços, seja porque se subordinam às empresas capitalistas por meio das terceirizadas.

Nessa equação, elas servem mais como mecanismos de geração de trabalho e renda - que têm atuado também como barateadores dos custos de produção de empresas ou indústrias capitalistas, tornando-se auxiliares do processo de valorização do capital -, do que como embriões de um novo modo de produção, alternativo ao capitalismo.

Encerro este texto em um momento em que uma nova crise econômica mundial começa a apresentar seus primeiros efeitos concretos no país. Iniciada nos Estados Unidos como consequência da crise do crédito no setor imobiliário, a crise levou à quebra do quarto maior banco de investimentos do país – o Lehman Brothers – gerando um efeito cascata nas instituições que tinham negócios vinculados ao banco. Sua quebra intensificou a crise de crédito e levou a quedas constantes nas bolsas de valores de todo o mundo¹⁷⁷.

Diariamente, acompanhamos pela imprensa notícias de demissões na casa dos milhares¹⁷⁸, planos bilionários de emergência desenhados pelos

¹⁷⁷ O pior caso foi o da Islândia em que o primeiro-ministro foi derrubado por causa da crise. Com previsão de contração de sua economia em 10% neste ano, o problema foi causado porque o sistema bancário do país entrou em colapso. Ele possuía dívida em dólar correspondente em nove vezes ao PIB do país. No auge da crise, o câmbio islandês perdeu 25% do valor em um só dia, o que aumentou o endividamento da população que contraiu dívida dolarizada. (IN: “Crise econômica derruba o primeiro governo, o da Islândia”, Folha de S.Paulo, Dinheiro, 27 de janeiro de 2009).

¹⁷⁸ A previsão da OIT (Organização Internacional do Trabalho), órgão vinculado à ONU (Organização das Nações Unidas), é de que 50 milhões de pessoas percam o emprego até o final deste ano em consequência da crise (IN: “Desemprego ameaça a estabilidade global”, Folha de S.Paulo, Dinheiro, 16 de fevereiro de 2009).

governos das grandes potências mundiais para salvar a economia nacional¹⁷⁹ e protestos organizados pelos trabalhadores contra os cortes e as férias coletivas impostas¹⁸⁰.

No Brasil, apesar da ajuda econômica que o governo ofereceu aos bancos e empresas para evitar sua quebra e o crescimento do desemprego¹⁸¹, o empresariado e alguns setores do sindicalismo recolocaram na pauta das discussões políticas a flexibilização da legislação trabalhista. Neste ano, foi realizado o primeiro acordo de redução da jornada de trabalho seguido de

¹⁷⁹ A Inglaterra anunciou dois pacotes desde o início da crise. No primeiro, reestatizou parcialmente o sistema bancário e gastou quase meio trilhão de libras para recuperar a normalidade. No segundo, em que gastou mais 20 bilhões de libras, buscou estimular a economia por meio da redução de impostos. (IN: LEITE, Pedro Dias. “Crise deve afetar mais o britânicos em 2009”, Folha de S.Paulo, Dinheiro, 2 de janeiro de 2009); o governo francês criou um pacote de 5,5 bilhões de euros em favor das montadoras de automóveis, para evitar o aumento do desemprego na área (IN: ALENCASTRO, Luis Felipe de. “O Globo Quadrado”, Folha de S.Paulo, Mais!, 15 de fevereiro de 2009); e o governo dos Estados Unidos aprovou o pacote do presidente Barack Obama, de 787 bilhões de dólares, com o objetivo de diminuir os impostos para estimular a economia e investir em saúde e educação (IN: “Congresso passa pacote e Obama vê primeiro passo”, Folha de S.Paulo, Dinheiro, 15 de fevereiro de 2009).

¹⁸⁰ Já foram registrados protestos na Letônia, no Chile, na Grécia, na Bulgária e na Islândia, e greves no Reino Unido e na França (IN: “Desemprego ameaça a estabilidade global”, Folha de S.Paulo, Dinheiro, 16 de fevereiro de 2009).

¹⁸¹ Entre as principais medidas criadas pelo governo Lula para enfrentar a crise, cito: a medida provisória que autoriza o refinanciamento das dívidas dos municípios com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) – para recebimento das verbas do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento); a proposta de financiamento da habitação popular, com a União pagando até 25% da moradia e a redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) dos estados nos materiais de construção; cortes nos juros e “spreads” bancários; a edição da Medida Provisória 443, que autorizou a compra de instituições financeiras em dificuldades pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), a diminuição da alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e a criação de novas alíquotas para o Imposto de Renda; e a capitalização do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em R\$ 100 bilhões para aumentar a oferta de crédito para empresas médias e grandes. (IN: “Lula vê crise como oportunidade para Dilma”, Folha de S.Paulo, Brasil, 15 de fevereiro de 2009; “Governo lança pacote para acelerar PAC e brejar ato de prefeitos”, Folha de S.Paulo, Brasil, 10 de fevereiro de 2009; “Governo pode bancar 25% do valor de moradia popular”, Folha de S.Paulo, Dinheiro, 14 de fevereiro de 2009; “BNDES prepara fundo para pequena empresa”, Folha de S.Paulo, Dinheiro, 6 de fevereiro de 2009; “Pacote deve reduzir IR e outros tributos”, Folha de S.Paulo, Dinheiro, 11 de dezembro de 2008; “Pacote de R\$ 8,4 bi tenta evitar recessão”, Folha de S.Paulo, Dinheiro, 12 de dezembro de 2008).

redução salarial¹⁸². A Força Sindical, entidade que congrega os sindicatos dos metalúrgicos que assinaram o acordo, entende que esta é a única maneira de salvar postos de trabalho em meio à crise.

Apesar de o mercado financeiro brasileiro ter dado sinais de recuperação em janeiro, com os índices positivos anunciados pela Bovespa, a economia real não parece acompanhar essa tendência.

Neste cenário, em que os lay offs e as demissões no setor industrial ganham força¹⁸³, cabe observar em que medida a economia solidária aparecerá como alternativa de geração de trabalho e renda pelo governo e pelos desempregados, em um cenário em que a recessão econômica parece se impor. Que influência terá a Secretaria de economia solidária nas políticas públicas de enfrentamento ao desemprego? Que espaço ganhará nas discussões dos sindicatos e das Centrais Sindicais? O discurso estará mais próximo ao da solução ao desemprego ou ao de alternativa ao capitalismo?

Essas questões são essenciais para compor a agenda de pesquisa sobre a economia solidária se essa crise econômica se prolongar no país. Em artigo publicado na seção “Tendências e Debates” do jornal “Folha de S.Paulo” – a mesma seção e o mesmo jornal em que ele publicou pela primeira vez um artigo sobre a economia solidária, em 1996 -, Singer (2009) se pronunciou apenas sobre o suposto retorno do keynesianismo que ele entreviu nas medidas que os governos tomaram contra a crise, e apontou que “há políticas

¹⁸² IN: “Valeo e trabalhadores fecham 1º acordo de redução da jornada e salário em SP”, Folha de S.Paulo, Dinheiro, 29 de janeiro de 2009.

¹⁸³ Somente no mês de janeiro de 2009, a FIESP (Federação da Indústria Paulista) registrou a perda de 32,5 mil vagas no setor industrial paulista. É o pior índice da série histórica, que iniciou em janeiro de 2002. (IN:FORNETTI, Verena; PAIVA, Natália. “Emprego na indústria de SP tem o pior janeiro desde 2002”, Folha de S.Paulo, Dinheiro, 14 de fevereiro de 2009).

disponíveis para abreviar a presente [crise] e prevenir as futuras crises”, sem, contudo, as definir (Singer, 2009).

Referência Bibliográfica:

ALVES, Giovanni. “Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho - o Brasil nos anos noventa.” IN: TEIXEIRA, Francisco J. S. (Org.). Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

_____, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. “Os amarelos e os socialistas”. IN: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. A Construção do Consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30. São Paulo: Edições Sociais, 1998.

ARTOUS, Antoine. Marx, L'État et la Politique. Paris, Éditions Syllepse: 1999.

BARBOSA de CASTRO, Antônio Santos. Sindicalismo, utopia política do trabalho e economia solidária no Brasil: as vicissitudes do projeto político e sindical da CUT nos anos 1990. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília: agosto de 2003.

BAYAT, Assef. Work, Politics and Power: an international perspective on workers' control and self-management. London: Zed Books Ltd, 1991.

BELUZZO, Luis Gonzaga e ALMEIDA, Júlio Gomes de (orgs.). (2002). Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BERTHIER, René. Conceptions anarcho-syndicalistes de l'autogestion. *Autogestion et Socialisme*, nº 18-19, Janvier-Avril, 1972, pp. 57-69.

BETTELHEIM, Charles. A Luta de Classes na União Soviética. Segundo período: 1923-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOITO JR., Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BOURDET, Yvon. Pour l'autogestion. Paris: éditions antropos, 1974.

BOURDET, Yvon e GUILLERM, Alain. A Autogestão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976.

BUBER, Martin. O socialismo utópico. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

CASTRO, Bárbara. Gramsci, Sartre e o resgate do marxismo. In: V Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. Anais do V Colóquio, 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/principal.html

COLE, G.D.H. A century of co-operation. London: George Allen & Unwin Ltd, 1944.

_____, G.D.H. Historia del pensamiento socialista: I – Los precursires (1789-1850). Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1975.

_____, G.D.H. e POSTGATE, Raymond. The Common People (1746-1946). London and New York: Methuen, 1981.

CORIAT, Benjamin. Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: UFRJ-Revan, 1994.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura

Municipal de Santo André, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. São Paulo, 2002.

DRUCK, Maria da Graça. Terceirização: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

DUBAR, Claude. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Ed, 1997.

EID, F., LIANZA, S., PIMENTA, W. Princípios e critérios para o cooperativismo pesqueiro auto-sustentável. I Seminário de Gestão Sócio-Ambiental para o Desenvolvimento da Aqüicultura e da Pesca no Brasil, UFRJ, agosto de 2004. Disponível em: <http://unitrabalho.org.br>.

ENGELS, F. Anti-Dühring. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. São Paulo: Global editora, 1984.

GAIGER, Luís Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. IN: Leituras Cotidianas, nº 127, 17 de janeiro de 2005, pp.: 1-13. Disponível em: http://br.geocities.com/mcrost07/20050117a_a_economia_solidaria_diante_do_modo_de_producao_capitalista.htm#_ednref3, Acesso em: 12/02/2009.

GALVÃO, Andréia. Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro: Coedição, Revan, Fapesp, 2007.

GERMER, Claus. “A ‘economia solidária’: uma crítica marxista”. IN: Revista Outubro, São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, nº 14, 2006, pp.: 193-214.

GIL, Vilma Dias Bernardes. As novas relações trabalhistas e o trabalho cooperado. São Paulo, LTr, 2002.

GRAEBER, David. Fragments of an anarchist anthropology. Prickly Paradigm Press: Chicago, 2004.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. V.1 e V.3, Cadernos 10, 11 e 13. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2001.

GUIMARÃES, Gonçalo. “Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: Contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda.” IN: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de. A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

HACKER, Sally L. and ELCOROB AIRUTIA, Clara. “Women Workers in the Mondragon System of Industrial Cooperatives”. *Gender and Society*, 4 (1), (Dec., 1987), pp.: 358-379.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança mundial. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HINDMOOR, Andrew. “Free Riding off Capitalism : Entrepreneurship and the Mondragón Experiment”. *British Journal of Political Science*, 1 (29), 1999, pp.: 217-224.

HOBSBAWN, Eric J. “Marx, Engels e o Socialismo pré-marxiano”. IN: HOBSBAWN, Eric J (et. alli). História do marxismo 1: o marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria e ASSEBURG, Hans Benno. “Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul”. IN: GAIGER,

Luiz Inácio (Org.) Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ITÇAINA, Xabier. "Catholicisme, Économie Identitaire et Affinités Électives : les coopératives basques comme groupements volontaires utopiques". *Social Compass*, 49 (3), 2002, pp.: 393-411.

JOHNSON, Ana Gutierrez and WHYTE, William Foote. "The Mondragon System of Worker Production Cooperatives". *Industrial and Labour Relations Reviews*, 1 (31), (oct. 1977), pp.: 18-30.

KASMIR, Sharryn. The Myth of Mondragón: cooperatives, politics, and working-class life in a Basque Town. New York: State University of New York Press, 1996.

_____, Sharryn. "The Mondragón Model as Post-Discourse: considerations on the production of post-fordism". *Critique of Anthropology*, 19 (4), 1999, pp.: 379-400.

KONDER, Leandro. Fourier, o socialismo do prazer. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LECHAT, Noelle Marie Paule Lechat. Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2004.

LEFEBVRE, Henri. "Problèmes théoriques de l'autogestion". *Autogestion et Socialisme*, nº 1, décembre, 1966, pp.59-70.

LESSA, Carlos. "Visão crítica do II Plano Nacional de Desenvolvimento". *Revista Tibiriçá*, Ano II, nº 6, jan/mar 1977.

_____, Carlos. Quinze anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LULA da SILVA, Luiz Inácio. "Apresentação". IN: SINGER, Paul e MACHADO, João. Economia Socialista: socialismo em discussão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, pp.: 5-7.

MANTOUX, Paul. A Revolução Industrial no século XVIII. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____, Karl. "Manifesto de lançamento da Associação Internacional do Trabalhadores". IN: MARX, K. e ENGELS, F. Obras Escolhidas. Volume 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 198-?, pp.: 313-321.

MELLO, J. M. C. e NOVAIS, F. A. "Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna". IN: NOVAIS, F. A.(org.). História da Vida Privada no Brasil: contrastes da Intimidade Contemporânea, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Mondragón Corporación Cooperativa. "Historia de una Experiencia", 2007. Disponível em: http://www.mcc.es/esp/quienessomos/historiaMCC_esp.pdf, Acesso em: 15/07/2008.

MONTUCLARD, Maurice. "Autogestion et Dialectique: a propos de publications récentes". *Autogestion et Socialisme*, nº 28-29, Octobre 1974/ Janvier 1975, pp. 27-60.

MUNHOZ da ROCHA, Suzana. A Terra Permitida: um estudo sobre o socialismo utópico. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 1993.

OLIVEIRA, Luiz J. R. Incubadoras Universitárias de empresas e de cooperativas: contrastes e desafios. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, junho de 2003. Disponível na internet: <http://www.itcp.unicamp.br/site/itcp/arq118.pdf>, em: 18/01/2005.

PAMPLONA, João Batista. Erguendo-se pelos próprios cabelos – auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal, 2001.

PERSON, Yves. “Autogestion et Tradition Africaine”. *Autogestion et Soicalisme*, nº 39, Septembre 1977 (pp.7-21).

PESSIN, Alain. L’imaginaire utopique aujourd’hui. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

PETITFILS, Jean-Christian. Os socialismos utópicos. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1977.

PINHO, Diva Benevides. As cooperativas no desenvolvimento do Brasil: passado, presente e futuro – tentativa de síntese. São Paulo: ESETec, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. Os Pássaros da Liberdade: jovens, judeus e revolucionários no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

POULANTZAS, Nicos Ar. O Estado, o poder e o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RAMOS, Lauro. “A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001”. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. IPEA

RIOS, Gilvando Sá Leitão. O que é Cooperativismo? São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

RUSS, Jacqueline. O socialismo utópico. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ROMERO SALVADÓ, Francisco. A guerra civil espanhola. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.

SALLON, Michel. L’Autogestion. Presses Universitaires de France, 1976.

SANTILLÁN, Diego Abad de. “Le socialisme libertaire dans la société de l’avenir”. *Autogestion et Socialisme*, nº 18-19, janvier-avril, 1972, pp. 113-117.

SARDÁ de FARIA, Maurício. Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Centro de Filosofia e Ciências do Homem. Florianópolis, setembro de 2005.

SARTRE, Jean-Paul. “Questão de Método”. IN: *Os Pensadores*, XLV, São Paulo, Abril Cultural: 1973.

SILVA, Emanuel Sapaio (et alli). Panorama do Cooperativismo Brasileiro: História, Cenários e Tendências. UniRcoop: 2003. Disponível na internet: <http://www.unircoop.org/documents/coop/Brasil.pdf>, em: 13/09/04.

SINGER, Paul. “A cooperativa é uma empresa socialista”. IN: GUIMARÃES, Gonçalo. Sindicalismo & Cooperativismo: A economia solidária em debate. São Paulo: Unitrabalho, 19--a. pp.: 79-91.

_____, Paul. “Desafio à solidariedade”. IN: GUIMARÃES, Gonçalo. Sindicalismo & Cooperativismo: A economia solidária em debate. São Paulo: Unitrabalho, 19--b. pp.: 63-76.

_____, Paul. “Economia solidária contra o desemprego”. IN: Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de julho de 1996. Opinião, Tendências e Debates, página 3.

_____, Paul. “Mercado e Cooperação: um caminho para o socialismo”. IN: HADDAD, Fernando (org). Desorganizando o consenso: 9 entrevistas com intelectuais dissidentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a. pp.: 101-116.

_____, Paul. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b.

_____, Paul. “Os meus mestres”. IN: AGUIAR, Flávio (org.). Antonio Candido: pensamento e militância. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. pp.: 170-175.

_____, Paul. “Economia dos setores populares: propostas e desafios”. IN: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro : Capina; Salvador : CESE : UCSAL, 2000a. pp.: 143-165.

_____, Paul. “Economia socialista”. IN: SINGER, Paul e MACHADO, João. Economia socialista: socialismo em discussão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000b, pp.: 11-50.

_____, Paul. “Planejamento e Mercado”. IN: SINGER, Paul e MACHADO, João. Economia socialista: socialismo em discussão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000c, pp.: 77-80.

_____, Paul. “Apresentação”. IN: HOLZMANN, Lorena. Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: EdUFSCar, 2001. pp.: 9-12.

_____, Paul. “Economia solidária”. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. pp.: 79-129.

_____, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

_____, Paul. “Economia solidária”. IN: CATTANI, Antonio David (org.). A outra economia. Porto Alegre: Verz, 2003a. pp.: 116-125.

_____, Paul. “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”. IN: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de(org.) A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003b. pp.: 11-28.

_____, Paul. “Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP”. IN: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (org.) A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003c. pp.: 123-133.

_____, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2006.

_____, Paul. “Uma coletânea sobre a teoria e a prática da autogestão”. IN: ITCP-USP (org.) A gestão da autogestão na economia solidária: contribuições iniciais. São Paulo: ITCP/USP; Calábria; FINEP, 2007.

_____, Paul. "Prefácio: Catende, uma história". IN: KLEIMAN, Fernando. Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco. São Paulo: Annablume; Recife: Fetape; Brasília: Contag, 2008. pp.: 13-16.

_____, Paul. "A ressurreição do heynesianismo". IN: Folha de São Paulo, São Paulo, 17 de fevereiro de 2009. Opinião, Tendências e Debates, página 3.

SOUZA, André Ricardo de. Igreja, Política e Economia Solidária: dilemas entre a caridade, a autogestão e teocracias. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006.

STRATH, Bo. "1968: from Co-determination to Co-worker. The power of language". *Thesis Eleven*, 1, 2002, pp.: 64-81.

TAVARES, Maria da Conceição e ASSIS, J. Carlos. "O sentido da "revolução" de 64: a modernização autoritária". IN: TAVARES, Maria da Conceição (org.). O grande salto para o caos: o Plano Cruzado em posfácio. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TRAGTENBERG, Maurício. Reflexões sobre o socialismo. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

TURCHETTO, Maria. "As características específicas da transição ao comunismo". IN: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). Análise Marxista e Sociedade de Transição. Coleção Idéias 5. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005, pp.: 7-56.

VENOSA, Roberto. "A evolução da participação nas organizações autogeridas iugoslavas". IN: MOTTA, Fernando C. Prestes (et alli). Participação e

participações: ensaios sobre a autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987, pp.: 121-140.

WILSON, Edmund. Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história. São Paulo: Cia das Letras, 1986.